

2. Legislação Ambiental Pertinente

Meio ambiente é a interação do conjunto de elementos naturais, artificiais e culturais que propiciam o desenvolvimento equilibrado da vida em todas as suas formas. (Bruguer, 1998 'in' Ferreira, A. de S.; Lopes, A. de S. (2008) "Gestão Inteligente" – A Arte do Futuro. Ed. Ideia, João Pessoa. 141 p.)

A **Mineração de Calcário Polimix** pleiteia a instalação em terras rurais do município de Quixeré, Ceará a implantação e operação de uma mina para a extração de Calcário.

Como empresa habilitada a funcionar, a **Polmix Concreto LTDA** tem o direito de fazer tal pleito, no entanto, a solicitação dependerá das restrições legais ao local e ao tipo de empreendimento, sendo aqui discutidas todas as restrições, mas especialmente as restrições ambientais. Tudo tendo por base o desenvolvimento sustentável, isto é, conciliar a proteção do meio ambiente com o desenvolvimento socioeconômico, através da utilização racional dos recursos naturais não renováveis.

Ressalta-se que o local compreende um distrito industrial municipal, criado pela LEI N° 569/2011, de 18 de maio de 2011, estabelecido aqui como DI Bonsucesso.

2.1. Princípios do Direito Ambiental

Tratando-se de legislação ambiental, preliminarmente se destaca a importância de tratar dos princípios do direito ambiental, que constituem as ideias centrais do sistema jurídico. São eles que dão ao sistema jurídico um sentido lógico, harmônico, racional e coerente. Os princípios são condição essencial para a correta aplicação do direito. Além disso, os princípios exercem também profunda influência na interpretação do Direito. Isso porque, de acordo com a doutrina autorizada, o princípio é uma norma de hierarquia superior às demais regras jurídicas do sistema. Dentro de qualquer ordenamento jurídico os princípios são sempre normas hierarquicamente superiores.

São os princípios que permitem compreender a autonomia do Direito Ambiental em face dos outros ramos do Direito;

São os princípios que auxiliam no entendimento e na identificação da unidade e coerência existentes entre todas as normas jurídicas que compõem o sistema legislativo ambiental;

É dos princípios que se extraem as diretrizes básicas que permitem compreender a forma pela qual a proteção do meio ambiente é vista na sociedade;

E, finalmente, são os princípios que servem de critério básico e inafastável para a exata inteligência e interpretação de todas as normas que compõem o sistema jurídico ambiental, condição indispensável para a boa aplicação do Direito nessa área.

A seguir destacam-se alguns princípios de maior relevância para o bom entendimento da legislação ambiental pertinente a implantação da **Polmix Concreto LTDA** em terras rurais do município de Quixeré, no Ceará.

Inicialmente cita-se o Princípio da Supremacia do Interesse Público na Proteção do Meio Ambiente em Relação aos Interesses Privados. Esse princípio é, na realidade, um princípio geral do direito Público moderno, por meio do qual se proclama a superioridade dos interesses da coletividade, que devem prevalecer sobre os interesses dos particulares, de índole privada. Trata-se, na realidade, de verdadeiro pressuposto de estabilidade da ordem social.

O Princípio da Precaução estabelece a vedação de intervenções no meio ambiente, salvo se houver a certeza que as alterações não causaram reações adversas, já que nem sempre a ciência pode oferecer à sociedade respostas conclusivas sobre a inocuidade de determinados procedimentos. Eis a importância do Estudo Prévio de Impacto Ambiental, exigência constitucional que busca avaliar os efeitos e a viabilidade da implementação de determinado projeto que possa causar alguma implicação ambiental significativa.

O Princípio da Prevenção é muito semelhante ao Princípio da Precaução, mas não devem ser confundidos. Sua aplicação se dá nos casos em que os impactos ambientais já são conhecidos, restando como certa a obrigatoriedade do licenciamento ambiental e do Estudo de Impacto Ambiental (EIA), que se constituem em uns dos principais instrumentos de proteção ao meio ambiente.

O Princípio da Função Social e Ambiental da Propriedade foi reconhecido expressamente pela Constituição de 1988, nos arts. 5º, inc. XXIII, 170, inc. III e 186, inc. II. Quando se diz que a propriedade privada tem uma função social, na verdade está se afirmando que ao proprietário se impõe o dever de exercer o seu direito de propriedade, não mais unicamente em seu próprio e exclusivo interesse, mas em benefício da coletividade, sendo precisamente o cumprimento da função social que legitima o exercício do direito de propriedade pelo seu titular.

O Princípio da Avaliação Prévia dos Impactos Ambientais das Atividades de Qualquer Natureza está intimamente ligado à ideia de prevenção de danos ambientais. A avaliação de impactos no meio ambiente tem conotação um pouco mais ampla, que exige sua menção em destaque. Na verdade, ela é um mecanismo de planejamento, na medida em que insere a obrigação de levar em consideração o meio ambiente, antes da realização de atividades e antes da tomada de decisões que possam ter algum tipo de influência na qualidade ambiental.

2.2. Legislação Federal

2.2.1. Constituição Federal

Citados os princípios discorre-se, agora, sobre a Tutela Constitucional do Meio Ambiente. A Constituição Federal de 1988 traz a competência da União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Desta forma, o Art. 225 que trata de meio ambiente diz:

Capítulo VI - Do Meio Ambiente

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para às presentes e futuras gerações.

§ 1º - Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao poder público:

I - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;

II - preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético;

III - definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;

IV - exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade;

V - controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente;

VI - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;

VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.

§ 2º - Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.

§ 3º - As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

Especificamente tratando da **atividade de mineração**, os recursos minerais e os de subsolo são classificados como bens da União. No entanto, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e os órgãos da administração direta da União participarão do resultado da lavra desses minérios localizados em seus territórios (art. 20, IX e § 1º, da CF).

Compete a União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios registrar, acompanhar e fiscalizar as **concessões de direitos de pesquisa e exploração** de recursos hídricos e minerais em seus territórios (art. 23, XI, da CF).

Quanto a Legislação Infraconstitucional na esfera Federal, tem-se o Decreto-Lei nº 227/67, que dispõe sobre o **Código de Mineração (regulamentado pelo Decreto nº 62.934, de 02/07/1968)**, a Lei nº 7.805/89, que cria o regime de permissão de lavra garimpeira (regulamentada pelo Decreto nº 98.812, de 09/01/1990), e a Lei nº 9.314, de 14/11/ 1996, que altera dispositivos do Decreto-Lei nº 227/67. Há também o Decreto nº 87.561, de 13/09/1982, que dispõe sobre licenciamento de atividade mineral, e o Decreto nº 97.632, de 10/04/1989, que dispõe sobre a apresentação do Plano de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD) pertinente ao empreendimento que se destine à exploração de recursos minerais.

O estudo prévio de impacto ambiental deve ser realizado no local onde se pretende implantar a exploração de minérios. Para disciplinar a exploração de minérios o CONAMA baixou a Resolução nº 9, de 6/12/1990, exigindo o estudo prévio de impacto ambiental para as atividades de lavra e/ou beneficiamento mineral das classes I, III, IV, V, VI, VII, VIII e IX. Já para os minérios da Classe II, poderá ser dispensada a apresentação do estudo prévio de impacto ambiental.

A parte da lavra depende da legislação minerária que, no Brasil, somente é pertinente ao nível federal, sendo consubstanciada no Código de Mineração, pois como bem mostrou a Constituição Federal (CF 1988) em seu art. 22, é competência privativa da União, ou seja, aquela que somente pode ser exercida pela União, o cuidado com jazidas, minas, outros recursos minerais e metalurgia; ressaltando a edição de Lei Complementar que autorize os Estados a legislar sobre as matérias relacionadas com as águas, energia, populações indígenas, jazidas e outros recursos minerais, além das atividades nucleares de qualquer natureza. **O art. 10 da Constituição Federal (CF 1988) discrimina entre os bens da união os recursos minerais, inclusive os do subsolo. Portanto, nenhuma empresa pode minerar sem ter autorização para tanto. Essa autorização é emanada do Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM - órgão vinculado ao Ministério das Minas e Energia.**

A área objeto do estudo em apreço está registrada no DNPM sob nº 848.079/2014. Essa numeração do DNPM pertence ao estado do Rio Grande do Norte, pois o DNPM só poderá alterar a denominação numérica equivalente ao Estado do Ceará (série 800) quando a mina estiver licenciada pela Superintendência Estadual do Meio Ambiente - SEMACE, uma vez que está com sua área inserida totalmente dentro do município de município de Quixeré - CE, ainda que bastante próximo ao vizinho Estado do Rio Grande do Norte.

No art. 30 a Constituição estabeleceu a competência suplementar dos Municípios. Mediante a observância à legislação federal e estadual, os Municípios podem editar normas que atendam a realidade local ou até mesmo preencham lacunas das legislações federal e estadual. Adiante estão observadas as normas municipais, que nada mais são que as leis orgânicas, pois municípios de pequeno porte, como Quixeré, não dispõem de legislações complementares de ordenamento da ocupação.

Considerando a área proposta para implantação da **Mineração de Calcário Polimix** vale ressaltar ainda que, de acordo com o Art. 20º da Constituição Federal, são alguns bens da União: as cavidades naturais subterrâneas e os sítios arqueológicos e pré-históricos, juntamente com os que atualmente lhes pertencem e os que lhes vierem a ser atribuídos. Está atribuído também seu valor como patrimônio cultural brasileiro.

Abordando os aspectos referentes ao patrimônio fossilífero da região da Chapada do Apodi, onde o empreendimento pretende se instalar, citam-se os artigos 20, 23 e 24 da Constituição do Brasil de 1988 que são bastante claros ao indicar que os fósseis são bens da União e que há a responsabilidade do Estado na defesa de nosso patrimônio natural.

Artigo 20. "São bens da União:

I - os que atualmente lhe pertencem e os que lhe vierem a ser atribuídos;

(...)

IX - os recursos minerais, inclusive os do subsolo;

X - as cavidades naturais subterrâneas e os sítios arqueológicos e pré-históricos.

Pode-se neste caso considerar que os jazigos fossilíferos são bens da União, pelo que está disposto nos incisos I, IX e X do artigo 20 da Constituição Federal de 1988.

Pelo Decreto-Lei nº 4.146 de 1942, os fósseis já eram considerados bens da União, situando-se no âmbito do inciso I. Na conceituação de fóssil como o registro de vida do passado que se preservou graças a um processo de mineralização, podemos enquadrá-lo no inciso IX e/ou X do artigo 20 da atual Constituição da República Federativa do Brasil”.

Artigo 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

...

III - proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens notáveis e os sítios arqueológicos;

IV - impedir a evasão, a destruição e descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico e cultural;

...

Artigo 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem”:

...

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Adiante, na CF 1988, no Título VII, Capítulo I, que dispõe sobre a Ordem Econômica e Financeira, a Constituição estabeleceu os princípios gerais da atividade financeira e dentre eles está à defesa do meio ambiente. O art. 170, em seu inciso VI, assegura a “defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado, conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação;” Assim, todos os direitos decorrentes das atividades devem observar a defesa do meio ambiente, tal como se faz no presente processo de licenciamento ambiental.

Ainda sobre a Ordem Econômica Financeira, a Constituição, em seu Art. 176, tratou de alguns temas relativos à atividade de mineração, determinando que:

“As jazidas, em lavra ou não, e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento, e pertencem à União, garantida ao concessionário a propriedade do produto da lavra”.

As restrições à empresa foram expressas no parágrafo primeiro do artigo em comento, onde se discriminou: “A pesquisa e a lavra de recursos minerais (...) somente poderão ser efetuados mediante autorização ou concessão da União, no interesse nacional, por brasileiros ou empresa constituída sob as leis brasileiras e que tenha sua sede e administração no País, na forma da lei, (...)”. Assim como afirmado anteriormente, a **Mineração de Calcário Polimix** possui todos os direitos para implantar este empreendimento.

Analisando toda a Constituição Federal Brasileira, não foi constatado nada que impeça a implantação do projeto **da Mineração de Calcário Polimix**, desde que sejam cumpridas todas as determinações legais e orientações técnicas.

2.2.2. Leis e Decretos Federais

As normas federais serão discriminadas e comentadas em dois grandes grupos, relativos ao meio ambiente a à mineração, todavia sem guarda de referências temporais, uma vez que ajustadas por importância relativa ao melhor entendimento do empreendimento no meio que o receberá. Ressalta-se que a área receptora do empreendimento mineiro Polimix compreende terrenos naturais com usos pretéritos de agricultura e pecuária e ainda partes desvegetadas, as quais receberam aterros de bota-fora, derivados da unidade industrial vizinha.

Nesse ambiente a principal norma é Lei nº 12.651 de 25 de maio de 2012, atualizada pela Lei nº 12.727 de 17 de outubro de 2012 que substituíram por revogação o Novo Código Florestal (Lei nº 4771 de 15 de setembro de 1965), todavia a nova norma não se denomina código florestal, mas tem essa condição caracterizada por entendimento popular, sendo assim referida ao longo deste capítulo.

A Lei Florestal, sob qualquer denominação particular, assegura que as florestas e outras formas de vegetação nativa, ressalvadas as situadas em área de preservação permanente, assim como aquelas não sujeitas ao regime de utilização limitada ou objeto de legislação específica, a supressão, uma vez que são suscetíveis de desmatamento.

A lavra a ser realizada pela empresa **Mineração de Calcário Polimix**, em Quixeré, impactará diretamente sobre área de floresta, a qual não inclui qualquer limitação ao corte.

Todavia dois aspectos iniciais derivados dessa norma devem ser ressaltados:

- Na região Nordeste, deve ser mantida, a título de reserva legal, no mínimo vinte por cento, na propriedade rural.
- Deve ser solicitada autorização para uso alternativo do solo-supressão vegetal à SEMACE para realizar o desmatamento necessário para a implantação do empreendimento.

A lavra a ser realizada pela empresa **Mineração de Calcário Polimix**, em Quixeré, será implantada de acordo com o atendimento a todas as restrições que se referem às florestas e demais formas de vegetação ameaçadas e executará o desmatamento necessário apenas no momento imediatamente antes de iniciarem as obras. Desta maneira o projeto conta com terreno onde já foi implantada a Reserva Legal, assim como após a emissão da Licença Prévia poderá requerer à SEMACE a Autorização para Uso Alternativo do Solo com vistas à Supressão Vegetal.

O projeto da **Mineração de Calcário Polimix** também contempla a proteção à fauna silvestre, tal como preconizado na Lei nº 5.197 de 03 de janeiro de 1967 e suas atualizações, onde isso está claramente demonstrado nos programas controle e monitoramento ambiental.

O empreendimento também está de pleno acordo com a Lei nº 6.803 de 02 de julho de 1980, quanto às diretrizes básicas para o zoneamento industrial nas áreas críticas de poluição, sendo locado em substituição a outros usos do terreno por atividades agropecuárias, comuns em sua área de influência direta e em seu entorno. (ver também Legislação Municipal onde se estabeleceu um Distrito Industrial na área). Assim, não se enquadra em áreas críticas de poluição, mas em ocupação de áreas já antropizadas, sendo esta uma condição de avaliação ambiental benéfica do empreendimento, pois usar uma área já desmatada (ainda que parcialmente). Com isso será sempre menos impactante ao meio ambiente do que usar uma área completamente natural, o que aumentaria a taxa de desmatamento regional. No Brasil, o controle da poluição do meio ambiente provocada por atividades industriais é anterior, sendo de 1975 com o Decreto-Lei nº 1.413 e o Decreto nº 76.389 do mesmo ano. Ambos também deverão ser plenamente atendidos, principalmente quanto a localização e ao controle ambiental.

Uma das primeiras ações adotadas em um estudo ambiental é a identificação de áreas protegidas no entorno da área do empreendimento. No caso do município de Quixeré não foram identificadas unidades de conservação em seu território, isso assegura que o projeto está adequado as normas que tratam deste sistema, não sendo necessária a implantação ou zona de amortecimento ou corredor ecológico, pois como já dito, não há unidades de conservação nas proximidades de onde será implantado a lavra da **Mineração de Calcário Polimix**.

O Decreto nº 4.340 de 22 de agosto de 2002 regulamentou artigos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, definindo os critérios para criação de uma Unidade de Conservação (UC), bem como quanto ao estabelecimento de seus limites, inclusive subterrâneos e aéreos, dentre outros aspectos funcionais de manejo e gestão da UC. Em associação, o Decreto nº 5.758 de 13 de abril de 2006 instituiu o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas – PNAP. Além desses a proteção também se faz no âmbito dos Ministérios do Meio Ambiente e da Justiça, os Programas de Segurança Ambiental denominados Guarda Ambiental Nacional e Corpo de Guarda-Parques, conforme o Decreto nº 6.515, de 22 de julho de 2008.

O empreendimento minerário também está de pleno acordo com a Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938 de 31 de agosto de 1981), sendo assegurado o cumprimento de toda a legislação sucedânea, tal como a Lei nº 10.165 de 27 de dezembro de 2000; bem como o cumprimento formal de todas as formas de proteção ao meio ambiente.

Deve ser destacado que o projeto ambiental já se inicia antes da protocolização na SEMACE, pois partiu de estudos de alternativas de quais áreas seriam ambientalmente mais adequadas, sendo a escolha final do local baseada não somente em função da economia, mas paritariamente também de critérios ambientais.

Ao longo dos tempos a Política Nacional do Meio Ambiente vem sendo paulatinamente regulamentada, principalmente em Decretos, como o nº 88.351 de 1º de julho de 1983, que fez a regulamentação total e o Decreto nº 97.632 de 10 de abril de 1989, que obriga os empreendimentos destinados à exploração de recursos minerais à elaboração de EIA/RIMA, como o projeto da Mineração de Calcário Polimix, bem como de submeterem a apreciação do órgão licenciador, no caso à SEMACE; um plano de recuperação de área degradada.

A Lei nº 7.804 de 18 de julho de 1989, fez profundas alterações na Política Nacional do Meio Ambiente. De forma menos intensa, parcialmente o Decreto nº 99.274, de 12 de abril de 1990, no que tange às Unidades de Conservação da Natureza, interagindo com a regulamentação da Lei nº 6.902, de 27 de abril de 1981. A Lei nº 9.960 de 28 de janeiro de 2000 trouxe muitos acréscimos ao art. 17 da Política Nacional do Meio Ambiente, sendo estes para as responsabilidades do IBAMA, e para lhes fazer frente de apoio instituiu a Taxa de Fiscalização Ambiental - TFA. Afora essas outras normas ainda alteram, acrescentam ou regulamentam a Política Nacional do Meio Ambiente em menores proporções e relações com o empreendimento minerário que propõe ser implantado em Quixeré.

A **Mineração de Calcário Polimix** está ciente de que seu projeto pode sofrer ação civil em responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, conforme dispôs a Lei nº 7.347 de 24 de julho de 1985, caso não seja implantado de acordo com os preceitos legais vigentes, pois essa Lei disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio-ambiente, ao consumidor, dentre outros.

Fora da influência direta do meio ambiente o projeto está adequado ao Decreto nº 24.643 de 10 de julho de 1934, que instituiu o código brasileiro de águas e suas modificações, desde o longínquo Decreto-Lei nº 852 de 11 de novembro de 1938 e, posteriormente, pela Política Nacional de Recursos Hídricos e o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (Lei nº 9433 de 08 de janeiro de 1997). Uma das obrigações decorrentes dessa norma é a solicitação de outorga de uso da água, que neste caso se fará à Companhia de Gerenciamento e Gestão dos Recursos Hídricos do Estado do Ceará – COGERH, quando do aproveitamento do potencial hídrico subterrâneo. De toda forma, o empreendimento atenderá aos objetivos da Política Nacional de Recursos Hídricos mediante a utilização racional e integrada dos recursos hídricos.

A Política Nacional de Educação Ambiental tomada a partir da Portaria MEC nº 678 de 14 de maio de 1991 e depois mais acertadamente normatizada pela Lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999 (que instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental) determinou que os empreendimentos contemplassem a educação ambiental não formal em todas as suas fases, bem como instituiu um plano de educação ambiental para as obras e para os funcionamentos dos empreendimentos, sendo também estendido à população de entorno.

É essa população de entorno a mais prejudicada, caso o empreendimento venha a provocar degradação do meio ambiente, devendo estar atenta a tudo que ali se passar, funcionando como primeiro 'fiscal' da natureza e podendo ter acesso ao processo de licenciamento ambiental, de acordo com a Lei nº 10.650 de 16 de abril de 2003, que dispôs sobre o acesso público aos dados e informações existentes nos órgãos e entidades integrantes do SISNAMA. A regulamentação da Política Nacional de Educação Ambiental foi dada pelo Decreto nº 4.281 de 25 de junho de 2002.

É importante relacionar o Fundo Nacional de Meio Ambiente, criado pela Lei nº 7.797 de 10 de julho de 1989, bem como a compensação financeira a Estados e Municípios proporcionada pela Lei nº 7990 de 28 de dezembro de 1989, depois regulamentadas e alteradas pelo Decreto nº 1, de 11 de janeiro de 1991. O Decreto nº 3.866, de 16 de julho de 2001 regulamentou o inciso II-A do § 2º do art. 2º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, e a Lei nº 9.993, de 24 de julho de 2000, no que destina a recursos da compensação financeira pela exploração de recursos minerais para o setor de ciência e tecnologia.

O Decreto nº 5.566, de 26 de outubro de 2005 deu nova redação ao caput do art. 31 do Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, que regulamentou artigos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, o conhecido Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC.

O caput do art. 31 do regulamento do SNUC passou a vigorar com a seguinte redação:

Art. 31. Para os fins de fixação da compensação ambiental de que trata o art. 36 da Lei nº 9.985/de 2000, o órgão ambiental licenciador estabelecerá o grau de impacto a partir de estudo prévio de impacto ambiental e respectivo relatório - EIA/RIMA realizados quando do processo de licenciamento ambiental, sendo considerados os impactos negativos e não mitigáveis aos recursos ambientais.

Como se trata de uma região sedimentar, onde ocorrem bons depósitos de águas subterrâneas, o empreendimento também terá de se adequar ao código das águas minerais (Decreto-Lei nº 7.841 de 08 de agosto de 1945). Há atendimento pleno e destacado no que tange à eficiência ambiental, pois não foram identificados usos ou mesmo de solicitações de uso do aquífero para este fim, no entorno da área de influência direta, o que poderia ocasionar conflitos de uso, uma vez que a lavra como escavação certamente provocará alteração no nível freático na área de influência direta do empreendimento. Ainda no campo das águas, mas quanto à qualidade a ser mantida, o projeto **Mineração de Calcário Polimix** em comento está adequado ao Decreto nº 79.367 de 09 de março de 1977, no que tange ao padrão de potabilidade; bem como atenderá aos padrões de controle de qualidade preconizados no Decreto nº 5.440 de 04 de maio de 2005, inclusive com divulgação aos trabalhadores sobre a qualidade da água para consumo humano.

É importante relacionar o Decreto nº 5.975 de 30 de novembro de 2006, que regulamentou o Novo Código Florestal no que tange à exploração de florestas, bem como o art. 4º, inciso III, da Lei de Política Ambiental, que garantiu a publicidade das informações e ainda acrescentou dispositivos aos Decretos nº 3.179, de 21 de setembro de 1999, e nº 3.420, de 20 de abril de 2000. Mesmo não sendo mais vigente o Novo Código Florestal está plenamente recepcionado na Lei nº 12.651 de 25 de maio de 2012, nesse e em diversos outros aspectos no que é pertinente à proteção e controle de atividades que possam causar danos ou riscos ao meio ambiente.

Outro aspecto importante de se comentar é relativo à presença fossilífera nos calcários da Chapada do Apodi e assim em relação à proteção dos fósseis dentro do território nacional a base é a Lei 8.176 de 08 de fevereiro de 1991, como pode ser observado na epígrafe a seguir:

Art. 1º Os depósitos fossilíferos existentes em território nacional e os fósseis nele coletados são bens da União, constituindo-se patrimônio cultural e natural brasileiro e sua proteção e utilização obedecerão aos seguintes princípios:

I - geração de conhecimentos científicos sobre o patrimônio fossilífero do País, cabendo ao poder público dar prioridade e incentivos ao fortalecimento da capacidade científica nacional nessa área;

II - responsabilidade solidária do poder público federal, estadual, municipal e do Distrito Federal nas ações de fiscalização e proteção do patrimônio fossilífero;

III - consideração dos aspectos cultural, histórico, científico, ambiental e social em quaisquer decisões do poder público que digam respeito, direta ou indiretamente, ao patrimônio fossilífero;

IV - envolvimento da população na proteção do patrimônio fossilífero, por meio de facilidades no acesso à informação e criação de oportunidades sócio-econômicas vinculadas àquela proteção;

V - valorização do patrimônio fossilífero brasileiro, por meio de divulgação e ações educativas destinadas à conscientização da sociedade.

O fóssil, como bem da União, e sem a autorização legal do DNPM. (Departamento Nacional de Produção Mineral) para sua exploração por particulares, não é, por conseguinte um bem negociável. Assim, todos os que fazem a retirada de fósseis ou que os adquirem, transportam ou comercializam, incorrem em crime contra a ordem econômica (definido pelo artigo 2º, parágrafo 1º da lei 8.176).

Como se poderá verificar no diagnóstico ambiental discriminado no capítulo 07 deste Estudo de Impacto Ambiental, os fósseis encontrados nos calcários em referência são de carapaças de pequenos animais marinhos, como turrítelas, gastrópodos, ostrocóides, bivalves e outras conchas.

2.2.2.1. Destaques das Normas Federais

DECRETO-LEI Nº 25, DE 30 de novembro de 1937 - Dispôs sobre o patrimônio artístico e histórico nacional e também organizou a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, sendo considerado marco na conservação do patrimônio geológico brasileiro. Com isso, o tombamento e a proteção dos 'monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana' (§ 2º do art. 1º) passou a pertencer à União, aos estados ou aos municípios.

Artigo 1º Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

O empreendimento está sendo acompanhado pelo IPHAN, através do processo nº 01496.001559/2016-61, visando não somente atender à legislação concernente, mas também ao Termo de Referência nº 198/2016 DICOP/GECON, emitido pela SEMACE, no qual se baseia este EPIA/RIMA.

DECRETO-LEI Nº 4.146, DE 04 DE MARÇO DE 1942 - Dispôs sobre a proteção de depósitos fossilíferos.

Art. 1º Os depósitos fossilíferos são propriedades da Nação, e, como tais, a extração de espécimes fósseis depende de autorização prévia e fiscalização do Departamento Nacional da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura.

Parágrafo Único. Independem dessa autorização e fiscalização as explorações de depósitos fossilíferos feitas por museus nacionais e estaduais, e estabelecimentos oficiais congêneres, devendo, nesse caso, houver prévia comunicação ao Departamento Nacional da Produção Mineral.

Os fósseis identificados na região são restos de carapaças de pequenos animais, não se enquadrando para a exploração, assim são entendidos como indissolúvel parte do calcário.

DECRETO-LEI Nº 227, DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967 Como se trata de um empreendimento mineiro, o principal destaque é o Código de Mineração, criado pelo que deu nova redação ao Decreto-lei nº 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), destacado nos artigos que se seguem:

Art. 1º Compete à União administrar os recursos minerais, a indústria de produção mineral e a distribuição, o comércio e o consumo de produtos minerais.

Art. 2º. Os regimes de aproveitamento das substâncias minerais, para efeito deste Código, são:

III - regime de licenciamento, quando depender de licença expedida em obediência a regulamentos administrativos locais e de registro da licença no Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM;

Este Regime de Licenciamento é o caso da lavra de calcário em análise neste estudo.

Art. 3º. § 1º. Não estão sujeitos aos preceitos deste Código os trabalhos de movimentação de terras e de desmonte de materiais in natura, que se fizerem necessários à abertura de vias de transporte, obras gerais de terraplenagem e de edificações, desde que não haja comercialização das terras e dos materiais resultantes dos referidos trabalhos e ficando o seu aproveitamento restrito à utilização na própria obra.

Art. 3º. § 2º. Compete ao Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM a execução deste Código e dos diplomas legais complementares.

Art. 4º. Considera-se jazida toda massa individualizada de substância mineral ou fóssil, aflorando à superfície ou existente no interior da terra, e que tenha valor econômico; e mina, a jazida em lavra, ainda que suspensa.

É importante o uso dessas definições no Estudo de Impacto Ambiental notadamente para resguardar impactos diferenciados na jazida e na mina, onde a primeira constitui-se de uma área mais extensa, na qual estará sempre inclusa a mina. NO caso da Polimix a jazida compreende mais de 260 ha, enquanto a mina terá apenas 10 % (dez por cento) deste valor ou seja: 26 ha depois de dez anos de produção.

Art. 7º. O aproveitamento das jazidas depende de alvará de autorização de pesquisa, do Diretor-Geral do DNPM, e de concessão de lavra outorgada pelo Ministro de Estado de Minas e Energia.

Art. 11. Serão respeitados na aplicação dos regimes de Autorização, Licenciamento e Concessão:

b) o direito à participação do proprietário do solo nos resultados da lavra.

Art. 14. § 1º. A pesquisa mineral compreende, entre outros, os seguintes trabalhos de campo e de laboratório: levantamentos geológicos pormenorizados da área a pesquisar, em escala conveniente, estudos dos afloramentos e suas correlações, levantamentos geofísicos e geoquímicos; aberturas de escavações visitáveis e execução de sondagens no corpo mineral; amostragens sistemáticas; análises físicas e químicas das amostras e dos testemunhos de sondagens; e ensaios de beneficiamento dos minérios ou das substâncias minerais úteis, para obtenção de concentrados de acordo com as especificações do mercado ou aproveitamento industrial.

Art. 36. Entende-se por lavra o conjunto de operações coordenadas objetivando o aproveitamento industrial da jazida, desde a extração das substâncias minerais úteis que contiver até o beneficiamento das mesmas.

Art. 59. Ficam sujeitas a servidões de solo e subsolo, para os fins de pesquisa ou lavra, não só a propriedade onde se localiza a jazida, como as limítrofes.

Parágrafo único. Instituem-se Servidões para:

- a) construção de oficinas, instalações, obras acessórias e moradias;
- b) abertura de vias de transporte e linhas de comunicações;
- c) captação e adução de água necessária aos serviços de mineração e ao pessoal;
- d) transmissão de energia elétrica;
- e) escoamento das águas da mina e do engenho de beneficiamento;
- f) abertura de passagem de pessoal e material, de conduto de ventilação e de energia elétrica;
- g) utilização das aguadas sem prejuízo das atividades preexistentes; e,
- h) bota-fora do material desmontado e dos refugos do engenho.

Art. 60. Instituem-se as Servidões mediante indenização prévia do valor do terreno ocupado e dos prejuízos resultantes dessa ocupação.

O projeto de mineração da Polimix contempla terras próprias para a mineração e acesso direto a rodovias públicas, todavia podem ser necessárias servidões quanto ao alargamento de vias vicinais numa extensão ao redor de 2.500 metros. Demais estruturas de servidões serão minimizadas, uma vez que a empresa pretende utilizar o mínimo possível instalações fixas. No caso a mina não contará com paióis nem maquinário próprio, o que reduz as necessidades de construções.

Ainda na área de mineração o Código de Mineração foi regulamentado pelo Decreto nº 62.934, de 02 de julho de 1968, o qual dispõe sobre;

- ❖ Os direitos relativos às massas individualizadas de substâncias minerais ou fósseis, encontradas na superfície ou no interior da terra, formando os recursos minerais do país;
- ❖ O regime de sua exploração e aproveitamento;
- ❖ A fiscalização, pelo Governo Federal, da pesquisa, da lavra e de outros aspectos da indústria mineral.

E definiu jazida como: “bem imóvel, distinto do solo onde se encontra, não abrangendo a propriedade deste o minério ou a substância mineral útil que a constitui”.

Art. 6º. Considera-se jazida toda massa individualizada de substância mineral ou fóssil de valor econômico, aflorando à superfície ou existente no interior da terra; considera-se mina a jazida em lavra, ainda que suspensa.

Art. 7º. Classificam-se as jazidas, para efeito deste Regulamento, em 8 (oito) classes:

Dessas classes o calcário Polimix poderia se enquadrar em duas delas:

Classe II - jazidas de substâncias minerais de emprego imediato na construção civil;

Classe VII - jazidas de minerais industriais, não incluídas nas classes precedentes;

No caso o requerimento de pesquisa foi feito com base na classe VII. Independente disso o calcário minerado pode ser vendido 'in natura' para qualquer comprador, que lhe dará o uso que quiser, todavia o uso mais nobre será sempre o industrial para fabricação de cimento.

Art. 8º. As substâncias minerais, relacionados em cada classe, têm a seguinte especificação:

*Classe VII - substâncias minerais industriais, não incluídas nas classes precedentes: anfibólios, areias de fundição, argilas, argilas refratárias, andalusita, agalmatolitos, asbestos, ardósias, anidrita, antofilita, bentonitas, barita, boratos, **calcários**, calcários coralíneos, calcita, caulim, celestita, cianita, conchas calcárias, córidon, crisotila, diatomitos, dolomitos, diamantes industriais, dumortierita, enxôfre, estroncianita, esteatitos, feldspatos, filitos, fluorita, gipso, grafita, granada, hidrargilita, sais de iôdo, leucita, leucofilito, Calcário, mármore, micas, ocre, pinguita, pirita, pirofilita, quartzo, quarzitos, silimanita, sais de bromo, salgema, saponito, sílex, talco, tremolita, tripolito, vermiculita, wollastonita.*

Art. 12. A autorização de pesquisa ou a concessão de lavra serão conferidas, exclusivamente, a brasileiro ou a sociedade organizada no País, autorizada a funcionar como empresa de mineração.

No presente caso o requerimento foi feito em nome de Cimento Mizu e a área conta agora com uma cessão total de direitos para a Polimix. Em ambas situações empresas autorizadas a funcionar como empresa de mineração.

Art. 18. Entende-se por pesquisa mineral a execução dos trabalhos necessários à definição da jazida, sua avaliação e determinação da exequibilidade de seu aproveitamento econômico.

Nesta fase da pesquisa mineral já foi apresentado ao DNPM o Plano de aproveitamento Econômico do Calcário para fabricação de cimento, no entanto a mina irá funcionar fornecendo matéria prima a qualquer interessado.

Art. 25. A autorização de pesquisa será outorgada nas seguintes condições:

III - Os trabalhos de pesquisa só poderão ser executados na área definida no Alvará;

VI - Serão respeitados os direitos de terceiros, ressarcindo o titular da autorização os danos e prejuízos que ocasionar, não respondendo o Governo pelas limitações que daqueles direitos possam advir;

VII - As substâncias minerais extraídas só poderão ser removidas da área para análise e ensaios industriais, cabendo ao DNPM, a seu critério, autorizar a alienação de quantidades comerciais, sob as condições que especificar;

VIII - Ao concluir os trabalhos, no prazo de vigência da autorização e sem prejuízo das informações pedidas pelo DNPM, o titular da pesquisa apresentará Relatório dos trabalhos realizados, elaborado por profissional legalmente habilitado.

Para obtenção deste instrumento é necessária a emissão da Licença Prévia ambiental, que ora se pleiteia junto à SEMACE indispensável para aprovação do relatório final de pesquisa mineral, o qual contém detalhamento tal qual se requisitou no artigo 26, que se apresenta em seguida.

Art. 26. O relatório referido no item VIII do artigo anterior será circunstanciado e deverá conter dados informativos sobre a reserva mineral, a qualidade do minério ou substância mineral útil, a exequibilidade de lavra, e, especificamente, sobre:

a) situação, vias de acesso e de comunicação;

b) planta de levantamento geológico da área pesquisada, em escala adequada, com locação dos trabalhos de pesquisa;

c) descrição detalhada dos afloramentos naturais da jazida e daqueles criados pelos trabalhos de pesquisa, ilustrada com cortes geológico-estruturais e perfis de sondagens;

d) qualidade do minério ou substância mineral útil e definição do corpo mineral;

- e) gênese da jazida, sua classificação e comparação com outras da mesma natureza;
- f) relatório dos ensaios de beneficiamento;
- g) demonstração da exequibilidade econômica da lavra;
- h) tabulação das espessuras, áreas, volumes e teores necessários ao cálculo das reservas medida, indicada e inferida.

Passada a pesquisa e aprovado o licenciamento ambiental com a futura emissão da Licença de Instalação poderá ser emitida a Portaria de Lavra, observando-se a discriminação legal que se segue a partir de sua definição legal:

Art. 45. Entende-se por lavra o conjunto de operações coordenadas objetivando o aproveitamento industrial da jazida, a começar da extração das substâncias minerais úteis que contiver até o seu beneficiamento.

Art. 46. Na outorga da lavra serão observadas as seguintes condições:

- I - A jazida deverá estar pesquisada;*
- II - A área de lavra será adequada à condução técnico-econômica dos trabalhos de extração e beneficiamento, respeitados os limites da área de pesquisa.*

Parágrafo único. Considera-se satisfeita a condição referida no inciso I:

- a) a jazida pesquisada pelo DNPM. e considerada como aproveitável técnica e economicamente;*
- b) a jazida que tenha relatório de pesquisa, apresentado pelo seu titular, aprovado pelo DNPM;*
- c) na fase de lavra, a jazida declarada em disponibilidade e cujo relatório de pesquisa, em reexame, seja considerado satisfatório pelo DNPM.*

Art. 54. Além das obrigações gerais constantes deste Regulamento, o titular da concessão de lavra ficará sujeito às exigências abaixo discriminadas, sob pena de sanções previstas no Capítulo XVI deste Regulamento:

- II - Lavrar a jazida de acordo com o plano de aproveitamento econômico aprovado pelo DNPM, cuja segunda via, devidamente autenticada, deverá ser mantida no local da mina;*
- III - Extrair somente as substâncias minerais indicadas no decreto de concessão;*
- V - Executar os trabalhos de mineração com observância das normas regulamentares;*
- VI - Confiar a direção dos trabalhos de lavra a técnico legalmente habilitado ao exercício da profissão;*
- VII - Não dificultar ou impossibilitar, por lavra ambiciosa, o ulterior aproveitamento econômico da jazida;*
- VIII - Responder pelos danos e prejuízos causados a terceiros, resultantes, direta ou indiretamente, da lavra;*
- IX - Promover a segurança e a salubridade das habitações existentes no local;*
- X - Evitar o extravio das águas e drenar as que possam ocasionar danos e prejuízos aos vizinhos;*
- XI - Evitar poluição do ar, ou da água, resultantes dos trabalhos de mineração;*
- XII - Proteger e conservar as fontes de água, bem como utilizá-las segundo os preceitos técnicos, quando se tratar de lavra de jazida da Classe VIII;*

LEI Nº 3.924 DE 26 DE JUNHO DE 1961 Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos. Os monumentos arqueológicos ou pré-históricos de qualquer natureza existentes no território nacional e todos os elementos que neles se encontram ficam sob a guarda e proteção do Poder Público, de acordo com o que estabelece o Artigo 175 da Constituição Federal. A propriedade da superfície, regida pelo direito comum, não inclui a das jazidas arqueológicas ou pré-históricas, nem a dos objetos nelas incorporados na forma do Artigo 152 da mesma Constituição. Consideram-se monumentos arqueológicos ou pré-históricos:

- a) - as jazidas de qualquer natureza, origem ou finalidade, que representem testemunhos da cultura dos paleoameríndios do Brasil, tais como sambaquis, montes artificiais ou tesos, poços sepulcrais, jazigos, aterrados, estearias ou quaisquer outras não especificadas aqui, mas de significado idêntico, a juízo da autoridade competente.*
- b) - Os sítios nos quais se encontram vestígios positivos de ocupação pelos paleoameríndios, tais como grutas, lapas e abrigos sob rocha;*
- c) - Os sítios identificados como cemitérios, sepulturas ou locais de pouso prolongado ou de aldeamento, "estações" e "cerâmicos", nos quais se encontrem vestígios humanos de interesse arqueológico ou paleoetnográfico;*
- d) - As inscrições rupestres ou locais como sulcos de polimentos de utensílios e outros vestígios de atividade paleoameríndios.*

São proibidos em todo o território nacional, o aproveitamento econômico, a destruição ou mutilação, para qualquer fim, das jazidas arqueológicas ou pré-históricas conhecidas como sambaquis, casqueiros, concheiros, biribigueiras ou semambis, e bem assim dos sítios, inscrições e objetos enumerados nas alíneas b, c e d do artigo discriminado, antes de serem devidamente pesquisados, respeitadas as concessões anteriores e não caducas.

Toda a pessoa, natural ou jurídica que, na data da publicação desta lei, já estiver procedendo, para fins econômicos ou outros, à exploração de jazidas arqueológicas ou pré-históricas, deverá comunicar à Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, dentro de sessenta (60) dias, sob pena de multa, o exercício dessa atividade, para efeito de exame, registro, fiscalização e salvaguarda do interesse da ciência. Qualquer ato que importe na destruição ou mutilação dos monumentos a que se refere o Artigo 2º desta lei, será considerado crime contra o Patrimônio Nacional e, como tal, punível de acordo com o disposto nas leis penais. As jazidas conhecidas como sambaquis, manifestadas ao governo da União, por intermédio da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, de acordo com o Artigo 4º e registradas na forma do Artigo 27 desta lei, terão precedência para estudo e eventual aproveitamento, em conformidade com o Código de Minas. As jazidas arqueológicas ou pré-históricas de qualquer natureza, não manifestadas e registradas na forma dos Artigos 4º e 6º desta lei, são consideradas, para todos os efeitos, bens patrimoniais da União.

O direito de realizar escavações para fins arqueológicos, em terras de domínio público ou particular, constitui-se mediante permissão do Governo da União, através da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ficando obrigado a respeitá-lo o proprietário ou possuidor do solo. O pedido de permissão deve ser dirigido à Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, acompanhada dos trabalhos a serem executados, da prova de idoneidade técnico-científica e financeira do requerente e do nome do responsável pela realização dos trabalhos. Estando em condomínio a área em que se localiza a jazida, somente poderá requerer a permissão o administrador ou cabecel, eleito na forma do Código Civil.

A permissão terá por título numa portaria do Ministro de Educação e Cultura, que será transcrita em livro próprio da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, e na qual ficarão estabelecidas as condições a serem observadas ao desenvolvimento das escavações e estudos.

A União, bem como os Estados e Municípios mediante autorização federal, poderão proceder a escavações e pesquisas, no interesse da arqueologia e da pré-história em terrenos de propriedade particular, com exceção das áreas muradas que envolvem construções domiciliares. A falta de acordo amigável com o proprietário da área onde situar-se a jazida, será esta declarada de utilidade pública e autorizadas a sua ocupação pelo período necessário à execução dos estudos, nos termos do Artigo 36 do Decreto-lei 3365, de 21 de Junho de 1941.

No caso de ocupação temporária do terreno, para realização de escavações nas jazidas declaradas de utilidade pública, deverá ser lavrado um auto, antes do início dos estudos, no qual se descreva o aspecto exato do local. Terminados os estudos, o local deverá ser restabelecido, sempre que possível, na feição primitiva. Em caso de escavações produzirem a destruição de um relevo qualquer, essa obrigação só terá cabimento quando se comprovar que, desse aspecto particular do terreno, resultavam incontestáveis vantagens para o proprietário.

Em casos especiais e em face do significado arqueológico excepcional das jazidas poderá ser promovida a desapropriação do imóvel, ou parte dele, por utilidade pública, com fundamento no Artigo 5º, Alíneas k e l do Decreto-lei 3365, de 21 de Junho de 1941.

Nenhum órgão da administração federal, dos Estados ou dos Municípios, mesmo no caso do Artigo 28 desta lei, poderá realizar escavações arqueológicas ou pré-históricas, sem prévia comunicação à Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, para fins de registro no cadastro de jazidas arqueológicas. Dessa comunicação deve constar, obrigatoriamente, o local, o tipo ou a designação da jazida, o nome do especialista encarregado das escavações, os indícios que determinaram a escolha do local e posteriormente, uma súmula dos resultados obtidos e do destino do material coletado.

A posse e a salvaguarda dos bens de natureza arqueológica ou pré-histórica constituem, em princípio, direito imanente ao Estado. A descoberta fortuita de quaisquer elementos de interesse arqueológico ou pré-histórico, histórico, artístico ou numismático, deverá ser imediatamente comunicada à Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ou aos órgãos oficiais autorizados, pelo autor do achado ou pelo proprietário do local onde tiver ocorrido. O proprietário ou ocupante do imóvel onde se tiver verificado o achado, é responsável pela conservação provisória da coisa descoberta, até pronunciamento e deliberação da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. A infringência da obrigação imposta no artigo anterior implicará na apreensão sumária do achado, sem prejuízo da responsabilidade do inventor pelos danos que vier a causar ao Patrimônio Nacional, em decorrência da omissão.

O aproveitamento econômico das jazidas objeto desta lei, poderá ser realizado na forma e nas condições prescritas pelo Código de Minas, uma vez concluída a sua exploração científica, mediante parecer favorável da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional ou do órgão oficial autorizado. De todas as jazidas será preservada sempre que possível ou conveniente, uma parte significativa, a ser protegida pelos meios convenientes, como blocos testemunhos. O Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas encaminhará à Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional qualquer pedido de cientista estrangeiro, para realizar escavações arqueológicas ou pré-históricas, no país. Nenhuma autorização de pesquisa ou de lavra para jazidas de calcário de concha, que possua as características de monumentos arqueológicos ou pré-históricos, poderá ser concedida sem audiência prévia da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

A realização de escavações arqueológicas ou pré-históricas, com infringência de qualquer dos dispositivos desta lei, dará lugar à multa sem prejuízo de sumária apreensão e consequente perda, para o Patrimônio Nacional, de todo o material e equipamento existente no local. Para melhor execução da presente lei, a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional poderá solicitar a colaboração de órgãos federais, estaduais, municipais, bem como de instituições que tenham, entre os seus objetivos específicos, o estudo e a defesa dos monumentos arqueológicos e pré-históricos.

A Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional manterá um Cadastro dos monumentos arqueológicos do Brasil, no qual serão registradas todas as jazidas manifestadas, de acordo com o disposto nesta lei, bem como das que se tornarem conhecidas por qualquer via. As atribuições conferidas ao Ministério da Educação e Cultura, para o cumprimento desta lei, poderão ser delegadas a qualquer unidade da Federação, que disponha de serviços técnico-administrativos especialmente organizados para a guarda, preservação e estudo das jazidas arqueológicas e pré-históricas, bem como de recursos suficientes para o custeio e bom andamento dos trabalhos. No caso deste artigo, o produto das multas aplicadas e apreensões de material legalmente feitas, reverterá em benefício do serviço estadual organizado para a preservação e estudo desses monumentos. Aos infratores desta lei serão aplicadas as sanções dos artigos 163 e 167 do Código Penal, conforme o caso, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.

LEI Nº 6.938, DE 31 DE AGOSTO DE 1981 Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação. São Instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente:

I - o estabelecimento de padrões de qualidade ambiental;

II - o zoneamento ambiental;

III - a avaliação de impactos ambientais;

IV - o licenciamento e a revisão de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras;

V - os incentivos à produção e instalação de equipamentos e a criação ou absorção de tecnologia, voltados para a melhoria da qualidade ambiental;

VI - a criação de espaços territoriais especialmente protegidos pelo Poder Público federal, estadual e municipal, tais como áreas de proteção ambiental, de relevante interesse ecológico e reservas extrativistas;

VII - o sistema nacional de informações sobre o meio ambiente;

VIII - o Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumento de Defesa Ambiental;

IX - as penalidades disciplinares ou compensatórias por não cumprimento das medidas necessárias à preservação ou correção da degradação ambiental.

X - a instituição do Relatório de Qualidade do Meio Ambiente, a ser divulgado anualmente pelo IBAMA;

XI - a garantia da prestação de informações relativas ao Meio Ambiente, obrigando-se o Poder Público a produzi-las, quando inexistentes;

XII - o Cadastro Técnico Federal de atividades potencialmente poluidoras e/ou utilizadoras dos recursos ambientais.

XIII - instrumentos econômicos, como concessão florestal, servidão ambiental, seguro ambiental e outros.

Mediante anuência do órgão ambiental competente, o proprietário rural pode instituir servidão ambiental, pela qual voluntariamente renuncia, em caráter permanente ou temporário, total ou parcialmente, a direito de uso, exploração ou supressão de recursos naturais existentes na propriedade. A servidão ambiental não se aplica às áreas de preservação permanente e de reserva legal. A limitação ao uso ou exploração da vegetação da área sob servidão instituída em relação aos recursos florestais deve ser, no mínimo, a mesma estabelecida para a reserva legal. A servidão ambiental deve ser averbada no registro de imóveis competente. Na hipótese de compensação de reserva legal, a servidão deve ser averbada na matrícula de todos os imóveis envolvidos. É vedada, durante o prazo de vigência da servidão ambiental, a alteração da destinação da área, nos casos de transmissão do imóvel a qualquer título, de desmembramento ou de retificação dos limites da propriedade.

A construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, considerados efetiva e potencialmente poluidores, bem como os capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, dependerão de prévio licenciamento da SEMACE e do IBAMA, em caráter supletivo, sem prejuízo de outras licenças exigíveis. Nos casos e prazos previstos em resolução do CONAMA, o licenciamento de que trata este artigo dependerá de homologação da SEMA (atual Ministério do Meio Ambiente - MMA). A SEMACE e o IBAMA, este em caráter supletivo, poderão, se necessário e sem prejuízo das penalidades pecuniárias cabíveis, determinar a redução das atividades geradoras de poluição, para manter as emissões gasosas, os efluentes líquidos e os resíduos sólidos dentro das condições e limites estipulados no licenciamento concedido. Sem prejuízo das penalidades definidas pela legislação federal, estadual e municipal, o não cumprimento das medidas necessárias à preservação ou correção dos inconvenientes e danos causados pela degradação da qualidade ambiental sujeitará os transgressores:

I - à multa simples ou diária;

II - à perda ou restrição de incentivos e benefícios fiscais concedidos pelo Poder Público;

III - à perda ou suspensão de participação em linhas de financiamento em estabelecimentos oficiais de crédito;

IV - à suspensão de sua atividade.

Fica instituído, sob a administração do IBAMA, o Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental, para registro obrigatório de pessoas físicas ou jurídicas que se dedicam à consultoria técnica sobre problemas ecológicos e ambientais e à indústria e comércio de equipamentos, aparelhos e instrumentos destinados ao controle de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras. As ações de licenciamento, registro, autorizações, concessões e permissões relacionadas à fauna, à flora e ao controle ambiental são de competência exclusiva dos órgãos integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente.

DECRETO Nº 97.632, DE 10 DE ABRIL DE 1989 - Dispõe sobre a regulamentação do artigo 2º, inciso VIII, da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, da qual se especifica:

Art. 1º. Os empreendimentos que se destinam à exploração de recursos minerais deverão, quando da apresentação do Estudo de Impacto Ambiental - EIA e do Relatório de Impacto Ambiental - RIMA, submeter à aprovação do órgão ambiental competente, plano de recuperação de área degradada.

Art. 2º. Para efeito deste Decreto são considerados como degradação os processos resultantes dos danos ao meio ambiente, pelos quais se perdem ou se reduzem algumas de suas propriedades, tais como, a qualidade ou capacidade produtiva dos recursos ambientais.

Art. 3º. A recuperação deverá ter por objetivo o retorno do sítio degradado a uma forma de utilização, de acordo com um plano preestabelecido para o uso do solo, visando a obtenção de uma estabilidade do meio ambiente.

DECRETO Nº 99.274, DE 6 DE JUNHO DE 1990 - Regulamentou a Lei nº 6.902, de 27/04/1981, e a Lei nº 6.938, de 31/08/1981, que dispunham, respectivamente, sobre a criação de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental e sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, da qual se fazem destaques as seguintes passagens:

Art. 17. A construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimento de atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, bem assim os Empreendimentos capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, dependerão de prévio licenciamento do órgão estadual competente integrante do SISNAMA, sem prejuízo de outras licenças legalmente exigíveis.

§ 1º. Caberá ao CONAMA fixar os critérios básicos, segundo os quais serão exigidos estudos de impacto ambiental para fins de licenciamento, contendo, entre outros, os seguintes itens:

- a) diagnóstico ambiental da área;
- b) descrição da ação proposta e suas alternativas; e
- c) identificação, análise e previsão dos impactos significativos, positivos e negativos.

§ 2º. O estudo de impacto ambiental será realizado por técnicos habilitados e constituirá o Relatório de Impacto Ambiental RIMA, correndo as despesas à conta do proponente do projeto.

§ 3º. Respeitada a matéria de sigilo industrial, assim expressamente caracterizada a pedido do interessado, o RIMA, devidamente fundamentado, será acessível ao público.

§ 4º. Resguardado o sigilo industrial, os pedidos de licenciamento, em qualquer das suas modalidades, sua renovação e a respectiva concessão da licença serão objeto de publicação resumida, paga pelo interessado, no jornal oficial do Estado e em um periódico de grande circulação, regional ou local, conforme modelo aprovado pelo CONAMA.

Art. 18. O órgão estadual do meio ambiente e o IBAMA, este em caráter supletivo, sem prejuízo das penalidades pecuniárias cabíveis, determinarão, sempre que necessário, a redução das atividades geradoras de poluição, para manter as emissões gasosas ou efluentes líquidos e os resíduos sólidos nas condições e limites estipulados no licenciamento concedido.

Art. 19. O Poder Público, no exercício de sua competência de controle, expedirá as seguintes licenças:

- I - Licença Prévia (LP), na fase preliminar do planejamento de atividade, contendo requisitos básicos a serem atendidos nas fases de localização, instalação e operação, observados os planos municipais, estaduais ou federais de uso do solo;
- II - Licença de Instalação (LI), autorizando o início da implantação, de acordo com as especificações constantes do Projeto Executivo aprovado; e
- III - Licença de Operação (LO), autorizando, após as verificações necessárias, o início da atividade licenciada e o funcionamento de seus equipamentos de controle de poluição, de acordo com o previsto nas Licenças Prévia e de Instalação.

§ 1º. Os prazos para a concessão das licenças serão fixados pelo CONAMA, observada a natureza técnica da atividade.

§ 2º. Nos casos previstos em resolução do CONAMA, o licenciamento de que trata este artigo dependerá de homologação do Ibama.

A **Mineração de Calcário Polimix** atende integralmente a essa norma, tendo solicitado a LP à SEMACE e contratado a consultoria independente da INFOambiental para elaborar Estudo de Impacto Ambiental de acordo com os critérios e procedimento estabelecidos no Termo de Referência emitido pela SEMACE.

DECRETO Nº 99.556 DE 1º DE OUTUBRO DE 1990, que, entre outras: definiu as cavidades naturais subterrâneas como patrimônio cultural brasileiro; elencou uma série de exigências quanto à necessidade de elaboração de estudo de impacto ambiental prévio à implantação de empreendimento previsto em áreas de ocorrência de cavidades subterrâneas ou de potencial espeleológico, mantendo a integridade física e o equilíbrio ecológico. Não se permitiam, dessa forma, impactos de qualquer natureza em cavidades naturais subterrâneas.

LEI Nº 9.314 DE 14 DE NOVEMBRO DE 1996 - Alterou dispositivos do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, incluindo os regimes de aproveitamento das substâncias minerais, e sua publicação deixou sem efeito algumas resoluções do CONAMA, que perderam o objeto de aspectos minerários pela contemplação em norma maior.

LEI Nº 9.605 DE 12 DE FEVEREIRO DE 1998 Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente. *Quem, de qualquer forma, concorrer para a prática dos crimes previstos nesta Lei, incidirá nas penas cominadas, na medida da sua culpabilidade, bem como o diretor, o administrador, o membro de conselho e de órgão técnico, o auditor, o gerente, o preposto ou mandatário de pessoa jurídica, que, sabendo da conduta criminosa de outrem, deixar de impedir a sua prática, quando podia agir para evitá-la.* A responsabilidade das pessoas jurídicas não exclui a das pessoas físicas, autoras, co-autoras ou partícipes do mesmo fato. Dessa forma poderão ser enquadrados em crimes, tanto o empreendedor e seus prepostos, quanto essa consultoria e ainda o agente público encarregado do licenciamento, cada um respondendo por suas ações, sendo ressaltado que poderá ser desconsiderada a pessoa jurídica sempre que sua personalidade for obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados à qualidade do meio ambiente.

Sobre a aplicação da pena, a lei dispõe sobre:

- ✓ *Os requisitos para a imposição e gradação da penalidade;*
- ✓ *A substituição das penas privativas de liberdade por restritivas de direitos, principalmente quando o infrator for pessoa jurídica;*
- ✓ *Quais as penas restritivas de direitos que serão aplicadas;*
- ✓ *As circunstâncias atenuantes e agravantes da pena;*
- ✓ *Possibilidade de aplicação da suspensão condicional;*
- ✓ *As penas aplicadas à pessoa jurídica;*
- ✓ *A presente lei trata, outrossim:*
- ✓ *Da apreensão do produto e do instrumento de infração administrativa ou de crime;*
- ✓ *Da ação e do processo penal;*
- ✓ *Dos crimes contra o meio ambiente (fauna, flora, poluição ambiental, ordenamento urbano, patrimônio cultural e administração ambiental);*
- ✓ *Infrações administrativas e respectivas sanções.*

O projeto e o estudo ambiental do projeto de mineração Polimix em Quixeré, foram concebidos em completo respeito a todas as leis e normas, não havendo risco de incidência em crimes ambientais nesta fase.

LEI Nº 9.985 DE 18 DE JULHO DE 2000 Instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação. O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC é constituído pelo conjunto das unidades de conservação federais, estaduais e municipais, de acordo com o disposto nesta Lei. As Unidades de Conservação mais próximas à área do empreendimento são a Estação Ecológica do Castanhão, o Monumento Natural dos Monólitos em Quixadá e as UCs do litoral em Aracati e Icapuí, todas a mais de 100 km de distância. Ressalta-se que o município de Quixeré, assim como seus vizinhos: Jaguaruana; Russas e Limoeiro do Norte não possuem qualquer Unidade de Conservação registrada no cadastro nacional disponível no Ministério do Meio Ambiente.

A citada lei estabelece os objetivos, diretrizes, órgãos e respectivas atribuições no que pertine ao SNUC. As unidades de conservação dividem-se em dois grupos, com características específicas:

I - Unidades de Proteção Integral;

II - Unidades de Uso Sustentável.

O objetivo básico das Unidades de Proteção Integral é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos nesta Lei. O objetivo básico das Unidades de Uso Sustentável é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais. Todas as Unidades de Conservação do Meio Ambiente próximas à área do empreendimento são consideradas de uso sustentável.

O grupo das Unidades de Proteção Integral é composto pelas seguintes categorias de unidade de conservação:

I - Estação Ecológica;

II - Reserva Biológica;

III - Parque Nacional;

IV - Monumento Natural;

V - Refúgio de Vida Silvestre.

Constituem o Grupo das Unidades de Uso Sustentável as seguintes categorias de unidade de conservação:

I - Área de Proteção Ambiental;

II - Área de Relevante Interesse Ecológico;

III - Floresta Nacional;

IV - Reserva Extrativista;

V - Reserva de Fauna;

VI - Reserva de Desenvolvimento Sustentável; e

VII - Reserva Particular do Patrimônio Natural.

As unidades de conservação são criadas por ato do Poder Público. A Área de Proteção Ambiental é uma área em geral extensa, com certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais. A APA é constituída por terras públicas ou privadas, e disporá de um Conselho presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes dos órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e da população residente, conforme se dispuser no regulamento desta Lei.

A criação de uma unidade de conservação deve ser precedida de estudos técnicos e de consulta pública que permitam identificar a localização, a dimensão e os limites mais adequados para a unidade, conforme se dispuser em regulamento. O subsolo e o espaço aéreo, sempre que influírem na estabilidade do ecossistema, integram os limites das unidades de conservação. As unidades de conservação, exceto Área de Proteção Ambiental e Reserva Particular do Patrimônio Natural, devem possuir uma zona de amortecimento e, quando conveniente, corredores ecológicos. No caso do empreendimento Polimix em Quixeré fica constatado que não há qualquer Unidade de Conservação do Meio Ambiente na Chapada do Apodi, sendo recomendado que aquele ecossistema receba estudos específicos do poder público visando identificar alguma área qualificada para proteção, o que se faz necessário para aquele ecossistema.

LEI Nº 10.257, DE 10 DE JULHO DE 2001 - Regulamentou os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelecendo diretrizes gerais da política urbana e deu outras providências.

DECRETO Nº 4.297, DE 10 DE JULHO DE 2002 - Regulamentou o art. 9º, inciso II, da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, estabelecendo critérios para o Zoneamento Ecológico-Econômico do Brasil – ZEE, de onde se destacam os seguintes artigos:

Art. 2º. O ZEE, instrumento de organização do território a ser obrigatoriamente seguido na implantação de planos, obras e atividades públicas e privadas, estabelece medidas e padrões de proteção ambiental destinados a assegurar a qualidade ambiental, dos recursos hídricos e do solo e a conservação da biodiversidade, garantindo o desenvolvimento sustentável e a melhoria das condições de vida da população.

Art. 3º. O ZEE tem por objetivo geral organizar, de forma vinculada, as decisões dos agentes públicos e privados quanto a planos, programas, projetos e atividades que, direta ou indiretamente, utilizem recursos naturais, assegurando a plena manutenção do capital e dos serviços ambientais dos ecossistemas.

Parágrafo único. O ZEE, na distribuição espacial das atividades econômicas, levará em conta a importância ecológica, as limitações e as fragilidades dos ecossistemas, estabelecendo vedações, restrições e alternativas de exploração do território e determinando, quando for o caso, inclusive a realocação de atividades incompatíveis com suas diretrizes gerais.

Art. 6º Compete ao Poder Público Federal elaborar e executar o ZEE nacional e regionais, quando tiver por objeto biomas brasileiros ou territórios abrangidos por planos e projetos prioritários estabelecidos pelo Governo Federal.

§ 1º O Poder Público Federal poderá, mediante celebração de termo apropriado, elaborar e executar o ZEE em articulação e cooperação com os Estados, cumpridos os requisitos previstos neste Decreto.

§ 2º O Poder Público Federal deverá reunir e sistematizar as informações geradas, inclusive pelos Estados e Municípios, bem como disponibilizá-las publicamente.

Art. 7º A elaboração e implementação do ZEE observarão os pressupostos técnicos, institucionais e financeiros.

Art. 11. O ZEE dividirá o território em zonas, de acordo com as necessidades de proteção, conservação e recuperação dos recursos naturais e do desenvolvimento sustentável.

Parágrafo único. A instituição de zonas orientar-se-á pelos princípios da utilidade e da simplicidade, de modo a facilitar a implementação de seus limites e restrições pelo Poder Público, bem como sua compreensão pelos cidadãos."

No caso do Estado do Ceará o ZEE compreende o município de Quixeré onde está localizada a jazida de calcário aqui em estudo. O ZEE Ceará foi desenvolvido pela Superintendência Estadual do Meio Ambiente - SEMACE e executado pelo Instituto de Ciências do Mar-LABOMAR, da Universidade Federal do Ceará - UFC, através da Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura – FCPC, a partir de fóruns Regionais para divulgação, envolvendo a participação de outros trinta e sete municípios, além de Quixeré, objetivando apresentar e discutir a metodologia do projeto, através de uma ação articulada e com ampla participação dos mais diversos setores da sociedade.

DECRETO Nº 4.340, DE 22 DE AGOSTO DE 2002 - Regulamentou artigos da Lei nº 9.985, de 18/07/2000, que dispôs sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, sendo aqui destacado considerando a fixação de cálculo para a compensação ambiental devida por empreendimentos licenciados por meio de EPIA/RIMA.

Art. 31. Para os fins de fixação da compensação ambiental de que trata o art. 36 da Lei no 9.985, de 2000, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA estabelecerá o grau de impacto a partir de estudo prévio de impacto ambiental e respectivo relatório - EIA/RIMA, ocasião em que considerará, exclusivamente, os impactos ambientais negativos sobre o meio ambiente.

§ 1o O impacto causado será levado em conta apenas uma vez no cálculo.

§ 2o O cálculo deverá conter os indicadores do impacto gerado pelo empreendimento e das características do ambiente a ser impactado.

§ 3o Não serão incluídos no cálculo da compensação ambiental os investimentos referentes aos planos, projetos e programas exigidos no procedimento de licenciamento ambiental para mitigação de impactos, bem como os encargos e custos incidentes sobre o financiamento do Empreendimento, inclusive os relativos às garantias, e os custos com apólices e prêmios de seguros pessoais e reais.

§ 4º A compensação ambiental poderá incidir sobre cada trecho, naqueles empreendimentos em que for emitida a licença de instalação por trecho.

Art. 31-A. O Valor da Compensação Ambiental - CA será calculado pelo produto do Grau de Impacto - GI com o Valor de Referência - VR, de acordo com a fórmula a seguir:

CA = VR x GI, onde:

CA = Valor da Compensação Ambiental;

VR = somatório dos investimentos necessários para implantação do empreendimento, não incluídos os investimentos referentes aos planos, projetos e programas exigidos no procedimento de licenciamento ambiental para mitigação de impactos causados pelo empreendimento, bem como os encargos e custos incidentes sobre o financiamento do empreendimento, inclusive os relativos às garantias, e os custos com apólices e prêmios de seguros pessoais e reais; e

GI = Grau de Impacto nos ecossistemas, podendo atingir valores de 0 a 0,5%.

§ 1º O GI referido neste artigo será obtido conforme o disposto no Anexo deste Decreto.

§ 2º O EIA/RIMA deverá conter as informações necessárias ao cálculo do GI.

§ 3º As informações necessárias ao cálculo do VR deverão ser apresentadas pelo empreendedor ao órgão licenciador antes da emissão da licença de instalação.

§ 4º Nos casos em que a compensação ambiental incidir sobre cada trecho do empreendimento, o VR será calculado com base nos investimentos que causam impactos ambientais, relativos ao trecho.

Art. 31-B. Caberá ao IBAMA realizar o cálculo da compensação ambiental de acordo com as informações a que se refere o art. 31-A.

§ 1º Da decisão do cálculo da compensação ambiental caberá recurso no prazo de dez dias, conforme regulamentação a ser definida pelo órgão licenciador.

§ 2º O recurso será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar no prazo de cinco dias, o encaminhará à autoridade superior.

§ 3º O órgão licenciador deverá julgar o recurso no prazo de até trinta dias, salvo prorrogação por igual período expressamente motivada.

§ 4º Fixado em caráter final o valor da compensação, o IBAMA definirá sua destinação, ouvido o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes e observado o § 2º do art. 36 da Lei no 9.985, de 2000.

Art. 32. Será instituída câmara de compensação ambiental no âmbito do Ministério do Meio Ambiente, com a finalidade de:

I - estabelecer prioridades e diretrizes para aplicação da compensação ambiental;

II - avaliar e auditar, periodicamente, a metodologia e os procedimentos de cálculo da compensação ambiental, de acordo com estudos ambientais realizados e percentuais definidos;

III - propor diretrizes necessárias para agilizar a regularização fundiária das unidades de conservação; e

IV - estabelecer diretrizes para elaboração e implantação dos planos de manejo das unidades de conservação."

O cálculo de compensação ambiental está determinado no capítulo de Avaliação dos Impactos Ambientais neste Estudo Prévio de Impacto Ambiental.

Quanto à destinação de compensação ambiental existem duas normas: uma federal, delineada nessa própria norma:

Art. 33. A aplicação dos recursos da compensação ambiental de que trata o art. 36 da Lei no 9.985, de 2000, nas unidades de conservação, existentes ou a serem criadas, deve obedecer à seguinte ordem de prioridade:

I - regularização fundiária e demarcação das terras;

III - elaboração, revisão ou implantação de plano de manejo;

III - aquisição de bens e serviços necessários à implantação, gestão, monitoramento e proteção da unidade, compreendendo sua área de amortecimento;

IV - desenvolvimento de estudos necessários à criação de nova unidade de conservação; e

V - desenvolvimento de pesquisas necessárias para o manejo da unidade de conservação e área de amortecimento.

Parágrafo único. Nos casos de Reserva Particular do Patrimônio Natural, Monumento Natural, Refúgio de Vida Silvestre, Área de Relevante Interesse Ecológico e Área de Proteção Ambiental, quando a posse e o domínio não sejam do Poder Público, os recursos da compensação somente poderão ser aplicados para custear as seguintes atividades:

I - elaboração do Plano de Manejo ou nas atividades de proteção da unidade;

II - realização das pesquisas necessárias para o manejo da unidade, sendo vedada a aquisição de bens e equipamentos permanentes;

III - implantação de programas de educação ambiental; e

IV - financiamento de estudos de viabilidade econômica para uso sustentável dos recursos naturais da unidade afetada.

O artigo 36 em referência é aqui compilado:

Art. 36. Nos casos de licenciamento ambiental de empreendimentos de significativo impacto ambiental, assim considerado pelo órgão ambiental competente, com fundamento em estudo de impacto ambiental e respectivo relatório - EIA/RIMA, o empreendedor é obrigado a apoiar a implantação e manutenção de unidade de conservação do Grupo de Proteção Integral, de acordo com o disposto neste artigo e no regulamento desta Lei.

§ 2º Ao órgão ambiental licenciador compete definir as unidades de conservação a serem beneficiadas, considerando as propostas apresentadas no EIA/RIMA e ouvido o empreendedor, podendo inclusive ser contemplada a criação de novas unidades de conservação.

§ 3º Quando o empreendimento afetar unidade de conservação específica ou sua zona de amortecimento, o licenciamento a que se refere o caput deste artigo só poderá ser concedido mediante autorização do órgão responsável por sua administração, e a unidade afetada, mesmo que não pertencente ao Grupo de Proteção Integral, deverá ser uma das beneficiárias da compensação definida neste artigo.

Porém a legislação estadual (como se demonstra mais adiante) diz que os recursos não são destinados às Unidades de Conservação de forma direta e sim a um fundo estadual de meio ambiente.

A **Mineração de Calcário Polimix** a fará o pagamento da compensação à SEMACE ou a quem a mesma indicar, em consonância com a norma estadual, ainda que aqui neste EPIA/RIMA essa condição contrarie a norma federal acima discriminada.

LEI Nº 11.516, DE 28 DE AGOSTO DE 2007 - Dispôs sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes; altera as Leis nos 7.735, de 22 de fevereiro de 1989, 11.284, de 2 de março de 2006, 9.985, de 18 de julho de 2000, 10.410, de 11 de janeiro de 2002, 11.156, de 29 de julho de 2005, 11.357, de 19 de outubro de 2006, e 7.957, de 20 de dezembro de 1989; revoga dispositivos da Lei no 8.028, de 12 de abril de 1990, e da Medida Provisória no 2.216-37, de 31 de agosto de 2001; e deu outras providências.

DECRETO Nº 6.270, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2007 - Promulgou a Convenção nº 176 e a Recomendação nº 183 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Segurança e Saúde nas Minas, adotadas em Genebra, em 22 de junho de 1995, pela 85ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho.

Artigo 1º:

1. Aos efeitos da presente Convenção, o termo “mina” engloba:

(a) as instalações, subterrâneas ou de superfície, nas que se realizam, em particular, as seguintes atividades:

(I) a exploração de minérios, excluídos o gás e o petróleo, que implique a alteração do solo por meios mecânicos;

(II) a exploração de minérios, excluídos gás e petróleo;

(III) a preparação, incluídas a trituração, a moagem, a concentração ou a lavagem do material extraído, e

(b) todas as máquinas, equipamentos, acessórios, instalações, edifícios e estruturas de engenharia civil utilizados em relação com as atividades a que se refere a alínea (a) anterior.

2. Aos efeitos da presente Convenção, o termo “empregador” designa a toda pessoa física ou jurídica que emprega um ou mais trabalhadores em uma mina e, conforme o caso, ao encarregado da exploração, ao empreiteiro principal, ao empreiteiro ou ao subempreiteiro.

Artigo 6º:

Ao adotar as medidas de prevenção e proteção previstas nessa parte da Convenção, o empregador deverá avaliar os riscos e tratá-los na seguinte ordem de prioridade:

(a) eliminar os riscos;

(b) controlar os riscos em sua fonte;

(c) reduzir os riscos ao mínimo, mediante medidas que incluam a elaboração de métodos de trabalho seguros;

(d) enquanto perdure a situação de risco, prever a utilização de equipamentos de proteção pessoal, levando em consideração o que seja razoável, praticável e factível e o que esteja em consonância com a prática e o exercício da devida diligência.

DECRETO Nº 6.514, DE 22 DE JULHO DE 2008 - Dispôs sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, sendo reconhecido como regulamento da Lei dos Crimes Ambientais, sendo aqui citado sempre como referência, uma vez que não há, nem se espera haver, qualquer infração pelo empreendimento Polimix em Quixeré, pois uma das solicitações da empresa ao contratar a INFOambiental foi que houvesse sempre orientação técnica para evitar danos e riscos ambientais, tanto na área diretamente afetada pelo empreendimento mineiro, quanto em seu entorno.

Art. 2º. Considera-se infração administrativa ambiental, toda ação ou omissão que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente, conforme o disposto na Seção III deste Capítulo.

Art. 15-A. O embargo de obra ou atividade restringe-se aos locais onde efetivamente caracterizou-se a infração ambiental, não alcançando as demais atividades realizadas em áreas não embargadas da propriedade ou posse ou não correlacionadas com a infração.

Art. 19. A sanção de demolição de obra poderá ser aplicada pela autoridade ambiental, após o contraditório e ampla defesa, quando:

I - verificada a construção de obra em área ambientalmente protegida em desacordo com a legislação ambiental; ou

II - quando a obra ou construção realizada não atenda às condicionantes da legislação ambiental e não seja passível de regularização.

Art. 63. Executar pesquisa, lavra ou extração de minerais sem a competente autorização, permissão, concessão ou licença da autoridade ambiental competente ou em desacordo com a obtida:

Multa de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) a R\$ 3.000,00 (três mil reais), por hectare ou fração.

Parágrafo único. Incorre nas mesmas multas quem deixa de recuperar a área pesquisada ou explorada, nos termos da autorização, permissão, licença, concessão ou determinação do órgão ambiental competente.

Art. 66. Construir, reformar, ampliar, instalar ou fazer funcionar estabelecimentos, atividades, obras ou serviços utilizadores de recursos ambientais, considerados efetiva ou potencialmente poluidores, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, em desacordo com a licença obtida ou contrariando as normas legais e regulamentos pertinentes:

Multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).

Parágrafo único. Incorre nas mesmas multas quem:

II - deixa de atender a condicionantes estabelecidas na licença ambiental.

Art. 140. São considerados serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente:

I - execução de obras ou atividades de recuperação de danos decorrentes da própria infração;

II - implementação de obras ou atividades de recuperação de áreas degradadas, bem como de preservação e melhoria da qualidade do meio ambiente;

III - custeio ou execução de programas e de projetos ambientais desenvolvidos por entidades públicas de proteção e conservação do meio ambiente; e

IV - manutenção de espaços públicos que tenham como objetivo a preservação do meio ambiente.

DECRETO Nº 6.640, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2008 – Dispôs sobre a proteção das cavidades naturais subterrâneas existentes no território nacional, dando nova redação aos artigos 1º, 2º, 3º, 4º e 5º e acrescenta os artigos 5-A e 5-B ao Decreto nº 99.556 de 1º de outubro de 1990, que dispôs sobre a proteção das cavidades naturais subterrâneas existentes no território nacional.

Artigo 1º:

Parágrafo único: todo e qualquer espaço subterrâneo acessível pelo ser humano, com ou sem abertura identificada, popularmente conhecida como caverna, gruta, lapa, toca, abismo, furna ou buraco, incluindo seu ambiente, conteúdo mineral e hídrico, a fauna e a flora ali encontrados e o corpo rochoso onde os mesmos se inserem desde que tenham sido formados por processos naturais, independentemente de suas dimensões ou tipo de rocha encaixante.

Em relação à Mina Velame 2 já foi devidamente constatado a ausência de cavidades abertas, o que pode ser visto nas minas vizinhas da Apodi e da Mizu. Todas as cavidades calcárias existentes foram ocupadas por aterros arenosos naturais. Isso é evidência que essas cavidades foram formadas em subsuperfície, ou seja, nunca estiveram ao nível do solo, porquanto assim não poderiam ser ocupadas por seres vivos, animais ou mesmo vegetais.

DECRETO Nº 6.848, DE 14 DE MAIO DE 2009 - Alterou e acrescentou dispositivos ao Decreto no 4.340, de 22/08/2002, para adequar a compensação ambiental.

LEI COMPLEMENTAR Nº 140, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2011 que regulamentou os incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, fixando normas, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora.

É essa a Lei que assegurou a atuação natural e supletiva dos entes federados, na forma de cooperação e competência comum na proteção ao meio ambiente, também fez a definição de licenciamento ambiental, que nada mais é que:

“o procedimento administrativo destinado a licenciar atividades ou empreendimentos utilizadores de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental”.

As atribuições do licenciamento são delimitadas nos artigos 7º, 8º e 9º, para cada um dos entes: federal, estadual ou municipal, respectivamente. Assim a mineração desejada pela Polimix Concreto, deverá obrigatoriamente se submeter ao licenciamento ambiental a um ente federado, sendo a especificação definida na norma como se segue:

Art. 7º São ações administrativas da União:

XIV - promover o licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades:

- a) localizados ou desenvolvidos conjuntamente no Brasil e em país limítrofe;*
- b) localizados ou desenvolvidos no mar territorial, na plataforma continental ou na zona econômica exclusiva;*
- c) localizados ou desenvolvidos em terras indígenas;*
- d) localizados ou desenvolvidos em unidades de conservação instituídas pela União, exceto em Áreas de Proteção Ambiental (APAs);*
- e) localizados ou desenvolvidos em 2 (dois) ou mais Estados;*
- f) de caráter militar, excetuando-se do licenciamento ambiental, nos termos de ato do Poder Executivo, aqueles previstos no preparo e emprego das Forças Armadas, conforme disposto na Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999;*
- g) destinados a pesquisar, lavrar, produzir, beneficiar, transportar, armazenar e dispor material radioativo, em qualquer estágio, ou que utilizem energia nuclear em qualquer de suas formas e aplicações, mediante parecer da Comissão Nacional de Energia Nuclear (Cnen); ou*
- h) que atendam tipologia estabelecida por ato do Poder Executivo, a partir de proposição da Comissão Tripartite Nacional, assegurada a participação de um membro do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), e considerados os critérios de porte, potencial poluidor e natureza da atividade ou empreendimento;*

Para ser licenciado pela União o empreendimento não se qualifica, considerando que de todos os itens listados nenhum deles permite o enquadramento, pois: não está na fronteira do Brasil com outro país; nem no mar territorial; nem em terras indígenas; nem em Unidade de Conservação do Meio Ambiente; está localizado exclusivamente no Estado do Ceará; não se registra qualquer interesse militar; nem trata de material radioativo; e muito menos possui grande porte capaz de gerar impactos em uma região.

No caso a competência é do Estado do Ceará, conforme análise inicial da íntegra do artigo 8º.

Art. 8º São ações administrativas dos Estados:

- I - executar e fazer cumprir, em âmbito estadual, a Política Nacional do Meio Ambiente e demais políticas nacionais relacionadas à proteção ambiental;*
- II - exercer a gestão dos recursos ambientais no âmbito de suas atribuições;*
- III - formular, executar e fazer cumprir, em âmbito estadual, a Política Estadual de Meio Ambiente;*
- IV - promover, no âmbito estadual, a integração de programas e ações de órgãos e entidades da administração pública da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, relacionados à proteção e à gestão ambiental;*
- V - articular a cooperação técnica, científica e financeira, em apoio às Políticas Nacional e Estadual de Meio Ambiente;*
- VI - promover o desenvolvimento de estudos e pesquisas direcionados à proteção e à gestão ambiental, divulgando os resultados obtidos;*
- VII - organizar e manter, com a colaboração dos órgãos municipais competentes, o Sistema Estadual de Informações sobre Meio Ambiente;*
- VIII - prestar informações à União para a formação e atualização do Sinima;*
- IX - elaborar o zoneamento ambiental de âmbito estadual, em conformidade com os zoneamentos de âmbito nacional e regional;*
- X - definir espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos;*

XI - promover e orientar a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a proteção do meio ambiente;

XII - controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente, na forma da lei;

XIII - exercer o controle e fiscalizar as atividades e empreendimentos cuja atribuição para licenciar ou autorizar, ambientalmente, for cometida aos Estados;

XIV - promover o licenciamento ambiental de atividades ou empreendimentos utilizadores de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, ressalvado o disposto nos arts. 7º e 9º;

XV - promover o licenciamento ambiental de atividades ou empreendimentos localizados ou desenvolvidos em unidades de conservação instituídas pelo Estado, exceto em Áreas de Proteção Ambiental (APAs);

XVI - aprovar o manejo e a supressão de vegetação, de florestas e formações sucessoras em:

a) florestas públicas estaduais ou unidades de conservação do Estado, exceto em Áreas de Proteção Ambiental (APAs);

b) imóveis rurais, observadas as atribuições previstas no inciso XV do art. 7º; e

c) atividades ou empreendimentos licenciados ou autorizados, ambientalmente, pelo Estado;

XVII - elaborar a relação de espécies da fauna e da flora ameaçadas de extinção no respectivo território, mediante laudos e estudos técnico-científicos, fomentando as atividades que conservem essas espécies in situ;

XVIII - controlar a apanha de espécimes da fauna silvestre, ovos e larvas destinadas à implantação de criadouros e à pesquisa científica, ressalvado o disposto no inciso XX do art. 7º;

XIX - aprovar o funcionamento de criadouros da fauna silvestre;

XX - exercer o controle ambiental da pesca em âmbito estadual; e

XXI - exercer o controle ambiental do transporte fluvial e terrestre de produtos perigosos, ressalvado o disposto no inciso XXV do art. 7º.

Portanto a responsabilidade do Estado pelo licenciamento é marcada, com as ressalvas dos artigos 7º e 9º, que tratam respectivamente das atribuições federais e municipais. Ressalta-se que pelo porte do empreendimento a responsabilidade deveria ser do município, como se depreende da leitura desse destaque do artigo 9º:

XIV - observadas as atribuições dos demais entes federativos previstas nesta Lei Complementar, promover o licenciamento ambiental das atividades ou empreendimentos:

a) que causem ou possam causar impacto ambiental de âmbito local, conforme tipologia definida pelos respectivos Conselhos Estaduais de Meio Ambiente, considerados os critérios de porte, potencial poluidor e natureza da atividade; ou

Portanto o impacto local da mineração pleiteada pela Polimix Concreto seria de competência do município de Quixeré, no entanto aquele não dispõe da qualificação técnica capaz de promover o licenciamento, tipificado no inciso anterior do art. 9º:

XIII - exercer o controle e fiscalizar as atividades e empreendimentos cuja atribuição para licenciar ou autorizar, ambientalmente, for cometida ao Município;

Assim passa à competência do Estado do Ceará, único ente competente:

Art. 13. Os empreendimentos e atividades são licenciados ou autorizados, ambientalmente, por um único ente federativo, em conformidade com as atribuições estabelecidas nos termos desta Lei Complementar.

§ 1º Os demais entes federativos interessados podem manifestar-se ao órgão responsável pela licença ou autorização, de maneira não vinculante, respeitados os prazos e procedimentos do licenciamento ambiental.

A competência do Estado do Ceará também é explicitamente definida no artigo 15º

Art. 15. Os entes federativos devem atuar em caráter supletivo nas ações administrativas de licenciamento e na autorização ambiental, nas seguintes hipóteses:

II - inexistindo órgão ambiental capacitado ou conselho de meio ambiente no Município, o Estado deve desempenhar as ações administrativas municipais até a sua criação; e

2.2.3. Resoluções do CONAMA

- CONAMA Nº 001, DE 23 DE JANEIRO DE 1986 – Essa é a resolução básica que estabeleceu as definições, as responsabilidades, os critérios e as diretrizes gerais para uso e implementação da Avaliação de Impacto Ambiental como um dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente.
- CONAMA Nº 006, DE 24 DE JANEIRO DE 1986 - Aprovados modelos de publicações em periódicos de licenciamento em quaisquer de suas modalidades, sua renovação e a respectiva concessão e aprova modelos para publicação de licenças.
- CONAMA Nº 011, DE 18 DE MARÇO DE 1986 – Alterou o art. 2º da Resolução nº 01/86.
- CONAMA Nº 05, DE 06 DE AGOSTO DE 1987 - Entre outras determinações, criou o Programa Nacional de Proteção do Patrimônio Espeleológico. Em suma, previa-se a solicitação aos mineradores que informassem sobre a presença de sítios arqueológicos, fósseis e cavernas na área de seus empreendimentos.
- CONAMA Nº 009, DE 03 DE DEZEMBRO DE 1987 - Estabeleceu normas para realização de audiência pública para informação sobre o projeto e seus impactos ambientais e discussão do RIMA. Atualmente está em processo de revisão pelo CONAMA.
- CONAMA Nº 001, DE 13 DE JUNHO DE 1988 - Dispõe sobre o Cadastro Técnico Federal de atividades e instrumentos de defesa ambiental.
- CONAMA Nº 001, DE 08 DE MARÇO DE 1990 - Estabeleceu padrões, critérios e diretrizes a serem observados na emissão de ruídos das atividades industriais.
- CONAMA Nº 003, DE 28 DE JUNHO DE 1990 - Estabeleceu padrões de qualidade do ar, sendo depois complementada pela Resolução nº 08/1990.
- CONAMA Nº 08, DE 06 DE DEZEMBRO DE 1990 - Estabeleceu os limites máximos de emissão de poluentes do ar, fixados como: padrões de emissão.
- CONAMA Nº 09, DE 6 DE DEZEMBRO DE 1990 - Dispõe sobre normas específicas para o licenciamento ambiental de extração mineral, classes I, III a IX.
- CONAMA Nº 09, DE 24 DE OUTUBRO DE 1996 - Estabeleceu corredor de vegetação área de trânsito a fauna.
- CONAMA Nº 230, DE 22 DE AGOSTO DE 1997 - Proibiu o uso de equipamentos que possam reduzir a eficácia do controle de emissão de ruído e poluentes.
- CONAMA Nº 237, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1997 - Dispõe sobre os devidos licenciamentos ambientais de Empreendimentos, alterando todas as resoluções anteriores, sendo a base para qualificação e tipificação do estudo ambiental a ser elaborado durante o licenciamento.
- CONAMA Nº 281, DE 12 DE JULHO DE 2001 - Dispõe sobre modelos de publicação de pedidos de licenciamento.
- CONAMA Nº 302, DE 20 DE MARÇO DE 2002 - Dispõe sobre os parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente de reservatórios artificiais e o regime de uso do entorno, sendo alterada no que concorre diferentemente da Lei nº 12.651 de 25 de maio de 2012.
- CONAMA Nº 303, DE 20 DE MARÇO DE 2002 - Dispõe sobre parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente, sendo alterada no que concorre diferentemente da Lei nº 12.651 de 25 de maio de 2012.

- CONAMA Nº 307, DE 05 DE JULHO DE 2002 - Estabeleceu diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil, sendo uma das normas mais alteradas do CONAMA, no caso pelas Resoluções: 348; 431; 448 e 469.
- CONAMA Nº 347, DE 10 DE SETEMBRO DE 2004, que também deu proteção sobre o patrimônio espeleológico, revogando a CONAMA nº 05/1987 em face da necessidade de aperfeiçoamento. Entre as diversas medidas estabelecidas, destacam-se: a instituição do Cadastro Nacional de Informações Espeleológicas – Canie; o licenciamento ambiental de todo o empreendimento e atividade capaz de degradar a caverna e sua área de influência; a anuência prévia do IBAMA para o licenciamento ambiental de empreendimentos incidente em cavidade natural subterrânea relevante ou em sua área de influência; e a exigência de plano de manejo espeleológico. Depois foi alterada pela CONAMA nº 428/2010 no especialmente no que tange a anuência prévia do IBAMA que não é mais necessária.
- CONAMA Nº 357, DE 17 DE MARÇO DE 2005 - Dispôs sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, e dá outras providências. Já foi alterada pelas Resoluções nº 370, de 2006, nº 397, de 2008, nº 410, de 2009, e nº 430, de 2011, bem como complementada pela Resolução nº 393, de 2009.
- CONAMA Nº 369, DE 28 DE MARÇO DE 2006 - Dispôs sobre os casos excepcionais, de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental, que possibilitam a intervenção ou supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente - APP.
- CONAMA Nº 378, DE 19 DE OUTUBRO DE 2006 – Definiu os Empreendimentos potencialmente causadores de impacto ambiental nacional ou regional para fins do disposto no inciso III, § 1º, art. 19 da Lei nº 4.771, de 15/09/1965 (já revogada) e deu outras providências. Foi alterada pela Resolução nº 428, de 2010.
- CONAMA nº 382, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2006 Estabeleceu os limites máximos de emissão de poluentes atmosféricos para fontes fixas.
- CONAMA Nº 396, DE 03 DE MARÇO DE 2008 - Dispôs sobre a classificação e diretrizes ambientais para o enquadramento das águas subterrâneas e deu outras providências.
- CONAMA Nº 397, DE 03 DE ABRIL DE 2008 - Alterou o inciso II do § 4º e a Tabela X do § 5º, ambos do art. 34 da Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA nº 357, de 2005, que dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabeleceu as condições e padrões de lançamento de efluentes. Foi alterada pela Resolução nº 428, de 2010.
- CONAMA Nº 428, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2010 - Dispôs, no âmbito do licenciamento ambiental sobre a autorização do órgão responsável pela administração da Unidade de Conservação (UC), de que trata o § 3º do artigo 36 da Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000, bem como sobre a ciência do órgão responsável pela administração da UC no caso de licenciamento ambiental de empreendimentos não sujeitos a EIA-RIMA e deu outras providências. Alterou as Resoluções nº 347, de 2004, e nº 378, de 2006. Também pode ser entendido que excluiu a anuência prévia do IBAMA dos atos autorizativos referentes a empreendimentos situados em áreas de ocorrência de cavernas e, consequentemente, deixou de vigorar a definição de cavidade natural subterrânea relevante para fins de anuência do referido Órgão.
- CONAMA Nº 429, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2011 Dispôs sobre a metodologia de recuperação das Áreas de Preservação Permanente - APPs.
- COMAMA Nº 430, DE 13 DE MAIO DE 2011 Dispôs sobre as condições e padrões de lançamento de efluentes, complementa e alterou a Resolução nº 357, de 17 de março de 2005, do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA.
- CONAMA Nº 436, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2011 Complementou as Resoluções nº 05/1989 e nº 382/2006, que estabeleceram os limites máximos de emissão de poluentes atmosféricos para fontes fixas instaladas.
- CONAMA nº 450, DE 06 DE MARÇO DE 2012 Alterou os arts. 9º, 16º, 19º, 20º, 21º e 22º, e acrescentou o art. 24-A à Resolução nº 362, de 23 de junho de 2005, do CONAMA, que dispôs sobre recolhimento, coleta e destinação final de óleo lubrificante usado ou contaminado.

- CONAMA nº 463, DE 29 de julho de 2014 Dispõe sobre o controle ambiental de produtos destinados à remediação.

2.2.3.1. Destaques das Resoluções do CONAMA

RESOLUÇÃO CONAMA Nº 001, DE 23 DE JANEIRO DE 1986

Artigo 1º - Para efeito desta Resolução, considera-se impacto ambiental qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam:

- I - a saúde, a segurança e o bem-estar da população;*
- II - as atividades sociais e econômicas;*
- III - a biota;*
- IV - as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente;*
- V - a qualidade dos recursos ambientais.*

Artigo 2º - Dependerá de elaboração de estudo de impacto ambiental – EIA, e respectivo relatório de impacto ambiental - RIMA, a serem submetidos à aprovação do órgão ambiental competente, e do IBAMA em caráter supletivo, o licenciamento de atividades modificadoras do meio ambiente, tais como:

- IX - Extração de minério, inclusive os da classe II, definidas no Código de Mineração;*

Artigo 4º - Os órgãos ambientais competentes e os órgãos setoriais do SISNAMA deverão compatibilizar os processos de licenciamento com as etapas de planejamento e implantação das atividades modificadoras do meio Ambiente, respeitados os critérios e diretrizes estabelecidos pela Resolução e tendo por base a natureza o porte e as peculiaridades de cada atividade.

Analisando o projeto da **Mineração de Calcário Polimix**, com base nessa Resolução se observa que se trata de uma atividade de extração de minério, portanto, sujeito ao licenciamento ambiental através de Estudo Prévio de Impacto Ambiental (EPIA) e Relatório de Impacto no Meio Ambiente (RIMA).

Artigo 5º - O estudo de impacto ambiental, além de atender à legislação, em especial os princípios e objetivos expressos na Lei de Política Nacional do Meio Ambiente, obedecerá às seguintes diretrizes gerais:

- I - Contemplar todas as alternativas tecnológicas e de localização de projeto, confrontando-as com a hipótese de não execução do projeto;*
- II - Identificar e avaliar sistematicamente os impactos ambientais gerados nas fases de implantação e operação da atividade;*
- III - Definir os limites da área geográfica a ser direta ou indiretamente afetada pelos impactos, denominada área de influência do projeto, considerando, em todos os casos, a bacia hidrográfica na qual se localiza;*
- IV - Considerar os planos e programas governamentais, propostos e em implantação na área de influência do projeto, e sua compatibilidade.*

Parágrafo Único - Ao determinar a execução do estudo de impacto ambiental o órgão estadual competente, ou o IBAMA ou, quando couber, o Município, fixará as diretrizes adicionais que, pelas peculiaridades do projeto e características ambientais da área, forem julgadas necessárias, inclusive os prazos para conclusão e análise dos estudos.

O EPIA segue atentamente essa condição exigida na norma, incluindo um capítulo de alternativas (05); um capítulo para impactos ambientais (09) e outro no qual se incluem os limites da área e os planos e projetos co-localizados e co-gêneres (01).

Artigo 6º - O estudo de impacto ambiental desenvolverá, no mínimo, as seguintes atividades técnicas:

I - Diagnóstico ambiental da área de influência do projeto, completa descrição e análise dos recursos ambientais e suas interações, tal como existem, de modo a caracterizar a situação ambiental da área, antes da implantação do projeto, considerando:

a) o meio físico - o subsolo, as águas, o ar e o clima, destacando os recursos minerais, a topografia, os tipos e aptidões do solo, os corpos d'água, o regime hidrológico, as correntes marinhas, as correntes atmosféricas;

b) o meio biológico e os ecossistemas naturais - a fauna e a flora, destacando as espécies indicadoras da qualidade ambiental, de valor científico e econômico, raras e ameaçadas de extinção e as áreas de preservação permanente;

c) o meio sócio-econômico - o uso e ocupação do solo, os usos da água e a sócio-economia, destacando os sítios e monumentos arqueológicos, históricos e culturais da comunidade, as relações de dependência entre a sociedade local, os recursos ambientais e a potencial utilização futura desses recursos.

II - Análise dos impactos ambientais do projeto e de suas alternativas, através de identificação, previsão da magnitude e interpretação da importância dos prováveis impactos relevantes, discriminando: os impactos positivos e negativos (benéficos e adversos), diretos e indiretos, imediatos e a médio e longo prazos, temporários e permanentes; seu grau de reversibilidade; suas propriedades cumulativas e sinérgicas; a distribuição dos ônus e benefícios sociais.

III - Definição das medidas mitigadoras dos impactos negativos, entre elas os equipamentos de controle e sistemas de tratamento de despejos, avaliando a eficiência de cada uma delas.

IV - Elaboração do programa de acompanhamento e monitoramento (os impactos positivos e negativos, indicando os fatores e parâmetros a serem considerados.

O EPIA aqui exposto contempla integralmente essa condição e ainda a amplia na medida da necessidade de melhor esclarecer qualquer situação no sentido de precaução na proteção ambiental, frente ao empreendimento projetado, assim o capítulo do Diagnóstico Ambiental avalia os três sistemas: antrópico, físico e biológico, em condições de similaridade de aprofundamento, ou seja: descritos ao nível de interesse do estudo ambiental em voga.

Da mesma maneira se procede em relação ao capítulo de avaliação de impactos ambientais, considerando equidade entre os meios (sistemas) para evitar que algum se sobressaia sobre os outros, alterado a paridade na avaliação dos impactos ambientais, pois é normal o sistema socioeconômico se sobressair em impactos benéficos, e assim uma análise mais detalhada do mesmo propiciaria descompasso na paridade, fazendo com que o empreendimento fosse avaliado beneficamente, mas não pelas suas características intrínsecas, mas sim pelo superdimensionamento na análise do sistema antrópico.

Além da análise dos impactos o EPIA também contempla as medidas de mitigação e controle para os impactos adversos, bem como essas também visam a valorização dos impactos benéficos ao meio ambiente.

Artigo 8º - Correrão por conta do proponente do projeto todas as despesas e custos referentes à realização do estudo de impacto ambiental, tais como: coleta e aquisição dos dados e informações, trabalhos e inspeções de campo, análises de laboratório, estudos técnicos e científicos e acompanhamento e monitoramento dos impactos, elaboração do RIMA e fornecimento de pelo menos 5 (cinco) cópias,

A INFOambiental Serviços de Consultoria Ltda (CNPJ nº 06.913.553/0001-11) foi a consultoria contratada pela Polimix Concretos Ltda, para elaboração do EPIA/RIMA em cumprimento legal a esse artigo.

Artigo 9º - O relatório de impacto ambiental - RIMA refletirá as conclusões do estudo de impacto ambiental e conterá, no mínimo:

I - Os objetivos e justificativas do projeto, sua relação e compatibilidade com as políticas setoriais, planos e programas governamentais;

II - A descrição do projeto e suas alternativas tecnológicas e locacionais, especificando para cada um deles, nas fases de construção e operação, a área de influência, as matérias primas e mão-de-obra, as fontes de energia, os processos e técnicas operacionais, os prováveis efluentes, emissões, resíduos de energia, os empregos diretos e indiretos a serem gerados;

III - A síntese dos resultados dos estudos de diagnósticos ambiental da área de influência do projeto;

IV - A descrição dos prováveis impactos ambientais da implantação e operação da atividade, considerando o projeto, suas alternativas, os horizontes de tempo de incidência dos impactos e indicando os métodos, técnicas e critérios adotados para sua identificação, quantificação e interpretação;

V - A caracterização da qualidade ambiental futura da área de influência, comparando as diferentes situações da adoção do projeto e suas alternativas, bem como com a hipótese de sua não realização;

VI - A descrição do efeito esperado das medidas mitigadoras previstas em relação aos impactos negativos, mencionando aqueles que não puderam ser evitados, e o grau de alteração esperado;

VII - O programa de acompanhamento e monitoramento dos impactos;

VIII - Recomendação quanto à alternativa mais favorável (conclusões e comentários de ordem geral).

Parágrafo Único - O RIMA deve ser apresentado de forma objetiva e adequada a sua compreensão. As informações devem ser traduzidas em linguagem acessível, ilustradas por mapas, cartas, quadros, gráficos e demais técnicas de comunicação visual, de modo que e possam entender as vantagens e desvantagens do projeto, bem como todas as consequências ambientais de sua implementação.

Este EPIA tem o seu Relatório de Impacto no Meio Ambiente realizado em forma de resumo e em linguagem predominantemente não técnica, bem ilustrado e sendo acessível a qualquer cidadão interessado.

Artigo 10º - O órgão estadual competente, ou o IBAMA ou, quando couber, o Município terá um prazo para se manifestar de forma conclusiva sobre o RIMA apresentado.

No caso presente o órgão ambiental competente é a SEMACE que colocará o estudo ambiental em análise e inclusive em audiência pública se assim lhe provier.

O município já tem conhecimento do processo de licenciamento ambiental, para o qual forneceu anuência, declarando-o adequado às Leis municipais.

Por fim a **Mineração de Calcário Polimix** atende integralmente todas essas condições através deste EIA/RIMA, que foi elaborado pela equipe técnica multidisciplinar da INFOambiental.

RESOLUÇÃO CONAMA Nº 09, DE 03 DE DEZEMBRO DE 1987

Art. 1º. A Audiência Pública referida na RESOLUÇÃO CONAMA nº 01/86, tem por finalidade expor aos interessados o conteúdo do produto em análise e do seu referido RIMA, dirimindo dúvidas e recolhendo dos presentes as críticas e sugestões a respeito.

Art. 2º. Sempre que julgar necessário, ou quando for solicitado por entidade civil, pelo Ministério Público, ou por 50 (cinquenta) ou mais cidadãos, o Órgão do Meio Ambiente promoverá a realização de Audiência Pública.

§ 4º. A audiência pública deverá ocorrer em local acessível aos interessados.

Art. 3º. A audiência pública será dirigida pelo representante do Órgão licenciador que, após a exposição objetiva do projeto e o seu respectivo RIMA, abrirá as discussões com os interessados presentes.

Art. 4º. Ao final de cada audiência pública será lavrada uma ata sucinta.

Como se verifica a audiência pública é uma condição possível, sendo indistintamente estimulada pela INFOambiental sua realização, uma vez que nela podem surgir comentários e informações que possam melhorar a qualidade do estudo e os resultados práticos de benefícios ambientais ao meio ambiente, principalmente pela participação da população interessada. Todavia no caso presente não há habitações num raio de dois quilômetros da área da futura lavra, sendo os maiores interessados os vizinhos, no caso duas outras mineradoras e produtoras de cimento: a Cia Apodi e a Cimento Mizu, essa última, inclusive empresa coligada à Polimix Concreto.

RESOLUÇÃO CONAMA Nº 09, DE 6 DE DEZEMBRO DE 1990

Art. 2º - Para o empreendedor exercer as atividades de lavra e/ou beneficiamento mineral das classes I, III, IV, V, VI, VII, VIII e IX, excetuado o regime de permissão de lavra garimpeira, deverá submeter seu pedido de licenciamento ambiental ao órgão estadual de meio ambiente ou ao IBAMA, quando couber, prestando todas as informações técnicas sobre o respectivo Empreendimento, conforme prevê a legislação ambiental vigente, bem como atender ao disposto nesta Resolução.

§ 1º - O empreendedor, quando da apresentação do Relatório de Pesquisa Mineral ao DNPM, deverá orientar-se junto ao órgão ambiental competente sobre os procedimentos para habilitação ao licenciamento ambiental

§ 2º - As solicitações da Licença Prévia - LP, da Licença de Instalação - LI e da Licença de Operação - LO deverão ser acompanhadas dos documentos relacionados nos anexos I, II e III desta Resolução, de acordo com a fase do Empreendimento, salvo outras exigências complementares do órgão ambiental competente.

O pedido (requerimento) foi feito junto ao órgão do SISNAMA adequado, a Superintendência Estadual do Meio Ambiente – SEMACE, tendo recebido numeração 4726225/2016 referente ao SPU (Sistema de Protocolo Único do Estado do Ceará).

Art. 4º - A Licença Prévia deverá ser requerida ao órgão ambiental competente, ocasião em que o empreendedor deverá apresentar os Estudos de Impacto Ambiental com o respectivo Relatório de Impacto Ambiental, conforme Resolução CONAMA nº 01/86, e demais documentos necessários.

Parágrafo único. O órgão ambiental competente, após a análise da documentação pertinente, decidirá sobre a concessão da LP.

Art. 5º - A Licença de Instalação deverá ser requerida ao órgão ambiental competente, ocasião em que o empreendedor deverá apresentar o Plano de Controle Ambiental - PCA, que conterà os projetos executivos de minimização dos impactos ambientais avaliados na fase da LP, acompanhado dos demais documentos necessários.

§ 1º - O órgão ambiental competente, após a análise do PCA do empreendimento e da documentação pertinente, decidirá sobre a concessão da LI.

§ 2º - O órgão ambiental competente, após a aprovação do PCA do empreendimento, concederá a Licença de Instalação.

§ 3º - O órgão ambiental competente solicitará ao empreendedor a autorização de desmatamento, quando couber.

Como descrito a Licença Prévia já foi requerida, sendo aguardada a aprovação deste EPIA/RIMA para sua emissão, a partir da qual os condicionantes devem ser atendidos, e requerida a Licença de Instalação das Obras, a qual deverá ser precedida de um Plano de Controle Ambiental – PCA.

Art. 6º - A concessão da Portaria de lavra ficará condicionada à apresentação ao DNPM, por parte do empreendedor, da Licença de Instalação.

Art. 7º - Após a obtenção da Portaria de lavra e a implantação dos projetos constantes do PCA, aprovados quando da concessão da Licença de Instalação, o empreendedor deverá requerer a Licença de Operação, apresentando a documentação necessária.

§ 1º - O órgão ambiental competente, após a verificação da implantação dos projetos constantes do PCA e a análise da documentação pertinente, decidirá sobre a concessão da LO.

§ 2º - O órgão ambiental competente, após a comprovação da implantação dos projetos do PCA, concederá a Licença de Operação.

Art. 8º - O órgão ambiental competente, ao negar a concessão da Licença, em qualquer de suas modalidades, comunicará o fato ao empreendedor e ao DNPM, informando os motivos do indeferimento.

Como se verifica todos os passos de um empreendimento mineiro como este da Polimix Concreto dependem de um andamento e aprovações sucessivas dos órgãos de Meio Ambiente associados ao controle da mineração que se faz no Departamento Nacional da Produção Mineral – DNPM.

Art. 9º - O não cumprimento do disposto nesta Resolução acarretará aos infratores as sanções previstas nas Leis nº 6.938, de 31/08/81 e nº 7.805, de 18/07/89, regulamentadas pelos Decretos nº 99.274, de 06/06/90 e nº 98.812, de 09/01/90, e demais leis específicas.

Nesse caso a resolução deve ser seguida tanto pelo empreendedor quanto pelo licenciador e DNPM, todos ficando sujeitos às sanções legais por quaisquer infrações.

RESOLUÇÃO CONAMA Nº 237, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1997

Art. 2º - A localização, construção, instalação, ampliação, modificação e operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, bem como os empreendimentos capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, dependerão de prévio licenciamento do órgão ambiental competente, sem prejuízo de outras licenças legalmente exigíveis.

Art. 3º - A licença ambiental para empreendimentos e atividades consideradas efetiva ou potencialmente causadoras de significativa degradação do meio dependerá de prévio estudo de impacto ambiental e respectivo relatório de impacto sobre o meio ambiente (EIA/RIMA), ao qual dar-se-á publicidade, garantida a realização de audiências públicas, quando couber, de acordo com a regulamentação.

Art. 8º - O Poder Público, no exercício de sua competência de controle, expedirá as seguintes licenças:

I - Licença Prévia (LP) - concedida na fase preliminar do planejamento do Empreendimento ou atividade aprovando sua localização e concepção, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação;

II - Licença de Instalação (LI) - autoriza a instalação do empreendimento ou atividade de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes, da qual constituem motivo determinante;

III - Licença de Operação (LO) - autoriza a operação da atividade ou empreendimento, após a verificação do efetivo cumprimento do que consta das licenças anteriores, com as medidas de controle ambiental e condicionantes determinados para a operação.

Parágrafo único - As licenças ambientais poderão ser expedidas isolada ou sucessivamente, de acordo com a natureza, características e fase do Empreendimento ou atividade.

Essa é a norma genérica para o licenciamento ambiental, a qual todos devem estar subordinados, inclusive o presente empreendimento de interesse da Polimix Concreto, todavia por se tratar de empreendimento mineiro as regras gerais são suplantadas pelas regras específicas dos empreendimentos de mineração já descritos na CONAMA nº 09/1990. Neste caso se evidencia a evolução da legislação ambiental brasileira que foi iniciada pelo controle da mineração e depois se estendeu aos demais ramos de atividades, assim a norma específica veio temporalmente antes da norma geral, no caso em 1990 com a CONAMA 09, vindo antes de 1997 com a CONAMA 237.

Art. 10 - O procedimento de licenciamento ambiental obedecerá às seguintes etapas:

I - Definição pelo órgão ambiental competente, com a participação do empreendedor, dos documentos, projetos e estudos ambientais necessários ao início do processo de licenciamento correspondente à licença a ser requerida;

II - Requerimento da licença ambiental pelo empreendedor, acompanhado dos documentos, projetos e estudos ambientais pertinentes, dando-se a devida publicidade;

III - Análise pelo órgão ambiental competente, integrante do SISNAMA, dos documentos, projetos e estudos ambientais apresentados e a realização de vistorias técnicas, quando necessárias;

IV - Solicitação de esclarecimentos e complementações pelo órgão ambiental competente, integrante do SISNAMA, uma única vez, em decorrência da análise dos documentos, projetos e estudos ambientais apresentados, quando couber, podendo haver a reiteração da mesma solicitação caso os esclarecimentos e complementações não tenham sido satisfatórios;

V - Audiência pública, quando couber, de acordo com a regulamentação pertinente;

VI - Solicitação de esclarecimentos e complementações pelo órgão ambiental competente, decorrentes de audiências públicas, quando couber, podendo haver reiteração da solicitação quando os esclarecimentos e complementações não tenham sido satisfatórios;

VII - Emissão de parecer técnico conclusivo e, quando couber, parecer jurídico;

VIII - Deferimento ou indeferimento do pedido de licença, dando-se a devida publicidade.

§ 1º - No procedimento de licenciamento ambiental deverá constar, obrigatoriamente, a certidão da Prefeitura Municipal, declarando que o local e o tipo de empreendimento ou atividade estão em conformidade com a legislação aplicável ao uso e ocupação do solo e, quando for o caso, a autorização para supressão de vegetação e a outorga para o uso da água, emitidas pelos órgãos competentes.

Todos os parâmetros estão sendo seguidos e mais uma vez se destaca a anuência municipal, assim como a audiência pública como instrumento possível, mas não obrigatório.

Art. 14 - O órgão ambiental competente poderá estabelecer prazos de análise diferenciados para cada modalidade de licença (LP, LI e LO), em função das peculiaridades da atividade ou empreendimento, bem como para a formulação de exigências complementares, desde que observado o prazo máximo de 6 (seis) meses a contar do ato de protocolar o requerimento até seu deferimento ou indeferimento, ressalvados os casos em que houver EIA/RIMA e/ou audiência pública, quando o prazo será de até 12 (doze) meses.

É desejado pela INFOambiental que estes prazos sejam cumpridos.

Art. 18 - O órgão ambiental competente estabelecerá os prazos de validade de cada tipo de licença, especificando-os no respectivo documento, levando em consideração os seguintes aspectos:

I - O prazo de validade da Licença Prévia (LP) deverá ser, no mínimo, o estabelecido pelo cronograma de elaboração dos planos, programas e projetos relativos ao empreendimento ou atividade, não podendo ser superior a 5 (cinco) anos.

II - O prazo de validade da Licença de Instalação (LI) deverá ser, no mínimo, o estabelecido pelo cronograma de instalação do empreendimento ou atividade, não podendo ser superior a 6 (seis) anos.

III - O prazo de validade da Licença de Operação (LO) deverá considerar os planos de controle ambiental e será de, no mínimo, 4 (quatro) anos e, no máximo, 10 (dez) anos.

§ 1º - A Licença Prévia (LP) e a Licença de Instalação (LI) poderão ter os prazos de validade prorrogados, desde que não ultrapassem os prazos máximos estabelecidos nos incisos I e II.

§ 2º - O órgão ambiental competente poderá estabelecer prazos de validade específicos para a Licença de Operação (LO) de empreendimentos ou atividades que, por sua natureza e peculiaridades, estejam sujeitos a encerramento ou modificação em prazos inferiores.

§ 3º - Na renovação da Licença de Operação (LO) de uma atividade ou empreendimento, o órgão ambiental competente poderá, mediante decisão motivada, aumentar ou diminuir o seu prazo de validade, após avaliação do desempenho ambiental da atividade ou empreendimento no período de vigência anterior, respeitados os limites estabelecidos no inciso III.

§ 4º - A renovação da Licença de Operação (LO) de uma atividade ou empreendimento deverá ser requerida com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração de seu prazo de validade, fixado na respectiva licença, ficando este automaticamente prorrogado até a manifestação definitiva do órgão ambiental competente.

A lista de licenças e seus prazos de emissão não são atendidas pela SEMACE que possui norma específica mais rígida tratando do assunto. A INFOambiental cumpre e recomenda cumprir todas as normas, inclusive ressaltado cumprir as mais rígidas, em função de outra interpretação mais abrangida.

RESOLUÇÃO CONAMA Nº 303, DE 20 DE MARÇO DE 2002

Na prática essa resolução foi emitida com base no Novo Código Florestal: a Lei nº 4.771 de 15 de setembro de 1965, todavia essa teve REVOGAÇÃO TOTAL pela Lei nº 12.651 de 25 de maio de 2012, portanto a CONAMA nº 303 só pode ser considerada vigente naquilo que não contrariar a Lei.

Ressalta-se que não existem recursos hídricos significativos na área de influência direta da Mineração de Calcário Polimix, nem em seu entorno. Trata-se de um terreno de relevo plano em que não há acúmulos superficiais de água. Isso ocorre considerando a natureza da Chapada do Apodi com terras permeáveis e porosas em regime pluviométrico concentrado, onde as chuvas são infiltradas no solo ao invés de escoarem pela superfície formando riachos.

2.2.4. Normas Não Legislativas Federais

2.2.4.1. DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral

- ❖ INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01, DE 22 DE OUTUBRO DE 1983 - Estabeleceu entendimentos e procedimentos normativos do Departamento Nacional de Produção Mineral.
- ❖ PORTARIA Nº 71, DE 31 DE MAIO DE 1990 - Dispensou a apresentação do relatório síntese de pesquisa.
- ❖ INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 02, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2000 - Alterou a Instrução Normativa nº 01/83 para incluir um sub-item ao item 12 e ao item 16.
- ❖ PORTARIA Nº 143, DE 26 DE MAIO DE 2000 – Dispôs sobre normas regulamentares de mineração.
- ❖ INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 06, DE 09 DE JUNHO DE 2000 - Dispôs sobre as parcelas dedutíveis para obtenção do faturamento líquido sobre as operações de venda do produto mineral.
- ❖ PORTARIA Nº 237, DE 18 DE OUTUBRO DE 2001 - Aprovou as Normas Reguladoras de Mineração - NRM, de que trata o art. 97 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967.
- ❖ PORTARIA Nº 12, DE 22 DE JANEIRO DE 2002 - Alterou dispositivos do ANEXO I da Portaria nº 237, de 18 de outubro de 2001.
- ❖ PORTARIA Nº 439, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2003 - Dispôs sobre a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais.
- ❖ PORTARIA Nº 259, DE 16 DE JULHO DE 2004 - Instituiu a Declaração de Investimento em Pesquisa Mineral – DIPEM.
- ❖ PORTARIA Nº 92, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2004 – Estabeleceu a revisão e atualização da Portaria nº 40, de 10 de fevereiro de 2000.
- ❖ PORTARIA Nº 311, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2005 - Aprovou o Modelo da Guia de Recolhimento da União para Pagamento da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais – CFEM.
- ❖ PORTARIA Nº 15, DE 07 DE JANEIRO DE 2008 - (Portaria do Diretor Geral Adjunto) Estabeleceu que os requerentes e titulares de direitos minerários, pessoas jurídicas, deverão ser identificados no DNPM por meio do número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do estabelecimento matriz.
- ❖ PORTARIA Nº 155 de 12 de maio de 2016 - Aprovou a Consolidação Normativa do DNPM e revogou mais de vinte atos normativos consolidados.

2.2.4.2. IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

- PORTARIA Nº 96, DE 30 DE OUTUBRO DE 1996, estabeleceu critérios para o funcionamento do Cadastro Técnico Federal de atividades potencialmente poluidoras ou utilizadoras de recursos ambientais.
- PORTARIA Nº 57 DE 05 DE JUNHO DE 1997, criou o Centro de Estudo, Conservação e Manejo de Cavernas (Cecav) com a finalidade de: propor, normatizar, fiscalizar e controlar o uso do patrimônio espeleológico brasileiro, bem como fomentar levantamentos, estudos e pesquisas que possibilitem ampliar o conhecimento sobre as cavidades naturais subterrâneas existentes no território nacional.
- INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 14, DE 15 DE MAIO DE 2009, regulamentou os procedimentos para apuração de infrações administrativas por condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, a imposição das sanções, a defesa ou impugnação, o sistema recursal e a cobrança de multa e sua conversão em prestação de serviços de recuperação, preservação e melhoria da qualidade ambiental no âmbito do IBAMA.

2.2.4.3. MMA – Ministério do Meio Ambiente

- INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 03, DE 26 DE MAIO DE 2003, que apresentou a Lista Oficial das espécies da fauna brasileira ameaçadas de extinção.
- INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2008, que regulamentou os procedimentos administrativos das entidades vinculadas ao Ministério do Meio Ambiente em relação ao embargo de obras ou atividades que impliquem em desmatamento, supressão ou degradação florestal quando constatadas infrações administrativas ou penais contra a flora, previstas na Lei nº 9.605, de 12/02/1998 e Decreto nº 3.179, de 21/09/1999.
- INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 06, DE 23 DE SETEMBRO DE 2008, que apresentou a Lista Oficial das espécies da flora brasileira ameaçadas de extinção.
- INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 02, DE 02 DE AGOSTO DE 2009, que regulamentou a classificação do grau de relevância das cavidades naturais subterrâneas cf. Decreto nº 6.640/2008, art. 5º.
- PORTARIA Nº 358 DE 30 DE SETEMBRO DE 2009, instituiu o Programa Nacional de Conservação do Patrimônio Espeleológico (PNCPE), cujo objetivo é o de desenvolver estratégia nacional de conservação e uso sustentável do patrimônio espeleológico brasileiro.

2.2.4.4. Outras Normas

- PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 3, DE 1º DE JULHO DE 1997 - Instituiu o Programa de Qualidade Ambiental – PQA, mediante racionalidade do uso dos recursos naturais, a ser desenvolvido no âmbito do MMA, do Ministério da Cultura e respectivos órgãos e entidades vinculadas.
- RESOLUÇÃO CNRH Nº 12, DE 19 DE JULHO DE 2000 - Estabeleceu procedimentos para o enquadramento de corpos de água em classes segundo os usos preponderantes.
- RESOLUÇÃO CNRH Nº <http://www.cnrh-srh.gov.br/delibera/resolucoes/R015.htm> 15, DE 11 DE JANEIRO DE 2001 - Estabeleceu diretrizes gerais para a gestão de águas subterrâneas.
- RESOLUÇÃO CNRH Nº 29, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2002 - Definiu diretrizes para a outorga de uso dos recursos hídricos para o aproveitamento dos recursos minerais.
- PORTARIA MS Nº 518, DE 25 DE MARÇO DE 2004 - Estabeleceu os procedimentos e responsabilidades relativos ao controle e vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade, e dá outras providências.
- RESOLUÇÃO CNRH Nº 55, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2005 - Estabeleceu diretrizes para elaboração do Plano de Utilização da Água na Mineração-PUA, conforme previsto na Resolução CNRH nº 29, de 11 de dezembro de 2002.
- RESOLUÇÃO CNRH Nº 65, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2006 - Estabeleceu diretrizes de articulação dos procedimentos para obtenção da outorga de direito de uso de recursos hídricos com os procedimentos de licenciamento ambiental.

- RESOLUÇÃO CNRH Nº 91, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2008 - Dispõe sobre procedimentos gerais para o enquadramento dos corpos de água superficiais e subterrâneos.
- RESOLUÇÃO CNRH Nº 92, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2008 - Estabeleceu critérios e procedimentos gerais para proteção e conservação das águas subterrâneas no território brasileiro.
- PORTARIA MS Nº 2914 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2011 - Dispõe sobre os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade.
- PORTARIA ICMBIO Nº 32 DE 02 DE MARÇO DE 2012 criou o Comitê Técnico Consultivo, órgão colegiado consultivo com a incumbência de acompanhar e avaliar a aplicação da IN MMA nº 02/2009, nos processos de licenciamento ambiental, bem como de propor ao MMA o aprimoramento das regras técnicas existentes.

2.3. Legislação Estadual

As normas estaduais são basicamente um reflexo das normas nacionais, incluindo diferenciações, no mais das vezes para áreas especiais do território cearense, as quais recebem normas específicas. Nessas condições os territórios cearenses na Chapada do Apodi pouco se diferenciam em relação as normas legais, estaduais e federais, pois o local, embora mereça, não possui leis e normas específicas ao âmbito estadual. Em seguida se apresenta e discrimina a legislação estadual, a partir da constituição, cabendo poucos comentários novos, além daqueles já dispostos em relação às normas federais.

2.3.1. Constituição Estadual do Ceará

A Constituição do Estado do Ceará dispõe, inicialmente, em seu Título II, trata sobre o direito de petição aos Poderes Públicos, bem como sobre a ação popular, a fim de que a defesa ao meio ambiente possa ser exercida por todos.

Art. 7º. Todos os órgãos e instituições dos poderes estadual e municipal são acessíveis ao indivíduo, por petição ou representação, em defesa do direito ou em salvaguarda cívica do interesse coletivo e do meio ambiente.

§ 4º. Pode o cidadão, diante da lesão ao patrimônio público, promover ação popular contra abuso de poder, para defesa do meio ambiente, ficando o infrator ou autoridade omissa responsável pelos danos causados e custas processuais.

Art. 11. § 2º. Assiste ao cidadão legitimidade para postular, perante os órgãos públicos estaduais ou municipais, a apuração de responsabilidade, em caso de danos ao meio ambiente, conforme o disposto em lei.

Já no Título III, estabeleceram-se os princípios e as competências administrativas e legislativas do Estado do Ceará, ressaltando aquelas que sejam vedadas pela Constituição Federal, dando ênfase a argumentação inicial de seguimento das normas estaduais, àquelas antes auferidas ao nível federal.

Art. 14. O Estado do Ceará, pessoa jurídica de direito público interno, exerce em seu território as competências que, explícita ou implicitamente, não lhe sejam vedadas pela Constituição Federal, observados os seguintes princípios:

VII - defesa do meio ambiente;

Art. 15. É competência comum do Estado, da União e dos Municípios:

VI - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;

VII – proteger as florestas, a fauna e a flora;

XI - registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direito de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seu território;

Art. 16. O Estado participará, em caráter concorrente, da legislação sobre:

VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição;

VIII - responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.

Como se verifica o estado do Ceará segue as normas federais e também assume competências para proteção do meio ambiente, quer seja em competência comum, quer em caráter concorrente, sendo este ressaltado em que as condições concorrentes não sejam vedadas pela Constituição Federal. A norma estadual maior também indica a competência do Município no tocante ao ordenamento territorial e a proteção ao patrimônio histórico – cultural local, desde que não interrompa a ação fiscalizadora federal e estadual.

Art. 28. Compete aos Municípios:

VII - promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano;

IX - promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual;

Os arts. 130 e 133 do Capítulo I, Título VI, tratam das atribuições institucionais e da organização interna do Ministério Público Estadual.

Art. 130. São funções institucionais do Ministério Público:

III - promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;

Art. 133. Integram a estrutura organizacional do Ministério Público as seguintes curadorias:

I - do meio ambiente;

§ 1º. A essas curadorias devem ser submetidas as comunicações relativas a violações a direitos e desrespeitos às leis que tutelam seus interesses, cabendo-lhes efetuar as diligências que se façam necessárias para obtenção de adequados elementos de instrução e promover compatíveis medidas de proteção jurídica.

O Capítulo VIII trata mais detidamente da matéria ambiental. Seus arts. 259 a 271 trazem preceitos como: o dever, tanto do Estado como da comunidade, de defender e preservar o meio ambiente, pois este é um direito inalienável do povo; os meios pelos quais o Poder Público possa garantir a efetividade desse direito; as atividades conjuntas do Estado no planejamento para o meio ambiente; o destino dos resíduos líquidos, sólidos, gasosos; prioridade do uso do gás natural no transporte público; educação ambiental em todos os níveis de ensino; etc.

Capítulo VIII DO MEIO AMBIENTE

Art. 259. O meio ambiente equilibrado e uma sadia qualidade de vida são direitos inalienáveis do povo, impondo-se ao Estado e à comunidade o dever de preservá-los e defendê-los.

Parágrafo único. Para assegurar a efetividade desses direitos, cabe ao Poder Público, nos termos da lei estadual:

I - manter um órgão próprio destinado ao estudo, controle e planejamento da utilização do meio ambiente;

II - manter o Conselho Estadual do Meio Ambiente - COEMA;

III - delimitar, em todo o território do Estado, zonas específicas para desapropriação, segundo critérios de preservação ambiental e organizados de acordo com um plano geral de proteção ao meio ambiente;

IV - estabelecer, dentro do planejamento geral de proteção do meio ambiente, áreas especificamente protegidas, criando, através de lei, parques, reservas, estações ecológicas e outras unidades de conservação, implantando-as e mantendo-as com os serviços públicos indispensáveis às suas finalidades;

VI - conservar os ecossistemas existentes nos seus limites territoriais, caracterizados pelo estágio de equilíbrio atingido entre as condições físico-naturais e os seres vivos, com o fim de evitar a ruptura desse equilíbrio;

VII - adotar nas ações de planejamento uma visão integrada dos elementos que compõem a base física do espaço;

VIII - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e promover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas concomitantemente com a União e os Municípios, de forma a garantir a conservação da natureza, em consonância com as condições de habitabilidade humana;

IX - preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do Estado e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético, no âmbito estadual e municipal;

X - controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida e o meio ambiente;

XI - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade, fiscalizando a extração, captura, produção, transporte, comercialização e consumo de seus espécimes e subprodutos;

XII - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;

XIII - fomentar o florestamento e o reflorestamento nas áreas críticas em processo de degradação ambiental, bem como em todo o território estadual;

XVII - implantar delegacias policiais especializadas na prevenção e combate aos crimes ambientais;

XX - proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos;

XXI - registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direito de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seu território, autorizadas pela União, ouvidos os Municípios.

Essas são as responsabilidades do estado para com o Meio Ambiente e sua proteção, as quais se exercem atualmente a partir da Superintendência Estadual do Meio Ambiente – SEMACE e da Secretaria do Meio Ambiente – SEMA, com apoio e participação de outros órgãos públicos.

Art. 261. Os resíduos líquidos, sólidos, gasosos ou em qualquer estado de agregação de matéria, provenientes de atividades industriais, comerciais, agropecuárias, domésticas, públicas, recreativas e outras, exercidas no Estado do Ceará, só poderão ser despejados em águas interiores ou costeiras, superficiais ou subterrâneas existentes no Estado, ou lançadas à atmosfera ou ao solo, se não causarem ou tenderem a causar poluição.

É uma forma de controle bem expressa na constituição, sendo que o projeto mineiro da Polimix Concreto não vai gerar resíduos líquidos, sendo os sólidos gerados através do lançamento de poeiras e particulados à atmosfera, e os gasosos pelo uso de máquinas e equipamentos automotores movidos a diesel. O controle se faz a partir do licenciamento ambiental, deste EPIA/RIMA e do acompanhamento ambiental anual que se faz em cada empreendimento, assegurando o cumprimento da constituição estadual.

Art. 263. O Estado e os Municípios deverão promover educação ambiental em todos os níveis de ensino, com vistas à conscientização pública da preservação do meio ambiente.

Art. 264. Qualquer obra ou atividade pública ou privada, para as quais a Superintendência Estadual do Meio Ambiente – SEMACE, exigir Estudo de Impacto Ambiental, deverá ter o parecer técnico apreciado pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente – COEMA, com a publicação da resolução, aprovada ou não, no Diário Oficial do Estado.

§ 1º. A lei estabelecerá os tipos de obra ou atividades que podem ser potencialmente causadoras de significativa degradação do meio ambiente e/ou que comportem risco à vida e à qualidade de vida, e disporá sobre o Conselho Estadual do Meio Ambiente, órgão subordinado diretamente ao Governador do Estado, em que é garantida a participação da comunidade através das entidades representativas de classe de profissionais de nível superior das áreas de engenharia, arquitetura, agronomia, biologia, medicina e direito.

Assim a partir da constituição o licenciamento de empreendimentos sujeitos a elaboração de EIA (atualmente EPIA de acordo com a Lei Federal nº 12.651 de 25 de maio de 2012) deverá ser emitido pela SEMACE após apreciação pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente, como deve se suceder neste projeto da Polimix Concreto.

2.3.2. Leis Estaduais

- **LEI Nº 10.148, DE 02 DE DEZEMBRO DE 1977** - Dispôs sobre a preservação e controle dos recursos hídricos existentes no Estado, e deu outras providências.
- **LEI Nº 11.411, DE 28 DE DEZEMBRO DE 1987** - Dispôs sobre a Política Estadual do Meio Ambiente, e cria o Conselho Estadual do Meio Ambiente - COEMA, a Superintendência Estadual do Meio Ambiente - SEMACE, e deu outras providências. (art. 3º, caput, alterado pela Lei nº 13.093, de 30/12/1997).
- **LEI Nº 11.678, DE 23 DE MAIO DE 1990** - Acrescentou competências ao Conselho Estadual de Meio Ambiente, estabelecidas pela Constituição do Estado do Ceará e pela Lei nº 11.564, de 26 de junho de 1980.
- **LEI Nº 11.787, DE 21 DE JANEIRO DE 1991** - Alterou o art. 3º, § único, da Lei nº 11.411, de 28 de dezembro de 1987.
- **LEI Nº 12.148, DE 29 DE JULHO DE 1993** - Dispôs sobre a realização de Auditorias Ambientais e deu outras providências.
- **LEI Nº 12.225, DE 06 DE DEZEMBRO DE 1993** - Considerou a coleta seletiva e a reciclagem do lixo como atividades ecológicas de relevância social e de interesse público no Estado.
- **LEI Nº 12.227, DE 06 DE DEZEMBRO DE 1993** - Determinou a publicação no Diário Oficial do Estado do Ceará a relação mensal das concessões de licença ambiental e deu outras providências.
- **LEI Nº 12.249, DE JANEIRO DE 1994** - Dispôs sobre a limpeza e higienização dos reservatórios de água para fins de manutenção dos padrões de potabilidade e dá outras providências.
- **LEI Nº 12.274, DE 05 DE ABRIL DE 1994** - Alterou a Lei nº 11.411, de 28/12/1987, dando poderes sobre licenciamento e respectiva ação fiscalizadora à SEMACE.
- **LEI Nº 12.367, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1994** - Regulamentou o Artigo 215, Parágrafo 1º Item (g) e o Artigo 263 da Constituição Estadual, que instituiu as atividades de Educação Ambiental, e deu outras providências.
- **LEI Nº 12.413, DE 10 DE JANEIRO DE 1995** - Alterou a alínea "e" e acresce as alíneas "v", "x" e "z" ao parágrafo único do artigo 3º da Lei nº 11.411, de 28 de dezembro de 1987.
- **LEI Nº 12.488, DE 13 DE SETEMBRO DE 1995** - Dispôs sobre a Política Florestal do Ceará e deu outras providências.
- **LEI Nº 12.522, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1995** - Definiu como área especialmente protegida as nascentes e olhos d'água e a vegetação natural no seu entorno e deu outras providências.
- **LEI Nº 12.533, DE 21 DE DEZEMBRO DE 1995** - Alterou e acrescentou dispositivos à Lei nº 12.494/95, na forma que indica e deu outras providências.
- **LEI Nº 12.685, DE 09 DE MAIO DE 1997** - Alterou dispositivos da Lei nº 12.148 de 29/07/93, que dispõe sobre Auditorias Ambientais no Estado do Ceará.
- **LEI Nº 12.820, DE 26 DE JUNHO DE 1998** - Alterou a redação de artigos da Lei nº 12.786, de 30 de dezembro de 1997, e deu outras providências.
- **LEI Nº 12.910, DE 09 DE JUNHO DE 1999** - Alterou o art. 3º, parágrafo único, da Lei nº 11.411, de 28 de dezembro de 1987.
- **LEI Nº 13.103, DE 24 DE JANEIRO DE 2001** - Dispôs sobre a política estadual de resíduos sólidos e deu providências correlatas.
- **LEI COMPLEMENTAR Nº 48, DE 19 DE JULHO DE 2004** - Criou o Fundo e o Conselho Estadual Gestor do Meio Ambiente – FEMA.

- **LEI Nº 13.613, DE 28 DE JUNHO DE 2005** - Dispôs sobre a proibição, no Estado do Ceará, de utilização, perseguição, destruição, caça, apanha, coleta ou captura de exemplares da fauna criticamente ameaçada de extinção.
- **LEI Nº 14.198, DE 05 DE AGOSTO DE 2008** - Instituiu a política estadual de combate e prevenção à desertificação e deu outras providências.
- **LEI Nº 14.390, DE 07 DE JULHO DE 2009** - Instituiu o Sistema Estadual de Unidades de Conservação do Ceará - SEUC, e deu outras providências.
- **LEI Nº 14.882 DE 27 DE JANEIRO DE 2011** Dispôs sobre procedimentos ambientais simplificados para implantação e operação de empreendimentos e/ou atividades de porte micro com potencial poluidor degradador baixo.
- **LEI Nº 14.892, DE 31 DE MARÇO DE 2011** dispôs sobre a educação ambiental, institui a política estadual de educação ambiental e deu outras providências.
- **LEI Nº 15.093, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2011** – instituiu o Cadastro Técnico Estadual de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, a Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental do Estado do Ceará e deu outras providências.

2.3.3. Decretos Estaduais

- **DECRETO Nº 14.535, DE 14 DE OUTUBRO DE 1981** - Dispôs sobre a preservação e controle dos recursos hídricos e regulamentou a Lei nº 10.148, de 02/12/1987.
- **DECRETO Nº 23.067, DE 11 DE FEVEREIRO DE 1994** - Regulamentou o artigo 4º da Lei nº 11.996, de 24/07/1992, na parte referente à outorga do direito de uso dos recursos hídricos, criou o Sistema de Outorga para Uso da Água e deu outras providências.
- **DECRETO Nº 24.221, DE 12 DE SETEMBRO DE 1996** - Regulamentou a Lei nº 12.488, de 13/09/1995, que dispôs sobre a Política Florestal do Estado do Ceará.
- **DECRETO Nº 25.443, DE 28 DE ABRIL DE 1999** - Alterou o prazo de vigência da outorga (artigo 22 do Decreto nº 23.067, de 11/02/1994) e deu outras providências.
- **DECRETO Nº 26.462, DE 11 de dezembro de 2001** - Regulamentou os arts. 24, inciso V e 36 da Lei 11.996, de 24 de julho de 1992, que dispôs sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos e instituiu o Sistema Integrado de Gestão de Recursos Hídricos - SIGERH, no tocante aos Comitês de Bacias Hidrográficas - CBHS, e deu outras providências.
- **DECRETO Nº 26.604, DE 16 DE MAIO DE 2002** - Regulamentou a Lei nº 13.103, de 24/01/2001, que dispôs sobre a política estadual de resíduos sólidos do Estado do Ceará.
- **DECRETO Nº 27.434, DE 28 DE ABRIL DE 2004** – Dispôs sobre a criação do Comitê Estadual da Reserva da Biosfera da Caatinga e deu outras providências.
- **DECRETO Nº 27.596, DE 20 DE OUTUBRO DE 2004** – Dispôs sobre a criação do Comitê Estadual de Prevenção, Monitoramento, Controle de Queimadas e Combate aos Incêndios Florestais - PREVINA.
- **DECRETO Nº 27.719, DE 07 DE MARÇO DE 2005** – Regulamentou a Lei Complementar nº 48, de 19/07/2004, que criou o Fundo Estadual do Meio Ambiente - FEMA, o Conselho Gestor e revogou o Decreto nº 27.564, de 17/09/2004.
- **DECRETO Nº 28.244, DE 11 DE MAIO DE 2006** - Alterou dispositivos da outorga da água citada no Decreto nº 27.271, de 28/11/2003, e deu outras providências.
- **DECRETO Nº 28.316, DE 14 DE JULHO DE 2006** - Alterou a composição do sistema integrado dos recursos hídricos do Ceará (§ 5º do art. 9º do Decreto nº 26.462, de 11/12/2001), e deu outras providências.
- **DECRETO Nº 29.373, DE 08 DE AGOSTO DE 2008** - Regulamentou o art. 7º da Lei nº 11.996 de 24/07/1992 e suas alterações posteriores, no tocante à cobrança pelo uso dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos e deu outras providências.
- **DECRETO Nº 29.773, DE 05 DE JUNHO DE 2009** - Regulamentou a Lei nº 13.103 de 24/01/2001 que dispões sobre a política estadual de resíduos sólidos, dando atribuições à SEMACE, aos órgãos e instituições públicas e aos geradores de resíduos.

- **DECRETO Nº 30.066, DE 05 DE JUNHO DE 2009** - Dispôs sobre a criação do Comitê Estadual da Reserva da Biosfera da Caatinga.
- **DECRETO Nº 30.380 DE 12 DE ABRIL DE 2012** – Regulamentou os artigos 3º e 19º da Lei nº 14.950 de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre o sistema estadual de unidades de conservação do meio ambiente – SEUC.
- **DECRETO Nº 31.076 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012** – Regulamentou a Lei nº 14.844 de 28 de dezembro de 2010, que atualizou a política estadual dos recursos hídricos na parte referente a outorga do direito de uso dos recursos hídricos e execução de obras e serviços de interferência hídrica.
- **DECRETO Nº 31.077 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012** – Regulamentou a Lei nº 14.844 de 28 de dezembro de 2010, que atualizou a política estadual dos recursos hídricos na parte que trata dos recursos hídricos subterrâneos, especialmente quanto a proteção e conservação.
- **DECRETO Nº 31.405 DE 27 DE JANEIRO DE 2014** – Regulamentou a Lei nº 14.892 de 31 de março de 2011, que Institui a Política Estadual de Educação Ambiental, e deu outras providências.

2.3.3.1. Destaques das Normas Estaduais

Aqui foram discriminadas as normas estaduais pertinentes no todo ou em parte, ou seja: que interagem direta ou indiretamente com o empreendimento da Polimix Concreto, seja pela tipologia, seja pela localização, todavia os comentários são mais restritos, uma vez que a base federal das normas é seguida no nível estadual, e as considerações são as mesmas ou similares aquelas já indicadas nos títulos precedentes deste capítulo, mas ainda assim comentários específicos sempre serão colocados quando da novidade do tema em foco na norma estadual.

LEI Nº 10.148 DE 02 DE DEZEMBRO DE 1977

Art. 1º - É dever do Estado e de todo o cidadão, preservar, proteger e recuperar os recursos hídricos.

Art. 2º - Incumbe ao Estado planejar, determinar e efetivar, providências necessárias a preservação, proteção e recuperação dos recursos hídricos, obedecidas em qualquer circunstância, a legislação federal em vigor.

Art. 3º - Cumpre ao cidadão, acatar e cumprir as medidas impostas pelas autoridades competentes, com vistas à preservação, proteção e recuperação dos recursos hídricos.

Art. 5º - Considera-se poluição, para os efeitos desta Lei, a presença, o lançamento, ou liberação nos corpos de água, de toda e qualquer forma de matéria ou energia, com intensidade em quantidade de concentração ou com características em desacordo com as que forem estabelecidas em decorrência desta Lei, ou que tornem ou possam tornar as águas:

I – impróprias, nocivas ou ofensivas à saúde;

II – inconvenientes ao bem-estar público;

III – danosos à fauna e à flora;

IV – prejudiciais à utilização, conforme os usos preponderantes definidos.

Como já indicado não haverão efluentes líquidos no projeto mineiro em tela, nem muito menos há corpos d'água no seu entorno, mas mesmo assim haverá rígido controle para restringir as emissões atmosféricas ao mínimo possível, já que não se pode evitá-las dentro de uma mina à céu aberto.

Art. 6º - Fica proibido o lançamento ou a liberação de poluentes nas águas situadas no território deste Estado.

Parágrafo único - Considera-se poluente toda e qualquer forma de matéria ou energia que, direta ou indiretamente, cause poluição das águas.

Art. 7º - A atividade fiscalizadora e repressiva será exercida, no que diz respeito a despejos, pelo órgão estadual responsável pela preservação e controle dos recursos hídricos, em todo e qualquer corpo ou curso de água, situado nos limites do território do Estado, ainda que, não pertencendo ao seu domínio, não esteja sob sua jurisdição.

Art. 8º - A instalação, a construção ou a ampliação, assim como a operação ou funcionamento das fontes de poluição, ficam sujeitas a prévia autorização do órgão estatal competente, mediante licença de instalação e de funcionamento.

Parágrafo único – São consideradas fontes de poluição, para os efeitos desta lei, qualquer atividade, sistema, processo, operação, maquinaria, equipamento, dispositivos móveis ou não, que causem ou possam vir a causar a emissão de poluentes.

Art. 9º - Os órgãos da Administração direta ou indireta do Estado e dos Municípios deverão exigir a apresentação das licenças de que trata o artigo anterior, antes de aprovarem os projetos de ampliação, instalação ou construção das fontes de poluição, ou de autorizarem a operação ou o funcionamento dessas fontes, sob pena de nulidade de seus atos.

Art. 10 - Compete a Secretaria de Planejamento e Coordenação do Estado, através da Superintendência do Desenvolvimento do Estado – SUDEC, órgão a ela vinculado, a aplicação desta Lei, do seu regulamento e das normas dela decorrentes, sem prejuízo das demais competências estabelecidas na legislação vigente para outros fins.

Art. 13 - A fiscalização do cumprimento desta lei, do seu regulamento e das normas decorrentes serão exercidas pela Secretaria do Planejamento e Coordenação do Estado, através da SUDEC.

Art. 14 - As fontes de poluição ficam obrigadas a submeterem à SUDEC o plano completo de lançamento de poluentes.

Parágrafo único – Para efeito do disposto neste artigo, poder-se-á exigir a apresentação de detalhes fluxogramas, memoriais, informações, plantas e projetos, bem como linhas completas de produção e respectivos produtos, subprodutos e resíduos, para cada operação, com demonstração de quantidade, qualidade, natureza e composição de uns e de outros, assim como o consumo de água.”

A SEDUC foi extinta e em seu lugar toda a responsabilidade recai sobre a SEMACE que é a efetiva sucedânea do Departamento de Recursos Naturais da SUDEC. Desta maneira empreendimento está sendo licenciado pelo mesmo órgão fiscalizador, no caso a própria SEMACE.

DECRETO Nº 14.535, DE 02 DE JULHO DE 1981

Art. 2º - Fica proibido o lançamento ou a liberação de poluentes nas águas situadas no Território deste Estado.

Parágrafo Único - Considera-se poluente toda e qualquer forma de matéria ou energia que, direta ou indiretamente, cause poluição das águas.

Art. 3º - Considera-se poluição, para os efeitos deste Regulamento, o lançamento ou a liberação nos corpos d'água, de toda e qualquer forma de matéria ou energia, com intensidade, quantidade e concentração em desacordo com os padrões que foram estabelecidos neste Regulamento ou normas dele decorrentes que possam tornar as águas:

I – impróprias, nocivas ou ofensivas à saúde;

II – inconvenientes ao bem estar público;

III – danosas à flora e à fauna;

IV – prejudiciais à sua utilização, conforme os usos preponderantes definidos.

Art. 4º - A instalação ou ampliação, assim como a operação ou funcionamento de qualquer atividade industrial fica sujeita à prévia autorização do órgão estadual de Meio Ambiente, mediante LICENÇAS DE INSTALAÇÃO E OPERAÇÃO:

Parágrafo Único - Os órgãos competentes não poderão fornecer "HABITE-SE", energia elétrica e água a nenhuma instalação industrial sem a prévia LICENÇA DE OPERAÇÃO, expedida pela SUDEC. ().*

Art. 5º - Os efluentes de qualquer fonte poluidora somente poderão ser lançados, direta ou indiretamente nas coleções de águas do Estado, se obedecido o disposto na Portaria GMI nº 0013, de 15 de janeiro de 1976, que classifica as águas interiores do Território Nacional, segundo seus usos preponderantes.

Art. 6º - Compete à Superintendência de Desenvolvimento do Estado do Ceará – SUDEC (), através do seu Departamento de Recursos Naturais, a aplicação deste Regulamento e das normas dele decorrentes, bem como do disposto no artigo 11 da Lei ora regulamentada.*

(*) Ressalta-se que a SEMACE é efetiva sucedânea do Departamento de Recursos Naturais da SUDEC.

Para o empreendimento mineiro da Polimix não haverá lançamento de qualquer poluição em nenhuma situação sobre solo ou corpo hídrico, principalmente nesses últimos que estão ausentes na área diretamente afetada e em seu entorno. Todavia se trata de uma atividade industrial cuja operação vai depender da licença de mesmo nível emitida pela SEMACE, sem a qual o município também fica impedido de fornecer condição de funcionamento e mesmo a fornecedora de energia elétrica fica proibida de fazer sua interligação ao sistema de distribuição.

LEI Nº 11.411 DE 28 DE DEZEMBRO DE 1987

Art. 11 - Estão sujeitas ao licenciamento ambiental as obras, empreendimentos e atividades que, por suas características, porte ou localização, estejam sujeitas à elaboração de Estudo de Impacto Ambiental - EIA.

§ 1º - Estão também sujeitos ao licenciamento ambiental:

II - a instalação, ampliação ou modificação de uma fonte de poluição ou de degradação ambiental;

III - a instalação de fonte de poluição ambiental ou prédio já construído;

§ 3º - O licenciamento ambiental de que trata esta Lei compreende as seguintes licenças:

Segue-se a mesma sequência de licenças indicadas na legislação federal, que lhes indica o padrão, como se declara no §4º, abaixo discriminado:

§ 4º - As Licenças Prévias, de Instalação e de Operação serão outorgadas pela SEMACE, com observância dos critérios e padrões estabelecidos ao Regulamento, nas normas dele decorrentes e, no que couber, nas normas e padrões/ estabelecidos pela legislação federal pertinente, após ouvido o COEMA.

§ 5º - A Licença Prévia será obrigatória para as atividades sujeitas à elaboração e aprovação de Estudo de Impacto Ambiental - EIA e respectivo Relatório de Impacto Ambiental - RIMA e facultativo nos demais casos.

§ 6º - Caberá ao Conselho Estadual do Meio Ambiente - COEMA, por proposta da SEMACE, o estabelecimento de critérios que orientarão as decisões de que trata o parágrafo anterior.

Com se verifica a Lei indica que a Licença Prévia só é obrigatória para empreendimentos e/ou atividades sujeitos ao EIA/RIMA, sendo facultada nos demais casos, onde os critérios são estabelecidos pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente, inclusive os conceitos descritos no artigo 12º que se segue:

Art. 12 - Os conceitos de meio ambiente, degradação da qualidade ambiental, poluição, poluidor, poluente e recursos ambientais serão estabelecidos em Regulamento, observado o disposto na legislação federal.

Art. 13 - As pessoas físicas ou jurídicas que causarem poluição das águas, do ar, do solo e do subsolo ou degradação ambiental de qualquer natureza, no Território do Estado do Ceará, infringindo as disposições desta Lei, do seu Regulamento e das normas dele decorrentes, bem como da Legislação Federal em vigor, ficam sujeitas às seguintes penalidades:

I - Advertência;

II - Multa (simples ou diária), de 10 (dez) a 1.000 (mil) vezes o valor nominal da Unidade Fiscal do Estado do Ceará - UFECE, na data da infração;

III - Embargo;

IV - Interdição definitiva ou temporária;

V - Perda ou restrições de incentivos e benefícios fiscais concedidos pelo Poder Público Estadual;

VI - Perda ou suspensão de participação em linhas de financiamento em estabelecimentos Estaduais de Crédito;

Com se verifica haviam penalidades por infringência, sendo que com a Lei dos Crimes Ambientais (federal) se inclui a perda de liberdade, dentre outros aspectos.

§ 2º - As infrações desta Lei, do seu Regulamento e das normas dela decorrentes serão, a critério da SEMACE, classificadas em leves, graves e gravíssimas, levando-se em consideração as circunstâncias atenuantes e agravantes.

(...)

§ 5º - Sem obstar a aplicação das penalidades previstas neste artigo, é o poluidor obrigado, independentemente de existência de culpa, a indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros, afetados por sua atividade.

Mantendo sempre a condição de recuperação do bem lesado, inclusive a terceiros.

LEI Nº 12.274, DE 05 DE ABRIL DE 1994

Art. 3º - A Secretaria da Fazenda exigirá das pessoas físicas ou jurídicas que desenvolverem atividades econômicas utilizadoras de recursos ambientais e/ou potencialmente poluidoras, a apresentação de Licença de Instalação ou de Parecer da SEMACE, para realizar o registro no Cadastro Geral da Fazenda – CGF.

Parágrafo Único - A Secretaria da Fazenda não concederá benefícios fiscais aos contribuintes que estão em débito com o meio ambiente, ou seja, descumprirem permanentemente as medidas necessárias à preservação ou correção dos inconvenientes e danos causados pela degradação da qualidade ambiental.

Art. 5º - As novas fontes de poluição ou de degradação ambiental serão proibidas de instalar-se ou funcionar quando, a critério da SEMACE, houver risco significativo de ocorrência de poluição ambiental, ainda que as emissões estejam enquadradas nos padrões legais.

Art. 7º — No exercício da ação fiscalizadora, ficam assegurados aos agentes credenciados da SEMACE a entrada, a qualquer dia e hora, e a permanência pelo tempo que se fizer necessário, em estabelecimentos públicos ou privados.

§ 1º — Os agente credenciados, quando obstados, poderão requisitar força policial para o exercido de suas atribuições, em qualquer parte do território do Estado do Ceará.

§ 2º — A Polícia Militar ou, na falta desta, a Polícia Civil deverá atender de imediato a solicitação de reforço policial feita pelos agentes credenciados da SEMACE.

Art. 8º — Os preços para análise dos pedidos das licenças de que trata esta Lei, do Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto Ambiental, Relatório de Controle Ambiental, assim como para emissão de pareceres técnicos e execução de serviços serão estabelecidos por Portaria da SEMACE.

§ 1º — Para estabelecimentos dos preços, de que trata este artigo, será utilizada a Unidade Fiscal do estado do Ceará—UFECE.

§ 2º — Ocorrendo a extinção da UFECE, adotar-se-á, para os efeitos desta Lei, do seu Regulamento e das normas dela decorrentes, o mesmo índice que a substituir.

§ 3º — O produto da arrecadação dos preços de que trata este artigo se constituirá receita da SEMACE e o seu Regulamento disporá sobre os projetos em que o mesmo deverá ser aplicado, bem como as isenções do pagamento dos mencionados preços.

Art. 9º — Serão estabelecidos por Decreto os padrões de qualidade ambiental, assim como os de emissão ou de lançamento de poluentes no meio ambiente.

Essa norma já vem sendo seguidamente regulamentada. Atualmente a Resolução nº 10, de 11 de junho de 2015 consagra a maioria dos temas, assim como a Resolução COEMA nº16, de 08 de outubro de 2015 trata dos valores das taxas de análise do EIA/RIMA e muito mais regulamentos que devem ser seguidos por todos.

LEI Nº 13.103, DE 24 DE JANEIRO DE 2001

A Política Estadual de Resíduos Sólidos visou a proteção e recuperação da qualidade do meio ambiente e a proteção da saúde pública, trazendo as diretrizes e normas de prevenção e controle da poluição. A aplicação da Lei pretende assegurar o uso adequado dos recursos ambientais no Estado do Ceará.

Art. 3º - Nos termos desta Lei, os resíduos sólidos obedecerão à seguinte classificação:

I – Quanto à origem:

- a) Resíduos Urbanos – os provenientes de residências, estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços, da varrição, de podas e da limpeza de vias, logradouros públicos, de sistema de drenagem urbana e tratamento de esgotos, os entulhos da construção civil e similares;*
- b) Resíduos Industriais – os provenientes de atividades de pesquisa e transformação de matérias-primas e substâncias orgânicas e inorgânicas em novos produtos, por processos específicos, bem como os provenientes das atividades de mineração, de montagem e aqueles gerados em áreas de utilidades e manutenção dos estabelecimentos industriais;*
- c) Resíduos de Serviços de Saúde – os provenientes de atividades de natureza médico-assistencial, de centros de pesquisa e de desenvolvimento e experimentação na área de saúde, bem como os remédios vencidos e/ou deteriorados requerendo condições especiais quanto ao acondicionamento, coleta, transporte, tratamento e disposição final, por apresentarem periculosidade real ou potencial à saúde humana, animal e ao meio ambiente;*
- d) Resíduos Especiais – os provenientes do meio urbano e rural que pelo seu volume, ou por suas propriedades intrínsecas exigem sistemas especiais para acondicionamento, armazenamento, coleta, transporte, tratamento e destinação final, de forma a evitar danos ao meio ambiente;*
- e) Resíduos de atividades rurais – os provenientes da atividade agrosilvopastoril, inclusive os resíduos dos insumos utilizados nestas atividades;*
- f) Resíduos de serviços de transporte – decorrentes da atividade de transporte e os provenientes de portos, aeroportos, terminais rodoviários, ferroviários, portuários e postos de fronteira;*
- g) Rejeitos radioativos – materiais resultantes de atividades humanas que contenham radionuclídeos em quantidades superiores aos limites de isenção especificados de acordo com a norma da Comissão Nacional de Energia Nuclear – CNEN, e que sejam de reutilização imprópria ou não prevista, observado o disposto na Lei n.º 11.423, de 08.01.88.*

II – Quanto à natureza:

- a) Resíduos classe I – perigosos: são aqueles que, em função de suas características intrínsecas de inflamabilidade, corrosividade, reatividade, toxicidade ou patogenicidade, apresentam riscos à saúde ou ao meio ambiente;*
- b) Resíduos classe II – não inertes: são aqueles que podem apresentar características de combustibilidade, biodegradabilidade ou solubilidade, com possibilidade de acarretar riscos à saúde ou ao meio ambiente, não se enquadrando nas classificações de resíduos classe I – perigosos ou classe III – inertes;*
- c) Resíduos classe III – inertes: são aqueles que, por suas características intrínsecas, não oferecem riscos à saúde e que apresentam constituintes solúveis em água e em concentrações superiores aos padrões de potabilidade.*

§ 1º - A determinação da classe dos resíduos, segundo a sua natureza, deverá ser feita conforme norma estabelecida pelo organismo normatizador federal competente.

§ 2º - Quando um resíduo não puder ser classificado nos termos da norma específica, o órgão ambiental estadual poderá estabelecer classificação provisória.

Como se verificou a mineração se inclui na condição B) quanto a origem e especificamente a mineração em tela da Polimix, na Classe III quanto a sua natureza, pois o material minerado (calcário) é inerte e não oferece risco à saúde.

Art. 8º - A gestão dos resíduos sólidos urbanos exercida pelos municípios, será feita de forma preferencialmente integrada com os demais Municípios.

Parágrafo único – Os sistemas para tratamento e disposição final de resíduos sólidos somente poderão ser instalados mediante prévio licenciamento ambiental após estudo das condições ambientais locais.

O município de Quixeré não dispõe de gestão adequada, sendo sua participação restrita ao sistema de coleta urbano e destinação em locais inadequados que não contam com licenciamento ambiental. Recentemente um consórcio de municípios da região vem planejando implantar um aterro sanitário comum, sendo que estudo ambiental nesse sentido já foi aprovado no COEMA. O aterro está previsto para ser instalado em Limoeiro do Norte e Quixeré faz parte do consórcio junto com outros dez municípios, que são: Alto Santo, Morada Nova, Potiretama, Limoeiro do Norte, Palhano, Russas, São João do Jaguaribe, Tabuleiro do Norte, Ererê e Iracema. Quando do funcionamento do mesmo haverá um grande ganho ambiental para Quixeré e todos os demais.

Art. 11 – A gestão dos resíduos sólidos observará as seguintes etapas:

- I – a prevenção da poluição ou a redução da geração de resíduos na fonte;*
- II – a minimização dos resíduos gerados;*
- III – o adequado acondicionamento, coleta e transporte seguro e racional dos resíduos;*
- IV – a recuperação ambientalmente segura de materiais, substâncias ou de energia dos resíduos ou produtos descartados;*
- V – o tratamento ambientalmente seguro dos resíduos;*
- VI – a disposição final ambientalmente segura dos resíduos remanescentes; e*
- VII – a recuperação das áreas degradadas pela disposição inadequada dos resíduos;*

Art. 12 – Ficam proibidas as seguintes formas de destinação e utilização de resíduos sólidos:

- I – lançamento in natura à céu aberto;*
- II – queima à céu aberto;*
- III – lançamento em mananciais e em suas áreas de drenagem, cursos d'água, lagos, praias, mar, manguezais, áreas de várzea, terrenos baldios, cavidades subterrâneas, poços e cacimbas, mesmo que abandonadas, e em áreas sujeitas à inundação com períodos de recorrência de cem anos;*
- IV – lançamentos em sistemas de redes de drenagem de águas pluviais, de esgotos, de eletricidade, de telefone, bueiros e assemelhados;*
- V – solo e o subsolo somente poderão ser utilizados para armazenamento, acumulação ou disposição final de resíduos sólidos de qualquer natureza, desde que sua disposição seja feita de forma tecnicamente adequada, definida em projetos específicos, obedecidas as condições e critérios estabelecidos por ocasião do licenciamento pelo órgão ambiental estadual;*
- VI – armazenamento em edificação inadequada;*
- VII – utilização de resíduos perigosos como matéria-prima e fonte de energia, bem como a sua incorporação em materiais, substâncias ou produtos sem o prévio licenciamento ambiental;*
- VIII – utilização para alimentação humana; e*
- IX – utilização para alimentação animal em desacordo com a normatização dos órgãos federais, estaduais e municipais competentes;*

Parágrafo único - O armazenamento, o tratamento e a disposição final dos resíduos sólidos dependerão de projetos específicos previamente licenciados pelo órgão ambiental competente.

Art. 24 – As empresas geradoras e receptoras de resíduos deverão contratar seguro ambiental visando garantir a recuperação das áreas degradadas em função de suas atividades, por acidentes, ou pela disposição inadequada de resíduos.

O projeto de mineração da Polimix em Quixeré terá a geração de resíduos sólidos domésticos e de escritório que serão destinados ao ponto de coleta pública mais próximo. Estes volumes não estão quantificados mas podem ser estimados em cerca de 20 kg por semana, um volume bem baixo comparado a média municipal de 70 kg/habitante/semana.

Art. 25 – São de responsabilidade do gerador os resíduos sólidos industriais, especialmente os perigosos, desde a geração até a destinação final, que serão feitas de forma a atender os requisitos de proteção ambiental e de saúde pública, devendo as empresas geradoras apresentarem a caracterização dos resíduos como condição para o prévio licenciamento ambiental, previsto nesta Lei.

Art. 29 – Caberá aos geradores de resíduos da construção civil a elaboração e a implementação de plano de gerenciamento de resíduos da construção civil, de acordo com a seção VI do Capítulo VI desta Lei.

Art. 30 – O transporte, tratamento e destinação final dos resíduos da construção civil serão de responsabilidade do gerador e deverão ser obrigatoriamente destinados às Centrais de Tratamento de Resíduos, devidamente autorizadas e licenciadas pelos órgãos ambientais competentes.

Art. 31 - O gerenciamento dos resíduos da construção civil, desde a geração até a disposição final, será feito de forma a atender os requisitos de proteção, preservação e economia dos recursos naturais, segurança do trabalhador e da saúde pública.

Art. 49 – Constitui infração, para os efeitos desta Lei, toda ação ou omissão que importe na inobservância de preceitos por ela estabelecidos.

Art. 50 – As infrações às disposições desta Lei, do seu regulamento e dos padrões e exigências técnicas federais e estaduais respectivas, estão sujeitas às penalidades previstas na Lei Estadual nº 11.411, de 28.12.87 e legislação penal incidente.

Art. 51 – Os responsáveis pela degradação ou contaminação de áreas em decorrência de acidentes ambientais ou pela disposição de resíduos sólidos, independente de culpa, terão responsabilidade objetiva devendo promover a sua recuperação em conformidade com as exigências estabelecidas pelo órgão ambiental competente.

A produção mineral da Polimix na mina velame 2 não vai gerar perdas de matéria prima, no caso o calcário, todavia rejeitos da atividade mineira podem incluir graxas e lubrificantes de máquinas e equipamentos, assim como outros rejeitos não domésticos. Estes devem ser recolhidos pela empresa e não podem ser destinados a coleta municipal, mas sim a aterro industrial e/ou a co-processamento em forno de cimenteiras locais (desde que estejam devidamente licenciadas para tanto). Todo o processo de destinação deve ser custeado pela própria Polimix, produtora do resíduos à dispor.

LEI Nº 14.844 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2010

Atualizou a política estadual dos recursos hídricos, revogando a antiga Lei nº 11.996, de 24 de julho de 1992.

Art. 4º A Política Estadual de Recursos Hídricos desenvolver-se-á de acordo com as seguintes diretrizes:

I - a prioridade do uso da água será o consumo humano e a dessedentação animal, ficando a ordem dos demais usos a ser definida pelo órgão gestor, ouvido o respectivo Comitê da Bacia Hidrográfica;

II - o estabelecimento, em conjunto com os municípios, de um sistema de alerta e defesa civil, quando da ocorrência de eventos hidrológicos extremos, tais como secas e inundações;

III - a integração da gestão de recursos hídricos com a gestão ambiental;

IV - a compatibilização do planejamento e da gestão dos recursos hídricos com os objetivos estratégicos e com o Plano Plurianual - PPA do Estado do Ceará;

V - a integração do gerenciamento dos recursos hídricos com as políticas públicas federais, estaduais e municipais de meio ambiente, saúde, saneamento, habitação, uso do solo e desenvolvimento urbano e regional e outras de relevante interesse social que tenham inter-relação com a gestão das águas;

VI - a promoção da educação ambiental para o uso dos recursos hídricos, com o objetivo de sensibilizar a coletividade para a conservação e utilização sustentável deste recurso, capacitando-a para participação ativa na sua defesa;

VII - o desenvolvimento permanente de programas de conservação e proteção das águas contra a poluição, exploração excessiva ou não controlada.

Art. 5º São instrumentos da Política Estadual de Recursos Hídricos:

I - a outorga de direito de uso de recursos hídricos e de execução de obras e/ou serviços de interferência hídrica;

II - a cobrança pelo uso dos recursos hídricos;

III - os planos de recursos hídricos;

IV - o Fundo Estadual de Recursos Hídricos - FUNERH;

V - o Sistema de Informações de Recursos Hídricos;

VI - o enquadramento dos corpos de água em classes de usos preponderantes;

VII - a fiscalização de recursos hídricos.

Art. 6º *A outorga de direito de uso de recursos hídricos é um ato administrativo de competência do Secretário dos Recursos Hídricos do Estado do Ceará, no qual será outorgado o uso de determinado recurso hídrico nos termos e condições expressas no ato respectivo, sem prejuízo das demais formas de licenciamento ambiental a cargo de instituições competentes.*

§ 1º A outorga de direito de uso de recursos hídricos tem por objetivo efetuar o controle do uso e assegurar o direito de acesso à água, condicionada às prioridades estabelecidas no Plano Estadual de Recursos Hídricos e nos Planos de Bacias Hidrográficas.

§ 2º A outorga de direito de uso de recursos hídricos não implica a alienação total ou parcial desses recursos que são inalienáveis, mas o simples direito de seu uso.

§ 3º A outorga estará condicionada às exigências desta Lei e das demais normas regulamentares, como também, dos critérios fixados pelo Conselho de Recursos Hídricos do Ceará - CONERH e pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos, no que couber.

Art. 7º *Estão sujeitos à outorga de direito de uso de recursos hídricos:*

I - derivação ou captação de parcela de água existente em um corpo hídrico para consumo final, inclusive abastecimento público, ou insumo de processo produtivo;

II - extração de água de aquífero subterrâneo para consumo final ou insumo de processo produtivo;

III - lançamento em corpo hídrico de esgotos e demais resíduos líquidos ou gasosos, tratados, com o fim de disposição final, dentro dos padrões de tratamento estabelecidos na legislação pertinente;

IV - outros usos ou interferências que alterem o regime, a quantidade ou a qualidade da água existente em um corpo hídrico.

Não há abastecimento de rede pública de água no local da **Mineração de Calcário Polimix**. A demanda por água do empreendimento mineiro é muito baixa e num primeiro momento irá se abastecer de águas de vizinhos, como a Mizu e outras fontes, como pipas, todavia quando tiver uma solução própria de poço, terá que solicitar a outorga de água à SRH – COGERH.

LEI Nº 14.892, DE 31 DE MARÇO DE 2011

Trata da política estadual de educação ambiental e que indiretamente incide sobre todos os estabelecimentos industriais

Art. 4º A Política Estadual de Educação Ambiental envolve em sua esfera de ação além do Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente – CONPAM, a Secretaria de Educação do Estado do Ceará – SEDUC, a Superintendência Estadual do Meio Ambiente – SEMACE, e a Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental – CIEA, as instituições educacionais públicas e privadas, formais e não-formais do Estado do Ceará e seus Municípios, bem como as Organizações Não- Governamentais – ONGs, em atuação na Educação Ambiental.

Art. 8º Entende-se por Educação Ambiental não formal as ações e práticas educativas destinadas à sensibilização, mobilização e organização da sociedade civil para a participação nas ações de defesa da qualidade do Meio Ambiente.

LEI Nº 14.950 DE 27 DE JUNHO DE 2011

O Sistema Estadual de Unidades de Conservação do Ceará - SEUC, foi criado como 'espelho' do SNUC (federal). Ressalta-se que na Chapada do Apodi não se encontram nenhuma unidade de conservação do meio ambiente, assim como no município de Quixeré ou em seus vizinhos: Russas, Jaguaruana e Limoeiro do Norte.

DECRETO Nº 26.604, DE 16 DE MAIO DE 2002

A regulamentação da política estadual de Resíduos Sólidos do Estado do Ceará está acertadamente baseada na não geração do resíduo, cuja gestão é de responsabilidade de toda a sociedade, sendo que na incapacidade de não geração segue-se a redução na produção de resíduos, e depois a reutilização que na norma se confunde com reciclagem. As práticas ambientais recomendadas são: redução, reutilização, reciclagem, bioremediação e compostagem. No processo produtivo da Mineração Polimix em Quixeré a geração de resíduos será sempre inerente à condição de uso de máquinas e equipamentos e descartes de lixo doméstico, pois na atividade produtiva em si, a geração de resíduos será sempre uma perda econômica que não é interessante para a empresa. Também o produto mineiro pode ser aproveitado em formas de pedras de cantaria, alvenaria, toscas, britas, e mesmo pós. Assim não se gera resíduos na produção de matéria prima.

Fora da produção em si as ações iniciais de 'abertura' da mina implicam em limpeza e desobstrução do terreno, atividades que compreendem: a supressão vegetal (desmatamento); a retirada de entulhos deixados pela construção da fábrica de cimento Mizu; e a remoção das camadas superficiais do solo. Todos estes materiais serão mobilizados no terreno, deixados organizadamente em acumulações temporárias, para uso futuro na recuperação ambiental da mina, com o 'pit' final da cava.

Art. 26 - As indústrias, independentemente de seu porte, que produzam algum dos resíduos identificados na Política Estadual de Resíduos Sólidos, deverão elaborar Plano de Gerenciamento dos Resíduos Industriais e de Prevenção da Poluição - PGRI de acordo com Termo de Referência elaborado pelo órgão ambiental estadual, por ocasião do licenciamento ou sua renovação.

Parágrafo único. Deverá constar no PGRI à indicação do local e tipo de tratamento, acondicionamento e disposição final dos resíduos gerados nas indústrias e nas plantas de tratamento de resíduos, sendo por meio de incineração, reciclagem, compostagem, aterro ou outro meio regulamentado, consorciado ou não, devendo as empresas, operadoras dessas atividades, estarem licenciadas pelo órgão ambiental competente.

Esses serão os quantitativos dos resíduos que estarão indicados em relatórios gerenciais e que periodicamente serão também enviados à SEMACE para avaliação. Para efeitos administrativos se equipara a mineração à indústria da construção civil, no intuito de seguir a norma:

Art. 33 - São responsáveis pelo gerenciamento dos resíduos sólidos oriundos da construção civil, os construtores e/ou qualquer pessoa que execute, direta ou indiretamente, construção e/ou reforma em unidades comerciais, industriais, habitacionais, saúde, entre outras.

Art. 34 - A destinação e gerenciamento dos resíduos da construção civil são da responsabilidade do (as):

I - proprietário do imóvel e/ou do empreendimento;

II - construtor e/ou empresa construtora, bem como qualquer pessoa que tenha poder de decisão na construção ou reforma;

III - empresas e/ou pessoas que prestem serviços de coleta e/ou disposição de resíduos da construção civil.

Art.35 - O construtor e a empresa construtora são responsáveis pelos atos de gerenciamento de resíduos especiais advindos do exercício de suas atividades.

Art.36 - Os geradores de resíduos da construção civil que possam ser, por força do exercício profissional ou atividade continuada, considerados geradores habituais, deverão elaborar e implementar, por ocasião do licenciamento ambiental ou renovação, Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil - PGRCC, com, no mínimo, os seguintes itens:

I - a segregação dos resíduos na fonte geradora;

II - a coleta seletiva;

III - o transporte;

IV - a destinação final;

V - outros que se fizerem necessários de acordo com termo de referência do órgão ambiental.

§1º - Ficam isentos de apresentar o PGRCC os geradores de resíduos de construção civil que executarem as seguintes atividades:

I - obra pequena,

II - reparos gerais.

2.3.4. Normas Não Legislativas Estaduais

Essas são as normas que não dependem do poder legislativo, e sim do executivo, que legisla através de ordens, aplicações, regulamentações, recomendações e sobre a execução de serviços. No Estado do Ceará essas normas fazem indistintamente o detalhamento das Leis e Decretos Federais e Estaduais, estando aqui encadeadas por ordem de emissão, levando em conta a área de interesse (direta ou indireta) e o tipo de empreendimento mineiro em concepção. Todas elas são atendidas pelo projeto de mineração Polimix.

- PORTARIA SEMACE Nº 14, DE 31 DE JANEIRO DE 1989 - Estabeleceu normas técnicas e administrativas necessárias a regulamentação do sistema de licenciamento de atividades poluentes no Estado do Ceará.
- RESOLUÇÃO COEMA Nº 07, DE 06 DE FEVEREIRO DE 1990 – Instituiu o Cadastro Técnico Estadual de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental.
- PORTARIA SEMACE N 97, DE 03 DE ABRIL DE 1996 – Estabeleceu condições para lançamento dos efluentes líquidos gerados por qualquer fonte poluidora.
- RESOLUÇÃO COEMA Nº 08, DE 01 DE OUTUBRO DE 1996 – Estabeleceu que o Estudo de Impacto Ambiental - EIA e respectivo Relatório de Impacto Ambiental - RIMA, solicitados pela SEMACE, deverão ser executados por equipe multidisciplinar qualificada e devidamente cadastrada no Departamento Técnico - DETEC, da SEMACE.
- RESOLUÇÃO COEMA Nº 13, DE 30 DE JULHO DE 1998 – Previu notificação da entrega junto a SEMACE, dos estudos de impacto ambiental e dos relatórios de impacto ambiental sobre o meio ambiente, aos conselheiros titulares do Conselho Estadual do Meio Ambiente.
- INSTRUÇÃO NORMATIVA SEMACE Nº 01, DE 04 DE OUTUBRO DE 1999 - NORMATIZOU os procedimentos administrativos para a exploração florestal, o uso alternativo do solo e para a queima controlada das florestas e demais formas de vegetação em todo o Estado do Ceará e deu outras providências.
- PORTARIA SEMACE Nº 201, DE 13 DE OUTUBRO DE 1999 - Estabeleceu normas técnicas e administrativas necessárias à regulamentação do Sistema de Licenciamento de Atividades utilizadoras de recursos ambientais no território do Estado do Ceará.
- RESOLUÇÃO COEMA Nº 01, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2000 – Estabeleceu norma específica sobre as placas de identificação, indicativas de licenciamento ambiental pela Superintendência Estadual do Meio Ambiente - SEMACE.

- RESOLUÇÃO COEMA Nº 07, DE 27 DE JULHO DE 2000 - Estabeleceu exigências aos profissionais prestadores de serviços nos processos envolvendo estudos ambientais.
- RESOLUÇÃO ARCE Nº 24 DE 16 DE AGOSTO DE 2001 e sua complementação pela RESOLUÇÃO Nº 122 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2009, tratam do monitoramento da qualidade da água, do reuso de efluentes de ETE'S em atividades antrópicas para prestador desses serviços.
- PORTARIA SEMACE Nº 154, DE 22 DE JULHO DE 2002 – Dispôs sobre padrões e condições para lançamento de efluentes líquidos gerados por fontes poluidoras.
- PORTARIA SEMACE Nº 159, DE 02 DE AGOSTO DE 2002 – Dispôs sobre o cadastramento de profissionais e empresas submetido à análise da Superintendência Estadual do Meio Ambiente – SEMACE, regulamentando a Resolução do Conselho Estadual do Meio Ambiente – COEMA 08, de 1º de outubro de 1996 e dá outras providências.
- RESOLUÇÃO COEMA Nº 09, DE 29 DE MAIO DE 2003 – Instituiu no âmbito da Política Estadual do Meio Ambiente do Estado do Ceará o compromisso de compensação ambiental por danos causados ao meio ambiente e pela utilização de recursos ambientais.
- INSTRUÇÃO NORMATIVA SEMACE Nº 01, 15 DE AGOSTO DE 2003 - Regulamentou as normas para expedição de autorização ou licenciamento das atividades ligadas a supressão total ou parcial de vegetação em todo Estado do Ceará para implementação da Política Florestal Estadual como atividades principais para o uso racional desses recursos naturais.
- PORTARIA SEMACE Nº 192, DE 14 DE OUTUBRO DE 2003 – Constituiu, no âmbito da Superintendência Estadual do Meio Ambiente - SEMACE, uma Comissão Recursal, com a competência de examinar e decidir sobre recursos administrativos, adequação de valores de multas aplicadas e parcelamento de débito ambiental.
- RESOLUÇÃO SRH Nº 02, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2003 - Estabeleceu critérios e normas para a cobrança pelo uso dos recursos hídricos com base no modelo tarifário de água bruta definido para o Estado do Ceará.
- INSTRUÇÃO NORMATIVA SRH Nº 01 DE 2004 - Estabeleceu os procedimentos gerais de leitura, faturamento, operacionalização técnica de medição, recursos e direito dos usuários de água bruta.
- INSTRUÇÃO NORMATIVA SRH Nº 02 DE 2004 - Dispôs sobre os procedimentos administrativos aplicados à fiscalização, autuação e interposição de recursos junto à Secretaria dos Recursos Hídricos - SRH, por infrações à Legislação Estadual de Recursos Hídricos.
- INSTRUÇÃO NORMATIVA SRH Nº 03, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2006 – Dispôs sobre os procedimentos administrativos complementares a serem aplicados à outorga de direito de uso da água pela Secretaria dos Recursos Hídricos – SRH e pela Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos do Ceará – COGERH.
- PORTARIA SEMACE Nº 117, DE 22 DE JUNHO DE 2007 - Dispôs sobre os procedimentos administrativos aplicáveis às condutas e atividades lesivas ao meio ambiente no âmbito de competência da SEMACE.
- RESOLUÇÃO CONERH-CE Nº 01, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2008 – Dispôs sobre o reajuste da Tarifa pelo uso da Água Bruta de Domínio do Estado do Ceará, para as Categorias de uso de Abastecimento Público, de Uso Industrial e demais categorias de uso.
- RESOLUÇÃO COEMA Nº 20, DE 28 DE OUTUBRO DE 2010 Estabeleceu procedimentos para a exigência do documento de outorga do uso da água no curso do licenciamento ambiental promovido pela SEMACE.
- PORTARIA CONPAM Nº 20 DE 31 DE MARÇO DE 2011 - Constituiu grupo de trabalho voltado ao mapeamento e avaliação de áreas prioritárias indicadas pelo MMA para criação de unidade de conservação nos biomas caatinga e serras úmidas no âmbito do estado do Ceará.
- RESOLUÇÃO COEMA Nº 26, DE 02 DE SETEMBRO DE 2011 Alterou o art.2º, §2º, I,II e III, da Resolução COEMA nº08, de 15 de abril de 2004 e adequou no âmbito estadual os prazos de validade das licenças ambientais nos termos dispostos na Resolução CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997.

- RESOLUÇÃO COEMA Nº 01, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2012 regulamentou o disposto no artigo 4º da Lei nº 14.882 de 27 de janeiro de 2011, estabelecendo os anexos para a autodeclaração dos empreendimentos e/ou atividades.
- RESOLUÇÃO COEMA Nº 04, de 12 de abril de 2012 Dispôs sobre a atualização dos procedimentos, critérios, parâmetros e custos aplicados aos processos de licenciamento e autorização ambiental no âmbito da Superintendência Estadual do Meio Ambiente - Semace.
- RESOLUÇÃO COEMA Nº 24, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2014 Dispôs sobre a definição de impacto ambiental local e estabeleceu critérios para o exercício da competência do licenciamento ambiental municipal no âmbito do Estado do Ceará, REVOGANDO a resolução COEMA nº 20, de 10 de dezembro de 1998.
- RESOLUÇÃO COEMA Nº 16, DE 08 DE OUTUBRO DE 2015 Alterou o texto previsto na Resolução Nº10, de 11 de junho de 2015, que tratou da remuneração da análise de estudos ambientais.
- RESOLUÇÃO COEMA Nº 22, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2015 Dispôs, no âmbito do licenciamento ambiental sobre a autorização para fins de licenciamento ambiental do órgão responsável pela administração da unidade de conservação (UC), para empreendimentos com diferentes graus de impacto ambiental.
- RESOLUÇÃO COEMA Nº 26, DE 10 DE DEZEMBRO 2015 Alterou, no âmbito do estado do Ceará, a metodologia de cálculo do grau de impacto ambiental para fixação do percentual de valoração da compensação ambiental.
- RESOLUÇÃO Nº 206 de 06 DE ABRIL DE 2016 Dispôs sobre a gestão de riscos dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, as medidas de contingências e de emergências, inclusive racionamento, e deu outras providências.

2.3.4.1. Destaques das Normas Não Legislativas

RESOLUÇÃO COEMA Nº 08, DE 01 DE OUTUBRO DE 1996

Art. 1º - O Estudo de Impacto Ambiental - EIA e respectivo Relatório de Impacto Ambiental - RIMA, solicitados pela SEMACE, deverão ser executados por equipe multidisciplinar qualificada e devidamente cadastrada no Departamento Técnico - DETEC, da SEMACE.

§ 1º - Qualquer outro estudo ambiental solicitado pela SEMACE deverá ser executado por empresa de consultoria ou profissional, cadastrados junto a SEMACE e habilitados junto ao Conselho profissional respectivo, devendo ser apresentada a anotação de responsabilidade técnica específica.

A INFOambiental foi contratada para elaboração do Estudo, sendo por ele responsável técnica. Em anexo o registro profissional e o cadastro junto à SEMACE, completam o cumprimento da norma.

RESOLUÇÃO COEMA Nº 09, DE 29 DE MAIO DE 2003

Art. 2º O compromisso tem por objetivo determinar o valor e o modo pelo qual o empreendedor deve cumprir a obrigação de compensação ambiental por relevantes impactos ambientais ocasionados pela implantação de atividade ou Empreendimento sujeito à obtenção de licença ambiental.

Art. 3º. Nas atividades ou empreendimentos causadores de significativa degradação, licenciados com base em estudo ambiental na modalidade de Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório - EIA/RIMA, o valor destinado à compensação ambiental será estabelecido, no correspondente procedimento de licenciamento, não podendo ser inferior a 0,5% (meio por cento) do custo total da respectiva implantação, devendo, a graduação dos percentuais, considerar a amplitude dos impactos gerados.

§ 2º. Na valoração dos danos ambientais, o órgão licenciador deverá fundamentar a exigência do percentual, quantificando os danos a partir da análise do EIA/RIMA e de outros estudos disponíveis, com base em métodos de avaliação objetivos e reconhecidos na prática.

Art. 4º. Nas atividades ou empreendimentos utilizadores de recursos ambientais para fins econômicos, o valor da compensação ambiental será estabelecido com base no respectivo estudo ambiental, indicado pelo órgão ambiental, não podendo ser inferior a 0,5% (meio por cento) do custo total da respectiva implantação.

§1º. Resolução específica estabelecerá os casos em que será cobrada a compensação ambiental definida no caput e fixará a maneira de apurar-se o valor e o modo pelo qual se fará o pagamento da compensação ambiental nos casos de supressão de vegetação, corte de árvores isoladas ou outras atividades que utilizem ou degradem recursos ambientais, gerando impactos de menor magnitude.

§2º. Quando a compensação for estabelecida com base no custo total do Empreendimento, aplicar-se-ão as normas dos parágrafos 1º e 2º do artigo anterior.

Art. 5º. Nas atividades ou empreendimentos implantados, em implantação ou que venham a ser implantados sem o correspondente licenciamento ambiental, o valor da compensação ambiental será estabelecido no respectivo procedimento de licenciamento para ajustamento de conduta, observado o disposto nos artigos 3º e 4º desta Resolução.

Art. 6º O pagamento do valor da compensação ambiental pode dar-se mediante recolhimento ou por outro modo que for estabelecido pela autoridade ambiental no correspondente procedimento de licenciamento.

Art. 7º. O lugar do pagamento será estabelecido no procedimento de licenciamento ambiental.

Art.8º. O pagamento do valor da compensação ambiental poderá ser feito parceladamente, mediante cronograma definido pela autoridade ambiental.

Parágrafo único. O prazo para o pagamento do valor correspondente à compensação ambiental, de atividade ou empreendimento licenciado com base em EIA/RIMA ou em outros estudos ambientais, não poderá ser superior ao da respectiva implantação, ficando a emissão da licença de operação condicionada à verificação de sua integral satisfação.

Art. 9º. Quando a obrigação consistir na execução de ações com prazo superior ao da própria implantação do empreendimento ou atividade deverá ser considerado o seguinte:

I - a emissão da licença de operação será condicionada ao implemento da obrigação prevista no caput deste artigo;

II – na hipótese de descumprimento do cronograma estabelecido pelo órgão ambiental, a licença de operação será suspensa até à normalização do pagamento ou da execução das ações.

§ 2º. Para a emissão da licença de operação, o órgão licenciador deverá confirmar o custo total do empreendimento, verificando a aplicação do percentual determinado e o disposto no art.3º para fixação do valor das medidas de compensação ambiental.

Art. 10. No caso de atividade ou empreendimento cujo licenciamento exaurir-se com a expedição de uma única licença ambiental, expedida ou não com base em EIA/RIMA, o prazo para o cumprimento da obrigação de compensação ambiental será fixado pelo órgão licenciador.

Art.11. As medidas de compensação ambiental terão por objeto estudos ambientais, serviços, obras e aquisição de bens ou equipamentos desde que necessários à gestão, fiscalização, monitoramento, controle e proteção do meio ambiente no Estado do Ceará.

Art.13. Semestralmente a SEMACE apresentará ao COEMA os compromissos de compensação ambiental e respectivas aplicações a fim de dar publicidade a suas ações na administração das medidas de compensação ambiental.

Art. 15. O termo de compromisso é parte integrante das condições do respectivo licenciamento ambiental e sua inexecução implicará na execução judicial das obrigações dele decorrentes, como título executivo extrajudicial, na forma do disposto no art. 585, inciso II, do Código de Processo Civil, sem prejuízo da imposição autônoma das demais sanções administrativas e penais aplicáveis à espécie.

Art. 16. Para a emissão da Licença Prévia, a SEMACE , como base na análise dos respectivos estudos ambientais, deverá definir o montante dos recursos a serem pagos a título de compensação ambiental.

Art. 17. É condição para a emissão da Licença de Instalação, quando for o caso, a subscrição do termo de compromisso.

A Política Estadual do Meio Ambiente do Estado do Ceará trouxe o compromisso de compensação ambiental por danos causados ao meio ambiente e pela utilização de recursos ambientais, posteriormente a **RESOLUÇÃO COEMA Nº 26, DE 10 DE DEZEMBRO 2015** lhe alterou a metodologia de cálculo do grau de impacto ambiental para fixação do percentual de valoração da compensação ambiental, que atualmente se faz:

Art. 1º O Valor da Compensação Ambiental – CA será calculado pelo produto do Grau de Impacto – GI, no patamar de 0,5% para todos os empreendimentos em licenciamento, com o Valor de Referência - VR, de acordo com a fórmula a seguir:

CA = VR x GI, onde:

CA = Valor da Compensação Ambiental;

VR = somatório dos investimentos necessários para implantação do empreendimento, não incluídos os investimentos referentes aos planos, projetos e programas exigidos no procedimento de licenciamento ambiental para mitigação de impactos causados pelo empreendimento, bem como os encargos e custos incidentes sobre o financiamento do empreendimento, inclusive os relativos às garantias, e os custos com apólices e prêmios de seguros pessoais e reais; e

GI = Grau de Impacto = 0,5%.

A fixação do grau de impacto em 0,5% difere da norma federal original cuja metodologia extraída a partir do anexo do Decreto nº 6.848/2009 permitiu fazer a seguinte demonstração:

Metodologia de Cálculo do Grau de Impacto Ambiental

1. Grau de Impacto (GI)

O Grau de Impacto é dado pela seguinte fórmula:

GI = ISB + CAP + IUC, onde:

ISB = Impacto sobre a Biodiversidade;

CAP = Comprometimento de Área Prioritária; e

IUC = Influência em Unidades de Conservação.

2. Impacto sobre a Biodiversidade (ISB)

ISB = [IM x IB (IA+IT)]/140, onde:

IM = Índice Magnitude;

IB = Índice Biodiversidade;

IA = Índice Abrangência; e

IT = Índice Temporalidade.

O ISB terá seu valor variando entre 0 e 0,25%.

O ISB tem como objetivo contabilizar os impactos do empreendimento diretamente sobre a biodiversidade na sua área de influência direta e indireta. Os impactos diretos sobre a biodiversidade que não se propagarem para além da área de influência direta e indireta não serão contabilizados para as áreas prioritárias.

3. Comprometimento de Área Prioritária (CAP)

CAP = [IM x ICAP x IT]/70, onde:

IM = Índice Magnitude;

ICAP = Índice Comprometimento de Área Prioritária; e

IT = Índice Temporalidade.

O CAP terá seu valor variando entre 0 e 0,25%.

O CAP tem por objetivo contabilizar efeitos do empreendimento sobre a área prioritária em que se insere. Isto é observado fazendo a relação entre a significância dos impactos frente às áreas prioritárias afetadas. Empreendimentos que tenham impactos insignificantes para a biodiversidade local podem, no entanto, ter suas intervenções mudando a dinâmica de processos ecológicos, afetando ou comprometendo as áreas prioritárias.

4. Influência em Unidade de Conservação (IUC)

O IUC varia de 0 a 0,15%, avaliando a influência do empreendimento sobre as unidades de conservação ou suas zonas de amortecimento, sendo que os valores podem ser considerados cumulativamente até o valor máximo de 0,15%. Este IUC será diferente de 0 quando for constatada a incidência de impactos em unidades de conservação ou suas zonas de amortecimento, de acordo com os valores abaixo:

G1: parque (nacional, estadual e municipal), reserva biológica, estação ecológica, refúgio de vida silvestre e monumento natural = 0,15%;

G2: florestas (nacionais e estaduais) e reserva de fauna = 0,10%;

G3: reserva extrativista e reserva de desenvolvimento sustentável = 0,10%;

G4: área de proteção ambiental, área de relevante interesse ecológico e reservas particulares do patrimônio natural = 0,10%; e

G5: zonas de amortecimento de unidades de conservação = 0,05%.

5. Índices:

5.1. Índice Magnitude (IM)

O IM varia de 0 a 3, avaliando a existência e a relevância dos impactos ambientais concomitantemente significativos negativos sobre os diversos aspectos ambientais associados ao empreendimento, analisados de forma integrada.

Valor	Atributo
0	Ausência de impacto ambiental significativo negativo
1	Pequena magnitude do impacto ambiental negativo em relação ao comprometimento dos recursos ambientais
2	Média magnitude do impacto ambiental negativo em relação ao comprometimento dos recursos ambientais
3	Alta magnitude do impacto ambiental negativo

5.2. Índice Biodiversidade (IB)

O IB varia de 0 a 3, avaliando o estado da biodiversidade previamente à implantação do empreendimento.

Valor	Atributo
0	Biodiversidade se encontra muito comprometida
1	Biodiversidade se encontra medianamente comprometida
2	Biodiversidade se encontra pouco comprometida
3	área de trânsito ou reprodução de espécies consideradas endêmicas ou ameaçadas de extinção

5.3. Índice Abrangência (IA)

O IA varia de 1 a 4, avaliando a extensão espacial de impactos negativos sobre os recursos ambientais. Em casos de empreendimentos lineares, o IA será avaliado em cada microbacia separadamente, ainda que o trecho submetido ao processo de licenciamento ultrapasse os limites de cada microbacia.

Nota: para empreendimentos lineares deverão ser considerados compartimentos homogêneos da paisagem para que os impactos sejam mensurados adequadamente em termos de abrangência, não devendo ser considerados de forma cumulativa. O resultado final da abrangência será considerado de forma proporcional ao tamanho deste compartimento em relação ao total de compartimentos.

Valor	Atributos para empreendimentos terrestres, fluviais e lacustres.	Atributos para empreendimentos marítimos ou localizados concomitantemente nas faixas terrestre e marítima da Zona Costeira	Atributos para empreendimentos marítimos (profundidade em relação à lâmina d'água)
1	Impactos limitados à área de uma microbacia.	Impactos limitados a um raio de 5 km.	Profundidade maior ou igual a 200 metros.
2	Impactos que ultrapassem a área de uma microbacia limitados à área de uma bacia de 3a ordem.	Impactos limitados a um raio de 10 km.	Profundidade inferior a 200 e superior a 100 metros.
3	Impactos que ultrapassem a área de uma bacia de 3a ordem e limitados à área de uma bacia de 1a ordem.	Impactos limitados a um raio de 50 km.	Profundidade igual ou inferior a 100 e superior a 50 metros.
4	Impactos que ultrapassem a área de uma bacia de 1a ordem.	Impactos que ultrapassem o raio de 50 km.	Profundidade inferior ou igual a 50 metros

5.4. Índice Temporalidade (IT)

O IT varia de 1 a 4 e se refere à resiliência do ambiente ou bioma em que se insere o empreendimento. Avalia a persistência dos impactos negativos do empreendimento.

Valor	Atributo
1	Imediata: até 5 anos após a instalação do empreendimento;
2	Curta: superior a 5 e até 15 anos após a instalação do empreendimento;
3	Média: superior a 15 e até 30 anos após a instalação do empreendimento;
4	Longa: superior a 30 anos após a instalação do empreendimento.

5.5. Índice Comprometimento de Áreas Prioritárias (ICAP)

O ICAP varia de 0 a 3, avaliando o comprometimento sobre a integridade de fração significativa da área prioritária impactada pela implantação do empreendimento, conforme mapeamento oficial de áreas prioritárias aprovado mediante ato do Ministro de Estado do Meio Ambiente.

Nota: para empreendimentos lineares deverão ser considerados compartimentos homogêneos da paisagem para que os impactos sejam mensurados adequadamente em termos de comprometimento de área prioritária, não devendo ser considerados de forma cumulativa. O resultado final do ICAP será considerado de forma proporcional ao tamanho deste compartimento em relação ao total de compartimentos. Impactos em Unidades de Conservação serão computados exclusivamente no IUC.

Valor	Atributo
0	Inexistência de impactos sobre áreas prioritárias ou impactos em áreas prioritárias totalmente sobrepostas a unidades de conservação;
1	Impactos que afetem áreas de importância biológica alta;
2	Impactos que afetem áreas de importância biológica muito alta;
3	Impactos que afetem áreas de importância biológica extremamente alta ou classificadas como insuficientemente conhecidas.

Como se verificou há um grande caminho a percorrer antes de se conhecer o grau de impacto ambiental, no entanto na Resolução Estadual o Grau de Impacto foi fixado em 0,5%, o que iguala todos os empreendimentos, independente de seu porte, localização e/ou atividade. Neste caso da Resolução não se levou em conta o impacto ambiental.

RESOLUÇÃO COEMA Nº 01, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2012

A regulamentação do disposto no artigo 4º da Lei nº 14.882 de 27 de janeiro de 2011, estabelecendo os anexos para a autodeclaração dos empreendimentos e/ou atividades, implica em responsabilidades penais, civis e administrativas previstas na legislação pertinente para os casos de falsidade. A autodeclaração é passível de fiscalização e controle pela SEMACE e não se aplica diretamente ao empreendimento mineiro, todavia restringiu a aplicação da norma aos municípios que não preencherem os requisitos estabelecidos na Lei Complementar nº 140 de 08 de dezembro de 2011, como é o caso do município de Quixeré.

RESOLUÇÃO COEMA Nº 04, de 12 de abril de 2012

A atualização dos procedimentos, critérios, parâmetros e custos aplicados aos processos de licenciamento e autorização ambiental no âmbito da Superintendência Estadual do Meio Ambiente – Semace se encontra bem detalhada nessa Resolução que é a terceira de uma série que foi sendo aprimorada. É uma norma que possui um anexo onde se listam todas as atividades para enquadramento no licenciamento ambiental. O projeto mineiro de Polimix foi classificado como atividade nº 10.13 – Extração de Magnesita, quando na verdade o bem mineral é o calcário, todavia calcário não consta na tabela de classificação, ensejando que a norma possa mais uma vez ser atualizada no futuro.

Art.2º. Estão sujeitos ao licenciamento ambiental a localização, construção, instalação, ampliação, modificação e funcionamento de estabelecimentos, empreendimentos, obras e atividades utilizadoras de recursos ambientais, considerados efetiva e/ou potencialmente poluidores, bem como os capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, sem prejuízo de outras licenças exigíveis, conforme previsão do Anexo I desta Resolução - Lista de Atividades Passíveis de Licenciamento Ambiental no Estado do Ceará, com classificação pelo Potencial Poluidor-Degradador – PPD, sem prejuízo de outras atividades estabelecidas em normatização específica.

A norma também foi concebida por fixar normas para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora, tal como se dispôs na norma federal: Lei Complementar nº 140 de 08 de dezembro de 2011.

RESOLUÇÃO COEMA Nº 24, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2014

Trouxe a definição de impacto ambiental local e estabeleceu critérios para o exercício da competência do licenciamento ambiental municipal no âmbito do Estado do Ceará, sendo também mais uma norma em adição a Lei Complementar nº 140 de 08 de dezembro de 2011 (federal).

Traz também um anexo na forma de uma tabela para licenciamento ambiental local municipal, cujas tipologias, os parâmetros de porte, e o PPB (Potencial – Poluidor – Degradador) são oriundos da resolução COEMA nº 04 de 12 de abril de 2012.

Na prática essa norma indica que os municípios devem licenciar os impactos locais, conforme asseverado na Lei Complementar, todavia devem possuir adequação qualificação técnica para tanto. Atualmente o município de Quixeré ainda não dispõe de equipe técnica capacitada para realizar o licenciamento ambiental de um empreendimento do porte da Mineração Polimix, que embora seja um projeto de pequeno porte em relação à atividade de mineração, será sempre de grande porte para o município de Quixeré.

RESOLUÇÃO COEMA Nº 16, DE 08 DE OUTUBRO DE 2015

Essa norma alterou a forma de remuneração na análise de estudos ambientais, sendo aqui exibida na íntegra:

Art. 1º – Alterar o texto previsto na Resolução Nº10, de 11 de junho de 2015, que trata da REMUNERAÇÃO DA ANÁLISE DE ESTUDOS AMBIENTAIS, referente a retirada do fator da fórmula de cobrança de taxa, passando a ter a seguinte redação: Nos processos de licenciamento de empreendimentos ou atividades sujeitos a EIA/RIMA e outros estudos ambientais, o cálculo da remuneração dessa análise considerará os seguintes parâmetros:

a) número de técnicos envolvidos;

b) horas técnicas totais de trabalho da equipe de análise (considerando consultas, deslocamentos para visitas técnicas e vistorias).

O total mínimo de horas técnicas a considerar, para o EIA/RIMA, não poderá ser inferior a 100 (cem).

*A remuneração será dada pela fórmula: $V = \{ [(NT * THT * FCHT)] * P2 \}$ Onde:*

V = Valor em UFIRCE da remuneração dos serviços;

NT = Número total de técnicos utilizados na análise;

THT = Total de horas técnicas necessárias para análise do processo até sua conclusão;

FCHT = Fator custo unitário de hora técnica = 21,7756 UFIRCE/hora;

P2 = Peso atribuído ao fator análise técnica = 1,50.

Observação:

Todas as despesas e custos referentes à realização de audiências prévias e públicas serão de inteira e exclusiva responsabilidade do requerente do licenciamento.

RESOLUÇÃO COEMA Nº 22, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2015

Tratou especificamente de assunto muito importante, embora sem afetar o projeto em tela, considerando que não há nenhuma Unidade de Conservação do Meio Ambiente em toda a região da Chapada do Apodi, ou no município de Quixeré, ou ainda nos municípios vizinhos.

A não aplicação se dá por que a norma se reporta a autorização para fins de licenciamento ambiental do órgão responsável pela administração da unidade de conservação (UC), para empreendimentos com diferentes graus de impacto ambiental.

PORTARIA SEMACE Nº 154, DE 22 DE JULHO DE 2002

Tratou da disposição e condições para lançamento de efluentes líquidos gerados por fontes poluidoras, definindo os padrões de concentrações máximas para este tipo de lançamento. No caso da Polimix em Quixeré a aplicação se restringe aos efluentes domésticos, uma vez que a atividade industrial namineração do calcário não gera efluentes líquidos:

Art. 4º. As indústrias ou qualquer fonte poluidora localizadas em áreas não dotadas de Rede Pública de Esgoto provida de Sistema de Tratamento deverão possuir Estação de Tratamento Própria, de maneira a atender aos padrões de qualidade dos cursos de água estabelecidos em função de sua classe, segundo seus usos preponderantes, bem como a enquadrar seus despejos líquidos aos seguintes padrões:

I - pH entre 5,0 a 9,0;

II - temperatura inferior a 40°C, sendo que a elevação da temperatura do corpo receptor não deverá exceder a 3°C;

III - materiais sedimentáveis: até 1,0 ml/L em teste de 1 hora em Cone Imhoff;

IV - regimes de lançamento com vazão máxima de até 1,5 (uma e meia) vezes a vazão média do período da atividade diária do Empreendimento;

V - substâncias solúveis em hexano, da seguinte forma:

a) óleos minerais até 20,0 mg/L;

b) óleos vegetais e gorduras animais até 50,0 mg/L;

VI - ausência de materiais flutuantes;

VII - valores máximos admissíveis das substâncias constantes do Anexo III.

VIII- Demanda Química de Oxigênio (DQO): 200,0 mg/L;

IX- Sólidos em suspensão totais, da seguinte forma

a) para efluentes industriais: 100,0 mg/L

b) para efluentes predominantemente domésticos: 50,0 mg/L;

X - NMP de coliformes fecais: 5000 CF/100 mL;

XI - Tratamento especial se provierem de hospitais e outros estabelecimentos, nos quais hajam despejos infectados por microrganismos patogênicos;

XII - Além de obedecerem aos padrões de emissão deste artigo, os efluentes não poderão conferir ao corpo receptor características em desacordo com a classe do mesmo;

Art. 5º. Não será permitido o despejo de efluentes de qualquer fonte poluidora diretamente em estruturas hídricas lânticas (lagos, lagoas ou reservatórios).

Art. 7º. As estações de tratamento de esgotos existentes (ETEs) deverão adequar-se para atender ao disposto no Artigo 4º. Nos casos onde houver limitações de ordem técnica ou física, a(s) instituição(ões) responsável(eis) pela(s) ETE(s), deverá(ão) apresentar à esta entidade ambiental estudo técnico justificando a não possibilidade de alteração da(s) unidade(s) de tratamento de efluentes.

§ 3º. Após licenciado, o prazo máximo de implementação do projeto junto à entidade ambiental será de 12 (doze) meses.

Art. 9º. Competirá à entidade de controle ambiental a fiscalização do efluente final que será disposto no corpo receptor, quanto ao atendimento aos padrões de lançamento constantes do artigo 4º.

2.4. Legislação Municipal

A legislação municipal é ainda mais reticente que a estadual, o que é compatível com o porte do município, todavia Quixeré possui normas gerais a partir de sua Lei Orgânica. Por ser um município de pequeno porte ainda não dispõe de plano diretor, mas já possui normas no campo da organização territorial, as quais compartmentam um município com zonas agrícolas, industriais e urbanas.

2.4.1. Lei Orgânica do Município de Quixeré

TÍTULO I

DO MUNICÍPIO

CAPÍTULO II
DA COMPETÊNCIA DO MUNICÍPIO

SEÇÃO I

DA COMPETÊNCIA PRIVATIVA

Art. 10 – Ao Município compete prover tudo quanto diga respeito ao seu peculiar interesse a ao bem-estar de sua população, cabendo-lhe, privativamente, dentre outras, as seguintes atribuições:

I – fazer cumprir os direitos e deveres individuais e coletivos de seus munícipes, em conformidade com a legislação federal e estadual em vigor;

II – legislar sobre assuntos de interesse local;

III - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;

IV – elaborar o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado;

V - criar, organizar e suprimir Distritos, observada a Constituição Estadual;

(...)

XI – fixar, fiscalizar e cobrar tarifas ou preços públicos;

XII – dispor sobre organização, administração e execução de serviços locais;

XIII – dispor sobre administração, utilização e alienação dos bens públicos;

(...)

XVI – planejar o uso e ocupação do solo em seu território, especialmente em sua zona urbana;

XVII – estabelecer normas de edificação, de loteamento, de arruamento e de zoneamento urbano e rural, bem como as limitações urbanísticas convenientes à ordenação de seu território, observada a Lei Federal;

XVIII – conceder e renovar licença para localização e funcionamento de estabelecimentos industriais, comerciais, prestadores de serviços e quaisquer outros;

XIX – cassar a licença que houver concedido ao estabelecimento que se tornar prejudicial à saúde, à higiene, ao sossego público, à segurança ou aos bons costumes, fazendo cessar a atividade ou determinando o fechamento do estabelecimento;

(...)

XXI – adquirir bens, inclusive mediante desapropriação, ressalvados os princípios legais;

(...)

XXIX – prover sobre a limpeza das vias e logradouros públicos, remoção e destino do lixo domiciliar e de outros resíduos de qualquer natureza;

XXX – ordenar as atividades urbanas, fixando condições e horários para funcionamento de estabelecimentos industriais, comerciais e de serviços, observadas as normas federais pertinentes;

§ 1º - As normas de loteamento e arruamento a que se refere o inciso XVII deste artigo deverão exigir reservas de áreas destinadas a:

i) zonas verdes e demais logradouros públicos;

ii) vias de tráfego e de passagem de canalizações públicas, de esgotos e de águas pluviais nos fundos dos vales.

Art. 11 – É da competência comum do Município, da União e do Estado, observada a Lei Complementar Federal, o exercício das seguintes medidas:

III – proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais e os sítios arqueológicos;

IV – impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor artístico, histórico e cultural;

VI – proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;

VII – preservar as florestas, a fauna e a flora;

XI – registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seus territórios;

Art. 12 – Ao Município é vedado:

XIII – cobrar tributos:

- i) em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da Lei que os houver instituído ou aumentado;*
- ii) no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a Lei que os instituiu ou aumentou.*

XIV – utilizar tributos com efeito de confisco;

TÍTULO IV

DA ORDEM ECONÔMICA E SOCIAL

CAPÍTULO VI

DO MEIO AMBIENTE

Art. 187 – Um meio ambiente ecologicamente equilibrado é direito de todos, essencial à sadia qualidade de vida, e o dever de defendê-lo e preservá-lo cabe ao Poder Público e à coletividade.

§ 1º - Para assegurar a efetividade desse direito, cabe ao poder público municipal, isoladamente, ou em coordenação técnica e financeira com a União e o Estado, nos termos desta Lei:

I – exigir, nos termos da Lei, para instalação de obra ou atividade causadora de degradação ao meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental e consulta à população;

II – promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino, e a conscientização popular para a preservação do meio ambiente;

VI – proibição de desmatamentos indiscriminados e queimadas criminosas, punindo-se os infratores na forma da Lei;

VIII – definir espaços territoriais e seus componentes, a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de Lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;

X – proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da Lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies, ou submetam os animais à crueldade.

§ 2º - Aquele que explorar recursos minerais e vegetais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com a solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da Lei.

§ 3º - As condutas e atividades lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de repassar os danos causados.

A Mineração de Calcário Polimix conta com anuência emitida pela Prefeitura Municipal de Quixeré, a qual declara que o citado empreendimento está de acordo com legislação municipal pertinente.

2.4.2. Normas Municipais

Não foi possível identificar todas as normas municipais, considerando que algumas delas não estão disponíveis ao público, como o Código de Posturas Municipais, no caso a Lei nº 220 de 1993. Todavia é certo que exista tal norma, ainda que não se exemplifique uma cópia da mesma. Para a

Concreto Polimix Ltda. seguir as normas de posturas dependerá sempre de seus alvarás, que serão emitidos pela Prefeitura. Atualmente a empresa dispõe de anuência para fins de licenciamento ambiental, assegurando que o tipo de empreendimento desejado está adequado ao local escolhido.

Não há nenhuma Lei específica para a atividade de mineração ou para o meio ambiente, todavia há uma norma específica para a região de Bonsucesso, como se demonstra...

LEI Nº 569 de 18 de maio de 2011

Com já foi estabelecido aqui, trata-se do Distrito Industrial de Bonsucesso, onde se localiza a mineração da Polimix. A norma dispõe sobre a Implantação do Distrito Industrial e sobre a Concessão de Incentivo para a Implantação, Expansão e/ou Ampliação de Empresas Industriais, Agroindustriais e Comerciais, e deu outras providências, na forma como se destaca:

Art. 2º - A presente Lei visa fomentar, o desenvolvimento econômico através do incremento às indústrias e as agroindústrias traçando diretrizes para a concessão de incentivos e/ou benefícios, para a geração de novos empreendimentos, bem como a ampliação dos já existentes, visando à geração de empregos, renda e a melhoria da qualidade de vida dos habitantes.

Parágrafo Único: A Prefeitura dotará o Distrito Industrial das condições mínimas de infraestrutura, necessárias à implantação e expansão fabril.

Art. 3º São condições mínimas necessárias para a liberação de atividades e empreendimentos no Distrito Industrial de Quixeré:

I - conservar os remanescentes florestais nativos das amostras mais representativas da área, sendo permitidos cortes de espécies arbóreas somente mediante autorização expressa dos órgãos ambientais federal, estadual e municipal;

II - manter, no mínimo, 20% (vinte por cento) da área do terreno destinada à reserva de área verde, preferencialmente em área contínua, na implantação de edificações industriais e de serviços gerais, devendo atender aos requisitos do Código Florestal vigente;

III - atender aos critérios básicos de proteção do solo contidos no artigo 212, § 1º, incisos I ao VII do Código de Postura Municipal, Lei 220/1993.

IV - na divisa da gleba destinada à atividade industrial, quando limítrofe a um loteamento ou aglomeração residencial existente, regularmente aprovado deverá ser implantada "faixa de transição" não edificável, com largura mínima de 150,00m (cem e cinquenta metros), intensamente arborizada.

V - todas as atividades e empreendimentos a serem instalados no Distrito Industrial deverão dispor de sistema de tratamento de efluentes industriais e domésticos, de acordo com padrões estabelecidos pelo órgão ambiental competente, e a disposição final dos efluentes líquidos e sólidos não poderá ser feita em bacia integrante da área de mananciais, observadas, em todos os casos, as demais normas legais aplicáveis.

VI - Apresentar plano para destinação final, adequada, de acordo com a legislação municipal e estadual vigentes, dos resíduos sólidos provenientes das atividades e empreendimentos instalados.

VII - As empresas agroindustriais serão obrigadas a atenderem os limites de permissão pela Lei Brasileira em aplicações e utilizações de agrotóxicos, aonde não venham a causar danos ao meio ambiente.

LEI Nº 620 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2013 Criou o conselho municipal de política cultural do município de Quixeré.

Lei nº 633 de 05 de agosto de 2014, Dispõe sobre o Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos Urbanos do Município de Quixeré-CE.

Com a implantação do Plano, deverão ser alcançados os seguintes objetivos específicos:

- Atender toda a população do Município com o serviço de coleta de resíduos sólidos (lixo);
- Promover a coleta regular dos produzidos no Município, evitando assim, a proliferação de vetores;
- Melhorar na prestação do serviço de limpeza urbana nas suas diversas etapas: acondicionamento, coleta, transporte e destinação final;

- Eliminar o despejo irregular de lixo e a sua permanência, mesmo acondicionado nas vias públicas;
- Manter as áreas públicas urbanas e rurais capinadas, varridas e limpas;
- Encontrar a melhor forma de fiscalizar os serviços concedidos;
- Otimizar a coleta dos resíduos sólidos divisíveis e indivisíveis (de origem não identificada);
- Propor soluções de acordo com a realidade financeira do município;
- Estimular o consumo sustentável e a redução da quantidade de lixo gerado pela população;
- Reduzir o percentual de material destinado ao destino final no sentido de prolongar sua vida útil;
- Promover ações de Educação Ambiental no Município;
- Otimizar dos recursos financeiros e humanos utilizados nos serviços de Limpeza Urbana;
- Minimizar os impactos ambientais e sanitários relacionados aos resíduos sólidos.

LEI N° 671 de 14 de junho de 2016

Fez alteração do Distrito Industrial de Bonsucesso, incluindo as localidades de Lajedo do Mel, Peroaba, Sítio Carrapateira e Sítio Honorato, o que compreende a localização específica da Polimix nas proximidades do Lajedo do Mel.

LEI N° 676 de 12 de setembro de 2016

Criou o Fundo Municipal de Educação (FME) e deu outras providências, com recursos do fundo nacional, de dotações orçamentárias, recursos adicionais de impostos sobre atividades municipais, inclusive e convênios com entes federados.

LEI N° 681 de 04 de outubro de 2016

Criou no Sistema Municipal de Assistência Social de Quixeré o SUAS Sistema Único de Assistência Social.